

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Artes
Departamento de Multimeios
Mestrado em Multimeios

Orientador: Prof. Dr. Marcio Soares Freire

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por JOSÉ HENRIQUE
GOIFMAN
e aprovada pela Comissão Julgadora em

08/04/94

Prof. Dr. Marcio Soares Freire
Orientador

Dissertação apresentada ao
Departamento de Multimeios do
Instituto de Artes como parte dos
requisitos para a obtenção do título
de Mestre em Multimeios.

José Henrique Goifman 56.

"Valetes em *Slow Motion*:
o espaço e a morte do tempo na prisão
a partir de experiências com o vídeo"

abril de 1994

~~Regina P. Müller~~
Regina P. Müller

Para Juliana Jayme,
se não por um mesmo tempo,
pela experiência de um espaço comum.

AGRADECIMENTOS

Ao **CNPq**, pela bolsa de estudos que tornou possível a realização do curso e trabalho de campo. À Fundação **Ford/ANPOCS** pela bolsa de manutenção em momento tão crucial quanto o da finalização.

Aos "de casa", Berta, Jayme, Márcia e Conceição, por tudo.

Ao Prof. Marcius Freire, pela orientação e amizade durante todo nosso trabalho.

Aos companheiros de horas, dias e meses na produção, edição, direção, roteiros e ótimas conversas: Caco, Malu, Marcão, Aguinaldo, Paulinho, Adriana, Tiago, Luciana, Maiete, Tonicão e Kátia (Studio Eletrônico).

Ao Prof. Antônio Luis Paixão, pelo sim na hora certa e pelos "nãos" de percurso em muitas conversas. Ao Prof. Nelson Brissac Peixoto, dias e papos em ilhas de edição.

Aos amigos de Belo Horizonte, Ronaldo, Duda (Grupo G.I.), Rogério, Ana Cristina, Júnia, Titcho, Afonso, Nathan, Guga, Lelena, Fred, Fredinho por dias e noites nas montanhas. Em B.H. ainda, aos professores Renan, Welber, Jarbas e Giroletti.

Ao Alex, Kênia, Alexandra, Cibele, Antônio, Fátima, Beth, Márcia, Tatá, Clara, Zenon, Flora, Carlinhos, Du, Claudinha, Rubinho, Máximo, Elaine, Ana Carolina, Ricardo, Fabinho, Marta, Luciana, Edinho, Artur, Joana, Flávio, Marcelo, por termos descoberto o lado bom de Campinas.

Ao Jéder, Henriquetta, Gustavo, Luciana (Cuidado que Mancha!!!), Ronaldo (belas fotos), Antônio (Rio), Hanz, Maria Lúcia, Suzana, Mônica, Ivonésio, Sílvia, Carlos, Cléber e Marta. Boas horas na UNICAMP e fora dela.

Aos professores da UNICAMP com os quais aprendi e me tornei amigo: Ivan, Fernando Passos, Fernando de Tacca, Etienne, Paulo Martins, Hélio, Nuno, Bottezi, Marcelo.

Aos que facilitaram a vida em uma instituição burocrática e se transformaram em amigos: Paulo Dantas, Lucilla, Jair, Sônia, Solange, Mauricius, Celso, Myrcia, Jennie, Cidinha, Asmara e Tereza.

Ao Prof. Sérgio Adorno, pela receptividade inicial, indicações e pertinentes observações na banca de qualificação.

À Prof. Regina Muller, pelo apoio, colaboração e participação dedicada na banca de qualificação.

Pela leitura minuciosa, Maíra, Berta, Juliana, Lelena. Valeu!

Pela ajuda na finalização e impressão, Alvinho, Luiz Henrique, Dori e Adílson.

À Prefeitura Municipal de Campinas que, através do Prêmio Estímulo, tornou possível a realização de "Tereza" e a todos que de alguma forma participaram da elaboração desse vídeo.

Aos amigos em São Paulo: Jurandir, Marta e João Cláudio.

Ao Beto do Rio.

Aos que me ajudaram a "entrar na cadeia": Dra. Saldanha, Lúcia. Aos diretores e funcionários das prisões visitadas.

Aos presos: os que falaram e os que respeitaram a lei do silêncio.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	01
-----------------	----

1 - AJUSTANDO O FOCO - SOBRE MÉTODOS E CONCEITOS

Investigação microssocial e formulações cotidianas	16
Pensando o uso do vídeo na pesquisa em ciências sociais.....	19
Entrando com a câmera - o trabalho de campo	26
Apresentando a noção de "tempo"	42

2 - DISCUTINDO O TEMPO E O ESPAÇO NO COTIDIANO DA PRISÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA COM VÍDEO.

Introduzindo o tema	51
Regras e padrões de conduta	55
Regras , ritos e grupos	65
Negociando na "Economia Delinqüente" : do "caído" ao "xerife"	71
As tipificações sociais	75
Sobre a morte, a fé, o tempo e o espaço.....	80
A ociosidade, o trabalho, o jogo e o artesanato.....	85
As representações sobre o tempo na sociação carcerária.....	94
Aspectos da situação atual da prisão no Brasil.....	100

3 - A VIGILÂNCIA - AS "DURAS", O "CAGÜETA" E AS CÂMERAS - O PANÓPTICO HOJE

Das "duras" e "gerais" às fotos e números	106
A delação na cadeia.....	109
O panóptico hoje.....	114
A PI na perspectiva do panóptico contemporâneo.....	121
O panóptico além dos muros.....	128

4 - A TELEVISÃO NA PRISÃO - UMA INTERFACE NO TEMPO E NO ESPAÇO

Sobre o espaço carcerário: a idéia de instituição total, fechamento e abertura	134
A televisão: matando o tempo no espaço institucional.....	140
A idéia de interface.....	156

5 - "TEREZA" E "TEMPO MORTO" - O TEMPO E O ESPAÇO EM VÍDEOS SOBRE A PRISÃO

O tempo e o espaço em vídeo.....	164
Sobre a edição de "Tereza": conteúdo, forma, tempo e espaço	174
A divulgação de "Tereza".....	182
A realização de "Tempo Morto".....	188

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"XAVECOS", "VALETES" E "TATUS" - NA PONTA DE UM ÍCEBERG	190
---	-----

INTRODUÇÃO

"Já ouviu falar, ladrão é a imagem do cão?! Ele inventa tudo, não tem nada pra fazer! Lógico! Ladrão que não tem o que fazer morde até o dedo pra ver o sangue cair, lógico, passar hora de cadeia" (Preso da P1 - trecho do vídeo "Tereza").

"As imagens videográficas não são mais expressões de uma geometria, mas de uma geologia, ou seja, de uma inscrição do tempo no espaço" (Arlindo MACHADO).

O trabalho aqui apresentado foi construído a partir de uma experiência com vídeo na prisão. O objetivo principal da pesquisa é a investigação a respeito do tempo e espaço em uma instituição carcerária, as negociações sociais, formulações simbólicas e as representações sobre o tempo no cotidiano penitenciário. Trata-se ainda de uma discussão sobre os meios de produção e expressão de imagens no interior da prisão e a busca de uma interpretação possível para este cenário em atualização constante - o cárcere - tendo no quadro instrumental metodológico a utilização de um meio de captação e produção audiovisual: o vídeo, para registro de informações, usado ao lado do tradicional bloco de notas do trabalho de campo.

Desde os primórdios da implantação da pena de privação de liberdade¹ o tempo já era apontado como elemento de proporcionalidade entre o delito e o castigo - quanto "mais grave o erro", maior a duração da punição. Em várias experiências diferenciadas de encarceramento² a utilização do tempo do sentenciado, a implementação pelo quadro administrativo de rotinas organizacionais, a disciplina como fator de otimização do tempo

¹ Na passagem do séc. XVIII para o XIX a privação da liberdade passa a ser adotada de maneira enfática como penalidade em si.

² Entre sistemas penitenciários destacados estão alguns como o de Auburn, sendo que uma descrição detalhada de seus princípios se encontra em ROTHMAN (1971). Outros, como os de Witzwill, Pennsylvania, Montesinos são apresentados em suas características fundamentais por SÁ (1990). Sobre a experiência carcerária de Sing Sing e Norfolk ver PAIXÃO (1987). Ainda sobre as particularidades de Auburn e Filadélfia ver SALLA (1991).

passado no cárcere e o trabalho com intuito de reintegração social ou castigo foram formulações constantes. Mesmo em instituições cuja finalidade última era simplesmente a exclusão, o decorrer do tempo passado no cárcere era pensado como condição para o arrependimento, a "duração" da pena como caminho, trajeto para se chegar à redenção, possível libertação progressiva do mal, dos instintos animais, concepção esta afinada com a visão cristã agostiniana ³.

ROTHMAN aponta:

"(...) a arquitetura das prisões e seu planejamento transformam-se em interesse central dos reformadores do período (na transição do século XVIII para o XIX). Ao contrário de seus antecessores, eles voltaram toda a atenção para as divisões do tempo e do espaço dentro da instituição. O 'layout' das celas, os métodos de trabalho, os hábitos de alimentação e sono no interior da penitenciária eram questões essenciais" (1971: 83)⁴.

A associação da ociosidade com o mal, a "vagabundagem", em oposição à valorização do "tempo útil" é sem dúvida uma das características principais dos processos modernos de racionalização. Formulações tais como "tempo é dinheiro" ou "não temos tempo a perder" assumem caráter corriqueiro em um cenário que se desenvolveu até chegarmos ao momento atual, no qual a velocidade⁵ é percebida como positiva e o tempo é visto como um bem, individual ou coletivo, que não pode ser desperdiçado.

Nem todos os grupos sociais porém têm o seu orçamento temporal plenamente preenchido. A população prisional, falo essencialmente do caso brasileiro - o que não significa entretanto qualquer impedimento de generalizações -, dispõe de uma positividade no que se refere à possibilidade de tempo a gastar. A ociosidade está presente na maioria dos estabelecimentos carcerários, aspecto esse já diagnosticado por vários pesquisadores.

³ Sobre o tempo em SANTO AGOSTINHO ver o Livro XI das "Confissões" (1987). Em particular sobre a idéia de tempo no cristianismo como possibilidade de se alcançar a graça, ver J.C. BRUNI (1991).

⁴ A tradução de trechos de livros e artigos em outras línguas foram feitas por mim.

⁵ Ver Capítulo 1 sobre a importância da velocidade e aceleração na formulação do conceito de tempo atualmente.

Compreender o tempo na prisão - a implantação de rotinas e ritmos pela administração, muitas vezes de forma negociada ou fictícia, pois "soam apitos e nada há para fazer" - é uma das tarefas aqui propostas. Somada a esse objetivo está a investigação dos constrangimentos espaciais das instituições referente ao uso do tempo pelos presos, a representação simbólica na prisão e as formulações cotidianas: "tempo perdido", "tempo morto".

Nesse sentido, as câmeras de vídeo, cobrindo o espaço da prisão⁶ e propiciando uma organização do tempo através de circuitos fechados de vigilância, ocupam espaço destacado nesta pesquisa. Ao entrar na prisão com uma câmera encontrei outros olhares eletrônicos, câmeras fixas nos tetos e ligadas ininterruptamente com o intuito de vigiar. Percebi ainda muitos aparelhos receptores, monitores de televisão em várias celas, importantes na compreensão do **tempo** (a televisão é vista como uma das mais recorrentes formas de passar o tempo na prisão) e do **espaço** (a televisão constitui-se ainda em uma "janela" que se abre para o "mundo da rua" "mediatizado" ⁷).

Sobre o objeto de estudo e seu tratamento interessam para esta pesquisa as práticas e discursos dos presos a respeito da experiência carcerária; formulações e atitudes em conformidade ou confronto com o regulamento das instituições prisionais. Não se trata de um estudo da legislação brasileira referente à área penal, nem de um aprofundamento sobre os dispositivos legais de punição. O problema central aqui proposto também não é o do conjunto de regras escritas em manuais e atualizadas pelos diretores de estabelecimentos carcerários - atores sociais dotados de grande autonomia. Tais aspectos, mesmo não sendo o foco central desta pesquisa, não podem ser descartados, pois constituem-se em um contexto relevante onde a significação emergente da prática pode ser interpretada.

Se o cotidiano de atores sociais presos dificilmente pode ser investigado apenas através de regulamentos e mecanismos legais, o abandono sumário de tais parâmetros consiste também em um equívoco, na medida em que permeiam de forma mais ou menos

⁶ Na PI, uma das instituições visitadas para esta pesquisa, está presente um circuito fechado com câmeras de TV.

⁷ Jogo de palavras a partir das noções de mídia e mediar.

significativa as relações entre os presos e entre estes e a administração. A prisão configura-se então em um palco de constante negociação de estatutos e normas onde estão presentes estruturas de poder de nível macro - exteriores à instituição ou sua administração - e nível micro - constituídas a partir das próprias relações "interpresos". Um percurso onde tensões e dilemas se apresentam.

Nesse cenário, o tema da pesquisa diz respeito às práticas de utilização social do tempo na prisão, o status do trabalho, as rotinas, as penas, as atividades de lazer e a ociosidade. O tempo visto aqui como resultante de uma concepção racional, até certo ponto prescrita em estatutos, porém negociada cotidianamente. O espaço particular da prisão também será enfatizado em sua organização estrutural. Os constrangimentos ambientais, materiais ou não, nas formas de uso do tempo.

Por que o tempo na prisão se constitui em um objeto de investigação na ótica da antropologia e/ou da sociologia? A argumentação que delimita esta questão pode ser desenvolvida tendo em vista vários aspectos. O primeiro, e mais evidente, é que durante as visitas iniciais do pesquisador à prisão o tempo apareceu como uma categoria cotidiana significativamente relevante, pois pude perceber que os presos apresentam, eles próprios, formulações recorrentes a respeito do tempo que passam na prisão. Se a noção de tempo é fundamental para a concepção moderna de punição, a privação da liberdade por um período determinado, o tempo vivido na prisão aparece como fruto de uma negociação diária entre os atores sociais da instituição carcerária. Ou seja, através do estudo do tempo na prisão - esse é um dos esforços embutidos na pesquisa - é possível compreender alguns aspectos do cotidiano no cárcere. O espaço como categoria para o estudo da prisão se impõe como evidente, mas deter-se na experiência temporal é fazer com que o que poderia ser visto como um epifenômeno revele-se fundamental.

Em segundo lugar, a proposta de compreensão social de um "tempo vivido" em uma instituição filia-se a um interesse contemporâneo da sociologia, apontado por

PRONOVOST (1989), no qual a percepção da particularização institucional do uso do tempo e a reflexão empírica a partir de uma noção genérica como o tempo funcionam como uma possibilidade de atualização dessa categoria aplicada a um contexto específico.

Desse aspecto deriva a **terceira motivação** para um estudo dessa natureza e da constituição de um objeto antropológico. O estudo localizado de determinada categoria pode auxiliar na compreensão genérica que se faz desta. Ou melhor, ainda que não seja objetivo aqui aprofundar a discussão geral a respeito das relações entre o homem e o tempo é possível alimentar, despretensiosamente, esse que sempre foi um dos debates fundamentais das ciências e filosofia, marcado historicamente e especialmente por especificidades.

Como **quarto motivo** para este recorte do objeto, vale dizer que "salta aos olhos" uma discrepância, uma defasagem, entre os ideais atuais de aceleração, velocidade e otimização do tempo e a ociosidade, a disponibilidade de tempo à qual os presos estão hoje submetidos. Configura-se então o que talvez seja possível qualificar como uma experiência temporal específica vivida pelos internos de uma prisão, o que, de algum modo, transforma o cotidiano desta - do ponto de vista do tempo - em objeto de estudo para uma antropologia sensível ao particular.

Tendo em vista a abrangência das noções utilizadas (o tempo e o espaço como acessório) e a pluralidade que emerge de tal uso, deve-se destacar que a pesquisa se propõe essencialmente como parcial. Esgotar o tema em nenhum momento configurou-se em intenção. Posto que o objeto de investigação é esse processo de negociação e uso do tempo em um espaço simbólico e materialmente particular, alguns aspectos referentes à elaboração do quadro teórico precisam ser aqui especificados.

Muito já foi escrito a respeito do abrangente tema da violência⁸. Várias são as contribuições nacionais no estudo da prisão - a discussão a respeito de sua finalidade, funcionalidade e práticas cotidianas - sendo que o suporte teórico deste trabalho foi construído a partir da leitura de artigos e livros de diversos pesquisadores. Foram

⁸ A respeito da violência no Brasil, suas características urbanas, seu acréscimo, suas particularidades, aponto, entre vários trabalhos fundamentais, **OLIVEN** (1986), **PINHEIRO** org. (1983), **BENEVIDES** (1985).

importantes os textos de Alba ZALUAR, Antônio Luiz PAIXÃO, Edmundo Campos COELHO, Geraldo Ribeiro de SÁ, José Ricardo RAMALHO, Myriam Mesquita P. de CASTRO, Paulo Sérgio PINHEIRO, Sérgio ADORNO, Vinícius Caldeira BRANT, entre vários outros. Com relação à discussão sobre instituições carcerárias em geral - não apenas o caso brasileiro - mas inclusive abordagens que se debruçam sobre a prisão no século XIX, autores como, Dario MELOSSI, David J. ROTHMAN, Erving GOFFMAN, Gresham SYKES, Massimo PAVARINI, Michael IGNATIEFF, Michel FOUCAULT e outros, são fundamentais.

Vários destes são importantes não só por tratarem do tema da pena privativa de liberdade e das instituições carcerárias, mas também pela abordagem sociológica e/ou antropológica das questões propostas. Dentro dos clássicos da sociologia destaco nesta pesquisa DURKHEIM e sua discussão com KANT sobre o tempo. A respeito dessa noção, aliás, aponto a contribuição de EVANS-PRITCHARD, Pierre BOURDIEU e Clifford GEERTZ - brevemente discutida aqui - além de outros cientistas sociais como PRONOVOST que sistematizou em um brilhante artigo os trabalhos de sociologia nesta área e filósofos, como Paul VIRILIO. São fundamentais ainda autores que utilizaram o registro e produção audio-visual em suas pesquisas, como Sol WORTH e John ADAIR, entre outros. Sobre as especificidades do vídeo e as noções de espaço e tempo neste meio são significativas as discussões de vários autores, entre os quais, Nelson BRISSAC PEIXOTO e Arlindo MACHADO.

As freqüentes conversas com Antônio Luiz Paixão, relacionadas ao cotidiano carcerário e com Nelson Brissac Peixoto, associadas ao tempo e à imagem, foram de suma importância, o que não significa porém que esses pesquisadores tenham qualquer responsabilidade sobre o conteúdo das idéias aqui desenvolvidas.

A violência, com suas múltiplas faces, encontra-se na pauta dos "problemas sociais" cotidianos e, historicamente, a prisão vem sendo apontada como solução institucional ao

problema da criminalidade. Essa "solução" entretanto nunca se libertou de críticas, nem mesmo no período de sua implantação, sendo atualmente um dos momentos de maior questionamento à sua funcionalidade⁹, ou às suas precárias condições materiais e pessoais, no caso brasileiro.

Episódios como o massacre na Casa de Detenção de S.P. (1992) e homicídios de grande repercussão têm ocupado significativo espaço na mídia. Infelizmente, a frequência com que massacres, os mais variados, vêm acontecendo, supera expectativas mesmo as mais negativas. A pena de morte aparece agora com mais destaque como proposta de "solução legal" para conflitos de diversas naturezas. Entre as características que marcam a pena capital está a instantaneidade associada ao tempo. Se não pensarmos no sofrimento prorrogado do suplício, a sustentação da vida para se receber a dor (FOUCAULT,1991), a morte apresenta-se como um esvaziamento do tempo da pena, que aparece então como urgente e radicaliza, de certo modo, uma série de experiências humanas contemporâneas criticadas exatamente por não compreenderem a idéia de "duração" e serem constituídas pelo precário imediatismo. Vale ressaltar que muitos estudos já questionaram a eficácia da pena capital no que se refere à redução efetiva das taxas de criminalidade - ainda que não seja o objetivo aqui aprofundar essa discussão.

Várias experiências de encarceramento apontaram para a necessidade da utilização do tempo do detento, seja no trabalho, estudo ou oração. O recente panorama das prisões brasileiras indica uma realidade outra. Presos ociosos, confinados em estabelecimentos superlotados. Generalizo, pois sim, mas as exceções parecem insuficientes para negar a regra. Práticas ilegais proliferam em prisões e se o tempo disponível não é a motivação exclusiva disso, e de fato não é, a ociosidade em nada prejudica a difusão de tais práticas.

Os atores sociais presos, por sua parte, se encarregam de formular e recriar uma série de atividades para "matar o tempo" e o próprio período passado na prisão é visto como "tempo perdido" no que diz respeito às expectativas de ressocialização. Em um cenário de

⁹ A história da prisão se construiu sempre ao lado de críticas e propostas, agudas ou não, de reformulações. FOUCAULT (op.cit.:244) aponta que seu "sucesso" é exatamente a criação e a delimitação da delinquência.

escassez, alguns poucos diretores de instituições carcerárias se esforçam para ocupar os presos, mas, além de não haver trabalho para todos, vários se defrontam com a ociosidade reconhecida como valor por parte do "mundo do crime". É sobre essa negociação do tempo na prisão em vários níveis - relacionamento entre a própria população carcerária e práticas interpresos de passar o tempo; entre presos e guardas; entre internos e políticas administrativas e entre os atores sociais da prisão e o exterior, principalmente pelos meios de comunicação - que esta pesquisa trata. **Negociar** aliás parece uma palavra-chave para a compreensão do cotidiano das prisões brasileiras, onde estão presentes tensões e dilemas relativos ao exercício diário de estatutos e regulamentos. Mesmo funcionários da burocracia institucional apontam para o fato de que atuar de forma competente na prisão só é possível graças ao "saber prático".

Pode-se ainda justificar o recorte temático proposto a partir de diversos trechos de livros e artigos que apontam para a importância da noção de tempo nesse cenário. Relacionada à perspectiva histórica da concepção de pena e aos processos de racionalização, a possibilidade de proporcionalidade entre a duração do castigo e o delito cometido em uma ótica que privilegia a função retributiva da pena:

" O tempo de privação de liberdade ou de estadia na prisão é proporcional ao mal produzido pela ação ou omissão criminosa" (SÁ, 1990:231).

Ou ainda, em uma visão individualizada, não relativa à infração, mas ao infrator - diagnosticada pela administração carcerária e não pela justiça - apontada por **FOUCAULT**:

" A extensão da pena não deve medir o 'valor de troca' da infração; ela deve se ajustar à transformação 'útil' do detento no decorrer de sua condenação. Não um tempo-medida, mas um tempo com meta prefixada. Mais que a forma do salário, a forma da operação " (1991:218).

Sobre o tempo que une o delito e o castigo:

"Quanto mais curto o tempo que ocorre entre o delito e a pena, tanto mais estreita e durável no espírito humano é a associação dessas duas idéias (...)" (BECCARIA, 1991:84).

A respeito de formulações organizacionais sobre o tempo na prisão:

"A racionalidade permeia a distribuição e o uso do tempo e do espaço. O regulamento prisional, por exemplo, sincroniza rigidamente as atividades seqüenciadas e em cadeia, conhecidas como rotina da instituição, com a economia do tempo e do espaço" (SÁ, 1990:72).

Tratando do trabalho encarcerado como mecanismo de castigo:

"Cabe observar ainda que o trabalho prisional funciona, não raro, como instrumento de opressão e punição. Em vários depoimentos de presos fala-se do arbítrio dos mestres, da perseguição perpetrada por parte de guardas e diretores penais, da impossibilidade de se constituírem rotinas regulares de trabalho que assegurem autonomia na administração do tempo dedicado a tais atividades" (ADORNO, 1991b:74).

"A obrigatoriedade do trabalho para os condenados pelo sistema penal secular assentou-se muito tempo na suposição de 'pena' no sentido etimológico do termo: como castigo, o trabalho deveria ser penoso, não remunerado, monótono. Das galés às pedreiras, o trabalho não tinha utilidade para o indivíduo que o praticava, exceto o de pagar a dívida contraída para com a sociedade" (BRANT, 1986:127).

Com relação à ociosidade e "tempo livre" em prisões brasileiras:

"Focos endêmicos de violência e 'universidades do crime', penitenciárias e presídios vêm sendo investigados, visitados e inspecionados por

parlamentares, organizações de direitos humanos, associações de classe e imprensa. As investigações são unânimes em associar surtos de violência, em alguns casos endêmicos e rotineiros, à brutalização que a vida carcerária imprime aos internos do sistema, resultante da ociosidade e promiscuidade próprias de estabelecimentos superpovoados e materialmente deteriorados (...)" (PAIXÃO,1987:58).

" 'O trabalho penitenciário é obrigatório', diz o art.88 do Regulamento (Regulamento Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro) como se a ociosidade em que vive a massa carcerária resultasse da soma de opções individuais. Pelo contrário, é o sistema que obriga o condenado à mais completa ociosidade (...)" (COELHO,1987:45)

"(...) passam (presos da "detenção" de S.P.) o restante do dia dentro de suas celas sem qualquer ocupação. Não há trabalho para todos na cadeia" (RAMALHO,1979:22).

Sobre a longevidade, a duração da carreira do crime e sua caracterização recente como atividade cada vez mais de jovens:

"(...) o recrutamento para a 'vida de bandido' se dá na faixa de idade que começa por volta dos 10 anos (...) e termina por volta dos 25 anos, quando a maioria dos bandidos pobres desta cidade já dessangrou com algum tiro no corpo" (ZALUAR,1983:255).

Sobre as diferenças entre um trabalhador livre e o trabalhador preso:

"Obviamente a própria organização do tempo, segundo os ritmos dos estabelecimentos penais, não torna a jornada de trabalho do preso comparável à do trabalhador livre. Além dos horários determinados pelos regimentos e das restrições, ditas de segurança ou resultado de punições, ao trabalho de alguns presos, há irregularidade no funcionamento de oficinas, por falta de matéria prima ou problemas administrativos" (BRANT, 1986: 148).

A respeito do tempo disponível dos presos e a relação com o pesquisador:

"Vários de meus entrevistados chegaram a declarar-me, de diversas maneiras, que a sua pronta disponibilidade para colaborar com o meu trabalho estava associada fortemente à oportunidade, oferecida pelas entrevistas, de passarem, pelo menos algumas horas, envolvidos com uma atividade diferente, no soturno ciclo dos dias de cadeia. Como me afirmou o lúcido 'Mão de Seda': 'São menos três horas para eu tirar' " (BRAGA, 1989:47).

Como ficou claro nesses trechos, muitos autores utilizaram em alguns momentos o tempo como categoria de entendimento para o cotidiano carcerário ou então, essencialmente entre os pesquisadores brasileiros citados, a ociosidade e a disponibilidade do orçamento temporal dos presos foi e continua sendo destacada.

O objeto genérico desta pesquisa, as instituições carcerárias, foi tratado por diversos autores no Brasil, em especial nos últimos vinte anos. Tendo em vista porém um certo caráter de novidade no tema específico da investigação - o tempo na prisão - e a utilização metodológica do vídeo, a opção no decorrer do texto foi a de remeter as principais discussões a trechos desses autores, buscando, em cada um dos livros e artigos lidos, fragmentos que funcionassem como apoio ou ponto de partida para as discussões.

Foi dito que a utilização do vídeo durante a realização do trabalho de campo constituiu-se em elemento fundamental para a pesquisa. A opção por um instrumento de produção de imagens e sons foi feita por alguns motivos relacionados. Através do registro sonoro tornou-se possível a captação das variações rítmicas - do "pausado" ao "explosivo" - e estilísticas das falas dos entrevistados, além da compreensão de gírias e frases típicas inseridas não apenas em um contexto verbal, mas como parte integrante de uma fala coerente também do ponto de vista sonoro. O "mundo do crime" se manifesta não só pelo

uso de termos específicos mas pela forma com que estes são ditos, a agilidade e duração dos discursos. Ao pensarmos em uma "fala típica" lembramos também de um ritmo e modo de articulação oral. Se a escrita propicia o recorte de palavras significativas dentro de um contexto gramatical, a captação sonora expande esse contexto até a lógica da oralidade, não excluindo porém os inevitáveis recortes no tratamento do objeto, inerentes aos próprios processos de pesquisa.

A importância da captação de imagens em uma atividade etnográfica pode ter múltiplas justificativas. Neste instante acentuo a oportunidade de observação repetida e diferenciada no momento da volta do campo. Através dessa prática é viável um alargamento temporal da observação empírica. O vídeo introduz condições outras na relação com o sujeito estudado, este torna-se disponível no momento de se escrever o texto - no sentido literal - instaura-se uma oportunidade de conjugação espacial: "campo-gabinete" e temporal: adiantar, voltar, "pausar" a fita.

Em um certo momento da pesquisa a experiência com o vídeo passou a "tomar conta" dos rumos a serem seguidos. Ao me deparar com câmeras e televisores no interior da prisão a investigação foi redimensionada, no sentido de que a imagem eletrônica deixou sua função exclusiva de coleta de imagens e depoimentos. O trabalho com o vídeo despertou uma sensibilidade para com as próprias imagens na prisão - tornaram-se objetos da reflexão sobre tempo e espaço - e passei a estar atento à constituição eletrônica da vigilância, ao status da imagem na prisão, aos monitores no cotidiano que configuram a possibilidade de uma particular janela, aberta ao "mundo da rua", na instituição carcerária.

A experiência com o uso de sons e imagens proporcionou que durante a pesquisa fossem realizados dois produtos em vídeo. O mais importante é "**Tereza**", a respeito do cotidiano carcerário em geral e fartamente discutido no texto. O outro vídeo é "**Tempo Morto**", realizado a partir de uma nova edição das imagens captadas para "**Tereza**", enfocando essencialmente a ociosidade e formas de uso do tempo na prisão.

Destaco ainda que não acredito na objetividade intrínseca, ontológica à imagem, na descrição de dada realidade, já que escolhas e manipulações são características do ato de pesquisar, independentes da forma de abordagem dos sujeitos estudados, marcada pela lógica da visualidade e oralidade ou escrita. A perspectiva complementar entre as formas de coleta de dados, como o bloco de notas, as entrevistas, a gravação de sons e imagens, foi a tônica do trabalho de campo.

A coleta plural de dados compreendeu três instituições: o Centro Reeducaçãoal de Neves/M.G. (C.R.N.), o 5o. Distrito Policial de Campinas/S.P. e a Penitenciária 1 de Campinas/Sumaré (tratada aqui por P1), sendo que nesta última foi executada a maior parte da pesquisa. A escolha dessas instituições motivou-se pelas características particulares de cada uma dentro do sistema carcerário brasileiro. Na primeira, com orientação agrícola¹⁰, encontram-se detentos em sistema de progressão de regimes¹¹. No distrito foi possível entrar em contato com presos ainda não julgados e com todas as carências do sistema prisional. Na Penitenciária 1, de segurança máxima, foram entrevistados presos em regime fechado, "velhos de cadeia".

A respeito ainda de questões metodológicas, acredito ser importante explicitar já os pontos focais que foram levantados no sentido de orientar a discussão sobre o tempo e o espaço na prisão:

1) Nos últimos anos, as prisões brasileiras vêm se defrontando com dilemas associados à "abertura" e "fechamento" do ponto de vista das políticas organizacionais. São observáveis alterações constantes nos procedimentos formais que regulam a relação entre os internos e o exterior. Muitas vezes nota-se o aumento da permeabilidade espacial, factual (material) e simbólica, com a introdução de meios de comunicação - a televisão nas celas aparece como uma particular "janela"¹² que pode ser aberta constantemente - visitas

¹⁰ Sobre o C.R.N., antiga P.A.N., ver também PAIXÃO (1985 e 1987).

¹¹ Como será visto no Capítulo 2, nesse sistema o interno passa do regime fechado para o semi-aberto e deste para o aberto, sendo tais termos associados à relação espacial dos presos com o exterior e com o trabalho.

¹² A utilização do termo "janela" ao se tratar da televisão remete a Paul VIRILIO (1993b). Esta discussão é aprofundada no capítulo destinado aos meios de comunicação na prisão.

familiares, ingresso de drogas etc. A tensão entre as "demandas sociais de segurança" (PAIXÃO,1987) e os ideais de isolamento, as necessidades e direitos dos presos ao contato com o "mundo da rua", pressões "de fora e de dentro" associadas à "abertura" do sistema prisional implicam em dilemas administrativos referentes à organização do espaço.

2) Apesar dessas tensões , cujas soluções muitas vezes apontam para uma maior influência do/no "mundo de fora", o cotidiano da prisão é marcado por formas sociais particulares de relação com o tempo. A experiência da não ocupação nas relações sociais no cárcere resulta no paradoxo - ociosidade criminalizada e não valorizada no exterior e presos em ociosidade generalizada - "(...) a prisão , agredindo a legislação que a regula, proíbe o preso de trabalhar, condenando-o a uma perene ociosidade" (SÁ, 1990:344). São aspectos relevantes para a pesquisa: o ritmo na prisão e sua quebra (a virada de cadeia); a disponibilidade na economia temporal dos presos; os níveis de negociação social das atividades relacionadas ao tempo; as formas de "matar o tempo" (com destaque para a televisão); o Tempo como categoria para o entendimento do cotidiano carcerário.

A distribuição dos capítulos foi feita a partir da lógica da experiência com vídeo na prisão, sendo que o primeiro - "Ajustando o Foco " - diz respeito ao que pode ser visto como preparação para o ingresso. Por que a utilização do vídeo na pesquisa ? Como o conceito de tempo aparecerá no texto ? Quais as principais questões metodológicas ? Essas são algumas das perguntas centrais deste capítulo.

O capítulo 2 diz respeito ao momento posterior à entrada com a câmera na prisão, o cotidiano carcerário visitado a partir das noções de tempo e espaço. As relações, as regras e acordos sociais na prisão.

O terceiro capítulo está relacionado ao que pode ser chamado de "panóptico moderno". Ao entrar com uma câmera na P1 encontrei várias outras, um circuito fechado de

televisão que se encarrega de uma nova economia de espaço e tempo da vigilância, através do olhar eletrônico.

Os meios de comunicação na prisão, principalmente a televisão, são o assunto do **capítulo 4**. Além de câmeras, ao entrar na prisão me deparei com inúmeros monitores nas celas. A discussão repousa sobre a televisão como forma de "matar o tempo" e sua atuação no espaço prisional trazendo informações "mediatizadas" do "mundo de fora".

O **capítulo 5** foi construído a partir dos produtos audiovisuais elaborados através da experiência com vídeo na prisão. Trata-se do documentário intitulado "Tereza", a respeito do cotidiano carcerário e também, de forma breve, de "Tempo Morto", vídeo que trata especificamente do tempo na prisão. É objetivo ainda discutir nesse capítulo a possibilidade audiovisual como forma de divulgação de temas de pesquisas científicas e o tempo e o espaço em vídeo - em geral - e particularmente sobre a prisão.

Por fim a retomada pontual de aspectos fundamentais do texto no tópico **Considerações Finais**.

Essa organização de capítulos procura delinear o percurso da experiência com vídeo na prisão. A exposição parte dos preparativos que incluem ainda o marco conceitual, vai ao cotidiano carcerário, chega às câmeras e monitores que estavam na prisão e vai até os produtos editados em vídeo a partir dessa experiência.

1 - AJUSTANDO O FOCO - SOBRE MÉTODOS E CONCEITOS

"Em seu vagar metódico e desinteressado em busca da 'verdade', a investigação envereda por labirintos imprevistos, acabando em terrenos desconhecidos, movediços até, os quais todavia iluminam áreas de pouca visibilidade, atribuindo sentido aquilo que se afigurava à primeira vista marginal, secundário, irrelevante. Desse modo, para as ciências sociais, o recorte teórico-empírico elaborado a priori é tão somente indicativo, pois o objeto vai sendo construído ao longo do processo de investigação" (Sérgio ADORNO).

Investigação Microsocial e Formulações Cotidianas

A orientação metodológica desta pesquisa se fundamenta, essencialmente, em parâmetros da área de ciências sociais. Inicialmente a previsão era de que a Antropologia Social, com ênfase na temática urbana, fornecesse a principal forma de condução da investigação. Durante a revisão bibliográfica de diversos autores que tratam da questão carcerária - por uma ótica sociológica - não foi possível abandonar suas importantes observações consideradas fundamentais para a continuidade da pesquisa. Mas não se optou por um esvaziamento completo das contribuições antropológicas, principalmente no que se refere às possibilidades de interpretação simbólica das relações com o tempo na prisão .

A partir da concepção de que a prática de atividades associadas ao uso do tempo em ambientes carcerários sofre necessariamente um constrangimento institucional e não se realiza distante de uma negociação de poder entre atores sociais presos e agentes e agência encarregados da vigilância, tanto a compreensão de aspectos institucionais, de nível macro, como a microsociologia aplicada à investigação do cotidiano carcerário, se mostraram indispensáveis. Desse modo, a formulação dos procedimentos de pesquisa se apoia na

relação entre sociologia e antropologia, sendo herdado da última, além dos parâmetros de interpretação simbólica, a reflexão sobre o trabalho de campo, a coleta etnográfica particular, o reconhecimento das formulações potencialmente racionais e as representações dos sujeitos estudados, entre outros aspectos.

Metodologicamente, o que se pode pensar em termos de relativa novidade nesta pesquisa é a discussão a respeito das possibilidades do suporte videográfico na exploração de um objeto de estudo que, pela sua própria natureza, é arredo a qualquer tipo de abordagem que privilegie a imagem como forma de registro. Sendo assim, essa questão mereceu um tópico específico no presente capítulo. Observações sobre o acesso à prisão, os procedimentos genéricos do trabalho de campo e a descrição do principal local visitado compreendem o segundo tópico. Finaliza este capítulo, a noção de "tempo" e como essa categoria está sendo utilizada na pesquisa.

Durante todo o texto vários aspectos da reflexão metodológica em ciências sociais estarão presentes, com o intuito de mostrar como as questões colocadas na introdução vêm sendo tratadas. Deve-se adiantar que a pesquisa é essencialmente exploratória, partindo da problemática já exposta. A opção ainda por uma análise qualitativa diz respeito à possibilidade de adequação ao recorte temático, a pretensão de interpretar a dimensão social e simbólica presente nas representações dos sujeitos estudados, inseridos institucionalmente, em uma gama de negociações de suas ações cotidianas. As tipificações formuladas pelos próprios presos, a fixação destas no ambiente carcerário são privilegiadas na pesquisa, na medida em que formam e informam sobre como estes percebem o tempo e orientam seus orçamentos temporais no sentido de ocupá-los.

Essa ênfase nas construções dos próprios atores sociais vem se firmando já há algum tempo como rica possibilidade metodológica. CICOUREL, apoiando-se em Schutz, afirma:

"(...) o cientista social deve prestar atenção às estruturas de significados empregados pelos atores da cena que deseja observar, ao mesmo tempo que

traduz tais estruturas para os construtos consistentes com os seus interesses teóricos" (1980:99).

O reconhecimento das atribuições de significado no cotidiano e o destaque no conhecimento que os próprios membros do grupo utilizam para a percepção e descrição de sua experiência refletem uma preocupação etnometodológica "(...) *em oposição às macrossociologias que buscam na atividade cotidiana a ilustração de como operam os padrões institucionais*" (PAIXÃO,1986:94). A partir daí torna-se possível apontar distinções não residuais entre as formulações organizacionais presentes no regulamento e a prática cotidiana.

Se uma leitura pressupõe que um campo semântico seja compartilhado, como aponta Paul RICOEUR (1988) , o sujeito (no caso, o pesquisador) deve ter o desejo de compreensão alimentado pelo conjunto de agenciamentos significativos recorrentes ao sentido do outro - nesta pesquisa, os presos. Um exemplo claro de como as concepções e interpretações dos presos sobre o próprio ambiente carcerário são relevantes, diz respeito à percepção do tempo passado na prisão como "tempo perdido", "tempo morto". Esta "morte do tempo" ou a formulação rotineira de que "presos são crianças" podem significativamente auxiliar na compreensão do contexto carcerário, apontando para o não fixado em regulamentos. Como afirma ADORNO, a respeito de um cenário recente de renovação epistemológica:

"O mundo das representações passou a ser incorporado à análise e interpretação das formas de ser, estar, agir, se comportar, pensar"
(1991a: 12).

Sobre o momento do encontro entre horizontes do pesquisador e do pesquisado, reflexão contemporânea da chamada Antropologia Interpretativa (Cf. CARDOSO de OLIVEIRA,1988), vale ressaltar que em nenhum momento procurei "me transformar em nativo" (no caso preso) (GEERTZ,1989). Não raro, antes que um encontro de discursos,

trata-se de um possível conflito de interpretações diferenciadas e concorrentes sobre um mesmo objeto.

Durante o trabalho de campo aprendi muitas gírias, expressões, mas usá-las de forma exaustiva em perguntas poderia tender mais a um bizarro esforço do que ao efetivo compartilhar de uma "fala". Certa vez, ao pedir "fogo" para o meu cigarro, alguns presos ironicamente afirmaram que não tinham. Ora, eles estavam fumando. Fiquei sem entender até que um me disse sorrindo:

"Pedir fogo na cadeia quer dizer que você tá me tirando como viado".

A partir daí, mesmo sem a pretensão de imitar a "fala dos presos", quando precisei acender o cigarro, passei a pedir "a brasa".

Pensando o uso do vídeo na pesquisa em ciências sociais

A contribuição efetiva do vídeo para esta pesquisa aparecerá diluída no corpo da dissertação, associada à discussão dos conteúdos específicos. Vale adiantar que através das gravações foi possível vivenciar os dilemas entre as esferas formais e a prática cotidiana na prisão, o que resultou em um complexo jogo de ordens e contra-ordens sobre o que podia ou não ser gravado. Com o vídeo tornou-se nítida também a representação do status do trabalho na prisão, e mais, o profundo conhecimento dos presos a esse respeito. Todos concordavam em ter suas imagens captadas quando estavam trabalhando. A experiência com vídeo apresenta ainda a preocupação com as câmeras que já estavam na prisão (circuito fechado) e a utilização da televisão como forma crescente de passar o tempo pelos presos, esses aspectos serão tratados nos capítulos 3 e 4. O produto final em vídeo é objeto de reflexão no

5o. capítulo. Antes porém é importante o esboço do cenário referente à discussão sobre o uso genérico da imagem - em especial a eletrônica - nas ciências sociais.

O número de investigações científicas que compreendem a utilização de meios audiovisuais vem, nas últimas décadas, se ampliando. Essa configuração acentuada em pesquisas recentes se apresenta de diversas formas. Podemos classificar grosseira e provisoriamente dois grandes grupos. O **primeiro** é o dos cientistas que usam imagens e sons no sentido de ilustração e complemento dos procedimentos e conclusões. O **segundo grupo**, ao qual me deterei aqui, se dedica a uma reflexão sobre a potencialidade dos instrumentos de produção de imagens, suas especificidades, virtuais ou relativas à sua utilização e conseqüências, não meramente residuais, à prática científica. Essa ênfase porém não sugere um descaso aos trabalhos que se aliam ao primeiro grupo, mas apenas revela a concepção de que a contribuição de tais meios pode levar a discussões fecundas e questionamentos de posturas metodológicas.

A importância dos meios de comunicação em nossa sociedade vem sendo reconhecida por cientistas sociais há algum tempo. Análises sobre imprensa e ideologia já não são inéditas, ao contrário, proliferam-se de sofisticadas formas. Investigações dedicadas aos processos de produção e emissão de mensagens dividem agora espaço com a recepção, o reconhecimento de um sujeito, individual ou social, interpretativo, possuidor de um repertório próprio e capaz de atuar de forma significativa no conteúdo em jogo nas relações de comunicação. Tanto a preocupação com as intenções latentes do emissor no processo de enunciação, quanto a pluralidade interpretativa complexificam a compreensão dos processos comunicativos, exigindo procedimentos cada vez mais arrojados.

O papel das imagens no nosso cotidiano, as implicações destas no que vem sendo chamado de uma lógica visual ou outros nomes afins, também tem ocupado maior espaço nas investigações. O conflito recente no Golfo, o caráter espetacularizante da cobertura

televisiva, a similaridade com as brincadeiras de *videogame*¹, a possibilidade ampliada de transmissão direta e ao vivo, o alcance e aumento da audiência são exemplos da notoriedade das imagens e sons mediados em nosso mundo moderno. Ao lado desse aspecto, imagens, ícones e símbolos preenchem nosso cotidiano, presentes nas ruas ou em *softwares* que a cada dia levam os usuários a uma maior agilidade nas suas tarefas, tanto no micro-computador pessoal como em terminais públicos. O poder descritivo sintético das imagens, se não alcançou a primazia da lógica da escrita, tem obrigado a uma convivência até então relativamente pacífica.

Ora, se o poder das imagens não é ignorado por cientistas contemporâneos, a introdução destas em suas pesquisas - além da utilização marginal - ainda é tímida. Incorporar meios de produção de imagem animada à investigação científica, distante da imagem ilustrativa residual, impõe uma nova reflexão a respeito de seus alcances e limites. Gostaria de destacar que não faço parte de um grupo que acredita na substituição sumária da escrita, nem prego o fim do bloco de notas ou caderno de campo em pesquisas empíricas. Atualmente, o melhor parece ser a complementaridade entre o caderno de anotações e do instrumento de produção e registro audiovisual. Ainda que o futuro nos reserve o predomínio dos discos de informação dos computadores com relação aos livros, caneta e papel podem ser complementares às câmeras, indo além da dicotomia que marca a escolha de alguns pesquisadores entre a escrita ou o audiovisual.

A utilização de discos digitais de informação como nova fórmula de agrupamento e armazenamento de dados, inclusive como produto final, talvez possa levar as ciências sociais a uma aproximação mais efetiva com os processos de produção e captação de imagens animadas ou fixas. Os "disquetes", assim que possuam um maior espaço de memória, poderão armazenar grande quantidade de textos, gráficos, imagens coloridas em movimento e som direto.

¹ A relação entre a cobertura da televisão da Guerra do Golfo e o *videogame* foi apontada por vários autores, entre eles PARENTE (1992), BAURILLARD (1993), SANTOS (1993).

*"Com o casamento do texto com software é possível, por exemplo, chamar notas de rodapé, ilustrações, músicas e informações mais específicas sobre qualquer assunto do livro"*².

Os discos de informação permitem tanto a sofisticação abstrata da escrita quanto o registro sensível de imagens digitalizadas como também, em breve, a entonação de voz significativa nas histórias de vida, por exemplo.

A idéia de multimídia aparece, tornando possíveis diversos padrões de interatividade. Imagens e sons podem, de acordo com o interesse em cada pesquisa, ser mais ou menos importantes. O que talvez seja ingênuo ou preconceituoso é ignorar esse potencial. Livros e "disquetes" devem coexistir por muito tempo, talvez até "eternamente". Cabe então uma reflexão, nem deslumbrada nem pessimista, sobre a possibilidade tecnológica e seu papel nos processos cognitivos, tanto na captação de dados, como no momento da divulgação temática e/ou científica.

A respeito do incremento atual das formas de divulgação, é inegável que estas tendem a uma maior participação do receptor, que passa a intervir, se não no conteúdo, nas formas de acesso à informação.

"Quando um usuário moderno se coloca diante de um terminal de videotexto e se põe a selecionar as 'páginas' de informação, percorrendo um caminho singular dentro do imenso labirinto de equi-probabilidades do banco de texto, ele está, num certo sentido, materializando (mas também banalizando) o sonho mallarmiano de uma escritura em contínua expansão e em permanente metamorfose, graças às propriedades combinatórias do sistema" (MACIADO, 1993b: 167).

A televisão não significou um campo ideal de divulgação científica para pesquisas na área de ciências sociais, tanto pelos interesses exclusivamente comerciais desse meio, quanto pela opinião de pesquisadores - entre os quais me incluo - de que a escrita ainda é a melhor

² Jornal "Folha de São Paulo" em 09/09/1992.

forma de organização de idéias abstratas. Por outro lado, a computação e seu poder de síntese de linguagens está se tornando um meio promissor para o desenvolvimento e a divulgação de diversas investigações. *Softwares* sobre hábitos culturais, rituais, países, lugares pouco conhecidos, grupos e comunidades urbanas e rurais vêm sendo produzidos de forma acelerada.

As ciências sociais sempre tiveram relações com as demais ciências. A análise quantitativa deve muito à sofisticação da matemática e estatística. Mais uma vez parece que a matemática será fundamental para uma nova possibilidade para as ciências sociais, com a computação e a aproximação entre textos e o audiovisual. Surge então o hipertexto, aglutinador e não necessariamente linear.

"Na sua forma mais avançada e limítrofe, o hipertexto seria algo assim como um texto escrito no eixo do paradigma, ou seja, um texto que já traz dentro de si várias possibilidades de leitura e diante do qual se pode escolher dentre várias alternativas de atualização" (MACHADO,1993b:186).

O uso de imagens por antropólogos e sociólogos remete de imediato à idéia de registro. Inúmeros trabalhos já vêm se apoiando nesses procedimentos, entretanto, a reflexão detalhada sobre suas especificidades, dificuldades e vantagens, encontra-se ainda em um período de amadurecimento. Claudine de FRANCE (1982) , preocupada com a sistematização do uso científico do processo de produção de imagens, aponta para alguns aspectos fundamentais. Essa autora propõe um "corpus metodológico" que compreende várias fases de utilização de imagens na pesquisa etnográfica, que vai do processo de captação à possibilidade de observação em um momento posterior. Essa última etapa se refere ao período de volta do cientista social do campo, período chamado por GEERTZ (1990) - não trabalhando com imagens - como o "*estar aqui*"³

³ Sobre a volta do trabalho de campo e o momento da escrita, Clifford GEERTZ dedica o capítulo final de "El Antropologo Como Autor".

No que se refere ao momento da captação de imagens, Claudine de FRANCE propõe uma sistematização que procura dar conta de diversas situações, em um catálogo múltiplo de possibilidades, organizado a partir da escolha de um "fio condutor" e categorias que especificam a natureza da atividade social recortada pela lente da câmera. No processo de análise do material captado, alguns aspectos também são apontados pela autora como essenciais. A observação repetida, acentuada por uma gama cada vez maior de recursos tecnológicos, como *slow-motion*, pausa, retornar e adiantar, possibilidades presentes inclusive em vídeo-cassetes domésticos.

Não pretendo entrar na polêmica sobre a substituição do bloco de notas pela produção de imagens, nem nas considerações a respeito de uma possível objetivação no processo de captação através de práticas uniformes, mas apenas destacar o interesse pelo estudo sistemático de tais meios pela autora, e concordar que, "(...) a adoção de um suporte, distinto da escrita, no que diz respeito à maneira de captar e de transmitir conhecimentos, exige daqueles que dele se utilizam uma indispensável adaptação às especificidades do novo meio" (FREIRE, 1987:22).

Várias experiências em diversas áreas de pesquisa com a utilização de meios de produção de sons e imagens vêm sendo feitas. A história tem se ocupado das contribuições - principalmente do cinema - para sua disciplina, os estudiosos da **pedagogia** se dedicam ao repensar das possibilidades do vídeo em contextos educacionais. Gostaria porém de citar o trabalho de Sol WORTH e John ADAIR (1975) junto aos navajos. Nessa experiência a proposta foi a de que o próprio grupo estudado realizasse um filme⁴ sobre seu cotidiano. Sem nenhuma familiaridade com a câmera os navajos se acostumaram com o suporte instrumental para a realização da proposta, através de uma seqüência de aulas de WORTH. Habilitados tecnicamente - foi um processo difícil para os pesquisadores, já que trafegavam na tênue linha de ensinar sem doutrinar - começaram seus filmes. Os temas foram variados,

⁴ A utilização de filmes em pesquisas etnográficas é bastante significativa, havendo inclusive publicações que se dedicam a um resgate histórico dessas iniciativas. O vídeo porém, em parte pela sua novidade, mas também por um certo preconceito dos que utilizam o filme, vem conquistando vagarosamente o seu espaço, não sendo disponível ainda ampla bibliografia que trate de suas especificidades nessa área.

cada um do grupo previamente escolhido fez um filme, e o processo de investigação repousou exatamente nas similaridades entre estes, já que a preocupação não era a dimensão psicológica, mas essencialmente a social. A partir daí tiraram algumas conclusões, sendo uma das principais a que apontava para a idéia fundamental de "movimento" - recorrente em todos os filmes - para o grupo. Essas considerações foram ainda debatidas com estudantes que puderam assistir aos filmes realizados. **WORTH** e **ADAIR** transformaram em objeto de estudo não só os filmes, mas a própria experiência, analisando o processo de aprendizagem, as escolhas de tema, a relação dos temas com o contexto, o código, os estilos narrativos, os símbolos. Ambos não omitem em nenhum momento sua participação, chegando à descrição detalhada de diálogos com os navajos em momentos delicados tais como o de ensinar a técnica sem impor a linguagem.

O motivo principal de lembrar alguns passos do particular trabalho de **WORTH** e **ADAIR**, ainda que em nenhum momento os presos aqui estudados tenham gravado ou filmado o próprio cotidiano, é justamente para demonstrar a pluralidade que pode ter a utilização de meios de produção de imagens em diversas investigações. Sol Worth é apontado por **MACHADO** (1993b) como um pesquisador que possui um ponto de vista moderno no que se refere ao olhar sobre a antropologia, em oposição a Collier Jr., na medida em que o primeiro observa que:

"(...) o conhecimento antropológico começa a ser mediado por fotografias, filmes e fitas de som e vídeo, esses próprios enunciados técnicos devem começar a ser objetos do enfoque antropológico, como produtos da cultura que se quer conhecer" (**MACHADO**, op.cit.:240).

Vivemos sem dúvida uma fase experimental , na qual os contornos entre o que é contribuição de fato e o que é fascínio pela tecnologia ainda são pouco definidos. Isso porém só a prática dirá, mas não deixa de ser interessante ver um antropólogo respeitado como Clifford **GEERTZ** afirmando:

"(...) a maior parte da etnografia é encontrada em livros e artigos, em vez de filmes, discos, exposições de museus etc. Mesmo neles há, certamente, fotografias, desenhos, diagramas, tabelas e assim por diante. Tem feito falta à antropologia uma autoconsciência sobre modos de representação (para não falar em experimentos com eles)" (1989:30).

As ciências sempre sofisticaram seus métodos e mecanismos de investigação. No caso das ciências sociais a análise quantitativa incrementa seus instrumentos. Por que - quando for considerado importante - a análise qualitativa não pode acrescentar a imagem, eletrônica ou não, na produção de conhecimento?

Entrando com a câmera - o trabalho de campo

"Naquele dia chegamos em uma Veraneio, parecida com a usada pela polícia. Dentro dela, luzes, câmera, tripé. Como de rotina, foi feita uma busca rápida que nada encontraria, se tivéssemos algo a esconder. Como o diretor mudava costumeiramente sua posição com relação ao registro em vídeo, não estávamos certos de nossa entrada. A demora para a autorização era maior naquela manhã. De repente, sem nenhuma comunicação, o imenso portão foi se levantando. Conseguimos. Entrávamos com nossos olhos e o olhar eletrônico do vídeo. Entrávamos onde muitos queriam sair" (Trecho do caderno de campo).

As investigações que têm como sujeitos estudados os internos de presídios e penitenciárias apresentam desde o início uma barreira: a entrada do pesquisador no seu *locus* de trabalho. Muitas análises já foram obrigadas a se distanciarem de sua postura inicial de realização de entrevistas não intermediadas, através de contato direto com os presos, indo em direção à investigação exclusiva de regulamentos. Atualmente, a dificuldade de acesso

dos pesquisadores parece minimizada, sendo que até mesmo programas de televisão *broadcast* já foram feitos em prisões.

Para esta pesquisa foi considerada indispensável a aproximação direta do cotidiano dos presos, em função do próprio recorte proposto: a dimensão social do tempo vivido e a relação deste com o espaço carcerário. Tendo em vista o desejo da entrada de uma câmera, as dificuldades para essa aproximação do cotidiano pareceram que seriam ainda maiores.

Passo a relatar algumas experiências relativas ao acesso com e sem a câmera de vídeo nas instituições visitadas. A primeira vez que pude gravar imagens em um presídio ocorreu no início de 1992, no Centro Reeduacional de Neves (C.R.N.), em Minas Gerais. É importante destacar que antes das gravações eu já estava realizando visitas freqüentes a essa instituição, sendo o acesso inicial autorizado pelo então Secretário Estadual de Justiça / M.G., Dr. Mário Assad. O ingresso do pesquisador em prisões é sempre um aspecto peculiar. O primeiro acesso foi possível graças a indicações de pessoas conhecidas que me levaram até o Secretário de Justiça. Durante o percurso burocrático de cartas de apresentação, o número de visitas, delimitado anteriormente, foi sendo alterado. Pude então ir ao C.R.N. quantas vezes desejasse.

Nas idas anteriores à gravação com vídeo foi possível entrevistar vários internos e funcionários. Com perguntas feitas a partir de um roteiro aberto (já havia tido a oportunidade do contato com o tema através de leituras) viabilizou-se a absorção das primeiras informações, obtidas diretamente, sobre o cotidiano dos presos. Gozando de certo trânsito com os funcionários do C.R.N., demonstrei a uma diretora meu interesse em gravar imagens da cerimônia do "Lava-pés", a ser realizada na capela no interior da prisão. O Diretor Geral autorizou a gravação e pude então captar as primeiras imagens.

A equipe de gravação era bastante reduzida: 3 pessoas⁵. Um câmera e uma assistente de iluminação somavam-se a mim. Eu, além de conseguir depoimentos dos internos, dirigia o câmera e fotografava. O equipamento utilizado foi VHS (amador). Esse fato, se prejudicou

⁵ A preocupação com o tamanho da equipe, ou mesmo a redução máxima - apenas uma pessoa simultaneamente produzindo imagens e pesquisando, é discutida por ROUCH (1975).

a qualidade das imagens, possibilitou que durante nossa saída da capela deixássemos a câmera ligada e pudéssemos obter - ainda que não autorizadamente - imagens de pavilhões e celas. O balanço da câmera, porém, prejudicou o poder descritivo das imagens. As complexas entradas de luz da prisão aliadas ao "olhar" quase que aleatório de uma câmera ligada debaixo do braço, produziram imagens impressionistas de um cenário sombrio, mas pouco ricas em detalhes. No C.R.N. esta foi a única experiência de captação de imagens, já que o diretor da instituição foi substituído e seu sucessor não permitiu a gravação com vídeo, apesar de garantir o acesso para entrevistas com papel e caneta.

Essa primeira entrada com a câmera foi essencial para a afirmação da viabilidade do projeto. Ficou claro, entretanto, que o acesso não seria facilitado. Os diretores de cadeias parecem saber que o ingresso de um pesquisador, principalmente trabalhando com imagens, e sua presença constante no interior da prisão, torna acessível a estes depoimentos e experiências que muitas vezes estão além do imediatismo jornalístico das visitas da imprensa. O último diretor do C.R.N., que proibiu a entrada com a câmera, chegou a afirmar que diante de imagens ele não poderia questionar possíveis críticas que eu viesse a fazer, mesmo afirmando que nada havia ali que precisasse ser escondido. Ficou nítida, naquele momento, a dialética entre transparência e opacidade que articula as relações de poder na prisão.

Depoimentos de presos para emissoras de TV a respeito das péssimas condições de carceragem parecem não incomodar mais, viraram tristes rotinas, associados sempre à precária situação sócio-econômica brasileira. Configura-se um cenário, muitas vezes não irreal, onde "homens honestos" vivem em situação "similar ou pior" que os presos. Comer ou mesmo dormir são, muitas vezes, mostrados como regalias dos presos na "desgraça generalizada brasileira".

Em Campinas a aproximação de instituições carcerárias se deu de forma diferente. Fui vencedor, em proposta conjunta com outro pesquisador em Multimeios, do Prêmio Estímulo da Prefeitura Municipal de Campinas, categoria vídeo U-MATIC. Tema genérico

do projeto: o cotidiano de instituições carcerárias. Ainda que não fosse objetivo a construção de um documentário formal - trata-se de um produto híbrido, situado na interface da "videoarte" e do documentário - "Tereza" (título do vídeo) proporcionou a entrada em prisões tanto para entrevistas quanto para a captação de imagens.

Após a obtenção de autorizações judiciais ⁶, processo extremamente moroso, passamos para a etapa de realização do vídeo. Interessado no levantamento de história oral, realizei muitas visitas e entrevistas com o intuito de conhecer melhor os sujeitos do vídeo e da pesquisa. Esse período de conversas foi fundamental para uma aproximação maior com os presos, distanciando a proposta de vídeo de um programa jornalístico que normalmente se caracteriza pela precariedade temporal, pelo imediatismo na obtenção de informações.

A relação pesquisador e sujeitos estudados na prisão é marcada, sem dúvida, por especificidades. Se a confiança é um aspecto essencial em pesquisas qualitativas, que se pautam em uma aproximação direta e o estabelecimento de uma relação duradoura, na prisão essa condição se potencializa. Com o uso de um meio de captação de sons e imagens observa-se ainda uma radicalização dessa delicada situação. Em uma coleta com papel e caneta é uma tradição a garantia de sigilo ao entrevistado. Em vídeo, ainda que possível, o entrevistado entrega ao entrevistador a responsabilidade pelo sigilo, já que só por distorções de voz e imagem uma captação normal poderá ocultar uma pessoa. O "corpo a corpo", o encontro de dois sujeitos com o uso do vídeo é necessariamente mediado por uma máquina e, não raro, como no caso desta pesquisa, por uma equipe técnica mínima, mas presente. Se a timidez do entrevistado muitas vezes se transforma em dificuldade para a realização de um contato, com o vídeo essa situação aumenta tendo em vista o próprio status da imagem televisiva em nossa sociedade.

Vários internos, envolvidos em problemas com outras quadrilhas fora dos muros da cadeia, não concordaram em mostrar suas imagens. Outros tinham parentes ou amigos

⁶ O Juiz Corregedor dos presídios do Estado de São Paulo na época era o Sr. Luiz Augusto San Juan França.

que não sabiam que estavam presos e assim preferiram não aparecer no vídeo. Alguns ainda temiam um reconhecimento futuro, optando por esconder sua situação para não sofrerem com o rótulo estigmatizante de ex-presos. Esses últimos eram principalmente os que estavam prestes a deixar a prisão. Tais problemas, que marcam a própria especificidade do trabalho de ciências sociais utilizando vídeo, ocorreram em duas instituições escolhidas para a pesquisa: o **5o. Distrito Policial de Campinas** e a **Penitenciária de Campinas-Sumaré**, considerada de segurança máxima.

Alguns fatos ampliaram as dificuldades. Um se refere à ida, dias antes de nossa primeira gravação, de uma emissora de TV ao 5o. Distrito. Pouco preocupados com o direito de preservação de imagem dos presos, que aliás estão cada vez mais conscientes disso, essa equipe de jornalismo captou imagens indiscriminadamente, ouvindo o coro de gritos tais como: "*vou te pegar lá fora*", ou "*depois a gente se acerta*", conforme declarações dadas pelos próprios presos e carcereiros. O funcionário de plantão me apresentou como jornalista, sendo que nessa prisão não pude adotar a estratégia de só falar sobre o vídeo após um certo período de conversas. Procedendo de forma diversa dos jornalistas que lá estiveram, minhas visitas iniciais foram indispensáveis para que os presos adquirissem confiança, além de garantir que só os que não fossem contrários à captação de imagens seriam sujeitos de nossa lente.

É importante aproveitar este espaço para apresentar especificidades referentes à pesquisa com vídeo em instituições carcerárias. Os presos, em geral, constituem um grupo consciente em relação ao uso de sua imagem. Quando aceitam ter seu rosto gravado em vídeo, gostam de deixar claro que estão ajudando, colaborando. Assim, fica evidente o fato de que o cientista social não trabalha com objetos, mas sujeitos, que além de fazerem formulações pertinentes sobre o próprio cotidiano, estão preocupados com o destino da imagem e preparados, muitas vezes, para manipular - a qualquer momento - a impressão que se tem deles. Trata-se das construções de poses, que distante de serem ignoradas, ou consideradas imagens impuras, transformaram-se aqui em objetos de investigação.

Os presos questionaram a veiculação, o meio, a recepção. Sobre este último aspecto é interessante perceber como o uso do vídeo difere das entrevistas feitas somente por uma pessoa munida de papel e caneta. Como foi dito, o vídeo identifica o sujeito mostrado. Muitas vezes ofereci a oportunidade de depoimentos com o rosto escondido. Todos os que deram entrevista porém preferiram se mostrar, sendo registrada apenas uma exceção, um escultor que tinha obras expostas em algumas lojas de Campinas e solicitou que apenas sua voz fosse captada. É tradição - como foi apontado - em pesquisas sobre a prisão o uso de pseudônimos ou o registro de apenas iniciais do nome dos internos. Em vídeo isto não é possível. Percebi entretanto, concordando com Sérgio ADORNO (1991b), um novo perfil da lei do silêncio, que mesmo falar, pública e assumidamente, sobre crimes e mortes já não é um tabu na prisão.

A idéia de usar planos gerais, de trabalhar com uma câmera aberta que pudesse "mostrar tudo", foi logo descartada. Muitos presos não gostariam de ser captados e não estávamos ali para roubar suas imagens. Captaríamos algumas seqüências em planos abertos, mas a tendência geral da gravação seria o uso de planos fechados e depoimentos individuais. É interessante pensar que é delegado ao vídeo a utilização de planos de detalhe (por sua menor definição de imagem) enquanto ao cinema é permitido planos extremamente abertos. O curioso é que nossa opção por planos fechados foi, antes de tudo, imposta pelos sujeitos estudados, ou melhor, pela relação entre o pesquisador e os presos, que fazia com que o "furto de imagens" fosse inconcebível. Esse "furto" diz respeito ao fato de que presos eventualmente apareceriam em quadros abertos. Por fim, a utilização de planos apenas no rosto ou em fragmentos da prisão acabou por significar muito na edição final do vídeo "Tereza", sugerindo ao espectador um olhar parcial e fechado, limitado, aspecto este que insistimos em ressaltar com a utilização de tarjas negras sobre as imagens, como será discutido no capítulo 5.

Ao trabalhar com vídeo, uma das opções foi ampliar - o que revela uma potencialidade do seu uso - a possibilidade temporal de observação etnográfica após o

trabalho de campo propriamente dito. Uma expansão temporal da observação da coleta de dados, particular em relação ao papel. Cada vez que assistia aos depoimentos era quase como uma "nova visita". Do ponto de vista emocional, o som e as imagens reconstruíam o ambiente e era possível um "novo encontro", embora diferente.

Como aponta **ADORNO** a respeito da aproximação com o cotidiano prisional na pesquisa que desenvolveu:

"Abandonava-se a 'frieza' das fontes documentais em proveito de um contato mais próximo com o mundo da delinquência. A história oficial cedia lugar a uma história viva, tecida na própria fala dos depoentes. A experiência vinha agora carregada de emoções e sentimentos, intensa de representações coloridas, plena de cenários e acontecimentos" (1991a: 30).

Trabalhando com vídeo foi possível expandir temporalmente esta possibilidade de estar diante do "colorido" possível na aproximação com o cotidiano. Se obrigatoriamente minhas visitas à prisão não podiam ser longas - na PI eu tinha que ir embora às 16:00 h - o vídeo alargava a relação com as pessoas e com o ambiente, possibilitando ainda a ampliar a observação dos aspectos iconográficos da prisão, viabilizando descrições detalhadas como as presentes no capítulo 3.

A possibilidade de aproximação posterior oferecida pelo vídeo inclui especificidades em relação ao cinema. A mais evidente é a facilidade com a qual podemos assistir imagens eletrônicas em movimento. Outra, mais sofisticada, diz respeito ao próprio momento da captação dessas imagens.

"O material bruto de um trabalho em vídeo é mais errático do que o do cinema. Registra um número muito maior de elementos que extrapolam a nossa intenção de significar. Tem menos simples repetições de uma mesma ação que novas versões retomadas de um outro registro. Incluindo tempos mortos, as transições (...)" (OMAR, 1992: 94)

Dessa forma, assistir ao material gravado no campo é também ver novidades. Muitas vezes gravamos⁷ imagens em caminhadas pela prisão, a câmera ligada, registrando corredores, celas de castigo. No momento de apreensão do espaço carcerário, essas imagens que normalmente não mostravam presos, mas a estrutura física, foram fundamentais.

Um aspecto primordial no que se refere a particularismos metodológicos da captação eletrônica com relação ao uso do bloco de notas é que, com o vídeo já não se trata mais de uma relação exclusiva entre o pesquisador e o sujeito estudado. Ao falar sobre o discurso enquanto evento, que "*consiste no fato de alguém falar*", Paul **RICOEUR** aponta que só o discurso "*(...) possui, não somente um mundo mas o outro, outra pessoa, um interlocutor ao qual se dirige. Neste último sentido, o evento é o fenômeno temporal da troca, o estabelecimento do diálogo, que pode travar-se ou interromper-se*" (1988:46). Ora, o sujeito estudado ao responder alguma pergunta, fala a alguém, o pesquisador que "*(...) não deixa de ter seu próprio projeto intelectual, sua própria linguagem e sua forma própria de se comunicar com seus pares(...)*" (**ZALUAR**,1980:112).

Dar um depoimento que está sendo gravado inclui sujeitos outros, ainda que virtuais, de recepção. Ao se mostrar, o preso abre mão de um anonimato pessoal para, inclusive, receptores potenciais anônimos. A introdução desses novos sujeitos virtuais na relação entre pesquisador e pesquisado não exclui a necessidade de confiança do último pelo primeiro, ao contrário, esta deve ser acrescida, na medida em que é o pesquisador que irá delimitar entre outras coisas, quem serão esses outros sujeitos receptores.

Nesse complexo contexto de interação, os presos muitas vezes assumem a postura que mais lhes parece apropriada. Demonstram conhecimento que a representação de recuperação está normalmente associada ao trabalho e à relação com a família. Fato curioso, e perceptível em função do uso do vídeo, é que mesmo os presos que se recusaram a gravar depoimentos faziam questão de se mostrar trabalhando, em oficinas, lavanderia, cozinha, costura ou fazendo artesanato. Essa manipulação de impressão (**GOFFMAN**,1975),

⁷ Eu e a equipe de gravações.

revelando a associação trabalho e potencialidade de recuperação, é regra em instituições carcerárias. Indo além da afirmação que "pessoas constroem poses diante de câmeras", interessou compreender os valores presentes nessas representações, a manipulação muitas vezes racional de atores sociais conscientes dos significados de sua exposição.

Uma investigação na prisão - com o uso do vídeo ou não - envolve especificidades na relação entre pesquisador e pesquisado. Sem dúvida, muitas vezes os presos apresentam-se sedutores (ADORNO, 1991a) e mesmo relações de solidariedade aparecem complexas nesse cenário. Longe de ser ilógica, a construção dos argumentos e formulações da criminalidade apresenta-se muitas vezes sofisticada e, não raro, o pesquisador é colocado em cheque pelos próprios agentes estudados.

"Diante das especificidades do objeto focado e dos sujeitos observados, ao pesquisador outra alternativa resta senão uma espécie de 'terceira via'. Não se apresentar como 'igual' ao preso e sequer como pertencente à equipe dirigente da instituição prisional, pois ambas situações desembocam em dificuldades insanáveis" (ADORNO, op.cit.:14).

Dentro desse cenário vale ressaltar que a escolha dos entrevistados foi feita com total liberdade pelo pesquisador. O procedimento usual de aproximação na prisão compreende um contato inicial com funcionários e esse é um momento crucial. Estão em jogo ali as facilidades e dificuldades que acompanharão todo o período de visitas à prisão, como a espera diária para o ingresso na instituição, que pode ser maior ou menor; o fato de entrar com caneta e papel ou gravador.

A partir de sugestões de funcionários sobre os primeiros presos com quem eu iria conversar, foi viável a formação de um grande grupo de entrevistados, já não mais indicado por agentes da instituição. Esse procedimento, de ouvir inicialmente os funcionários, é significativamente importante para a conduta bem sucedida de um pesquisador na prisão. O aconselhamento sobre quem entrevistar cria uma relação de confiança com o funcionário e

faz com que um dos principais sentimentos da prisão - quem entende de cadeia é preso ou carcereiro - seja observado.

A partir das primeiras conversas com os presos - nesse momento ainda não revelava a intenção de gravar imagens - fui me aproximando de líderes e detentos "velhos de cadeia". Essa forma de atuação me havia sido aconselhada e realmente possibilitou que, após as entrevistas desses presos, muitos outros concordassem em falar.

Com um grupo plural, a intenção foi escutar tanto os considerados "recuperados" quanto os "bandidos natos". Os próprios entrevistados sugeriam nomes que, na medida do possível, foram sendo requisitados. Ao indicarem outros para as entrevistas, os presos sentiam-se participando do processo, aspecto este acentuado quando eles já sabiam do vídeo. Sentiam-se informados ao apontar "tal pessoa topará", "aquele não, tem 'o rabo preso' " etc. A forma como falavam de alguns presos denunciava cisões entre a massa carcerária e é nítido o orgulho que eles sentem quando lhes é delegado o conhecimento da vida na prisão.

Procurei uma variação dos entrevistados no que se refere ao artigo, à postura e ao tempo de condenação. De ingressantes a "velhos de cadeia", a intenção foi obter entrevistas - ao menos do ponto de vista qualitativo - representativas.

Extremamente significativo para a pesquisa foi o fato de que nas visitas, com ou sem a câmera, pude, em geral, conversar individualmente com os presos que escolhia para entrevistar. Algumas vezes dentro de celas, ou em uma sala de aula (P1), conversei com os presos isoladamente, sem a presença de guardas, conseguindo transcender a timidez ou o medo de que os depoimentos dos presos fossem ouvidos. Esse foi um fato que me surpreendeu. Muitas vezes me pegava passeando pelo interior da prisão, sozinho, podendo escolher para onde ir, com quem falar. No C.R.N. me deparei com uma cena que jamais esperaria. Conversei com um preso em sua cela, sendo que este possuía um serrote para a confecção de artesanato. Com 16 anos de prisão esse preso havia adquirido confiança suficiente para tanto. Acontece que, apesar de estar preso em uma cela individual, o detento convivia durante o dia com outros, que, no meu entender, poderiam agredi-lo e tomar o

serrote. A partir desse momento ficou explícito que a prisão é sem dúvida um local onde armas, de diferentes tipos, circulam cotidianamente.

É importante ficar claro que a gravação em vídeo não foi a única técnica utilizada para a obtenção de dados. Várias entrevistas essenciais foram conduzidas exclusivamente com papel e caneta, sendo a maioria assim realizada por opção dos próprios presos. Em outras foi utilizado o gravador de áudio, sempre com conhecimento dos entrevistados.

Ao contrário da expectativa inicial, não foram poucos os presos que concordaram em dar depoimentos em vídeo. Ao se sentirem colaborando, muitos não perderam a oportunidade de pedir algo quando percebiam que não estavam sendo observados e, outros, faziam um rol do que consideravam injustiças. A cada visita eram solicitadas inúmeras coisas. Postar cartas, telefonar, livros e revistas, bolas de futebol, aparelhos de televisão (!). É interessante que, por estar trabalhando com vídeo, a impressão que os presos tinham era de que eu fosse rico. Entre os poucos pedidos que pude atender estão o de L.M., autodidata, que inicialmente solicitou a versão integral da "Divina Comédia" e depois um correspondente no Departamento de Física da UNICAMP, para estabelecerem discussões na área de campos magnéticos. Muitos internos demonstraram conhecimento de fatos gerais do cotidiano e gostavam de conversar sobre isto. Falaram sobre corrupção, PC Farias e nova ordem mundial.

Nos trabalhos de gravação em Campinas a equipe sempre foi reduzida ao número mínimo que o equipamento demandava. Tanto na PI quanto no 5o. Distrito, o grupo era de quatro pessoas contando comigo, que assumi a direção⁸ e a condução dos diálogos com os presos, em clima informal de conversa. A equipe foi composta então por um câmera, um operador de VT, enquanto a outra pessoa acumulava o controle de áudio e a iluminação. A produção de "Tereza" contou com um grande número de pessoas, envolvidas no difícil processo de autorização da entrada do equipamento. Estas porém não estiveram nas prisões, onde procuramos ir em menor número para interferir o mínimo possível no cotidiano

⁸ Direção conjunta com Caco P. de Souza.

carcerário. Essa preocupação já se firma como uma questão importante para as pesquisas que se propõem à utilização de equipamentos de registro audiovisual. Grandes equipes com fantásticos e imensos equipamentos de iluminação transformam-se em atração, alterando por completo o cotidiano daqueles que serão gravados.

O trabalho do cientista social no campo reserva sempre uma infinidade de acontecimentos curiosos sendo que, muitos, levam a um questionamento das formas de abordagem, a receptividade pelo grupo estudado entre outros aspectos. Para **GEERTZ** (1989), o acaso, o susto, tornou possível o estabelecimento da aproximação desejada com os balineses. Esses acontecimentos, não raro, levam à compreensão de aspectos significativos do grupo ou sociedade estudada.

"Pretende-se sugerir que a 'objetividade' do conhecimento em ciências humanas e sociais compreende tanto a observância de regras formais e de prescrições técnicas - não há porque ignorá-las - como também um diálogo permanente com o fugaz, com o contingente, com o inesperado, com a rareza dos acontecimentos" (ADORNO,1991a:11).

É nesse sentido que estão destacadas aqui algumas experiências ocorridas na ocasião do meu ingresso nas instituições ou quando me referia pela primeira vez à utilização do vídeo.

Muitas vezes, mesmo quando estava sem a câmera, eu era identificado como "cineasta", "homem de televisão", principalmente por aqueles com quem eu não conversava demoradamente. Sempre procurava deixar claro quais eram realmente os objetivos do trabalho, mas poucos se satisfaziam com o fato de que a universidade seria a principal instituição de divulgação das imagens e depoimentos.

Em algumas visitas ao 5o. Distrito Policial de Campinas, onde o delegado era o Sr. João Aparecido de Carvalho, ficou claro que a direção colocaria barreiras para a realização do nosso trabalho com imagens, esperando talvez que viéssemos a desistir. Aconteceram

situações particulares que serviram para questionar os "manuais de receita" metodológicos, plenos de fórmulas ideais de aproximação com o grupo estudado. O primeiro aspecto é que, diferentemente do C.R.N. e da P1, onde eu podia entrar em celas e conversar com quem bem entendesse, da forma que quisesse, no 5o. Distrito não foi autorizado o diálogo sem que grades estivessem entre mim e os presos. Isto se deu porque, uma semana antes da minha chegada, um carcereiro havia sido agarrado ao trancar uma cela e, se não fosse tão forte, uma fuga de vários presos teria acontecido. Durante o período que estive no 5o. D.P., além de uma série de conflitos entre presos e administração, a situação mostrava-se particularmente tensa em função do fato de menores infratores dividirem o espaço com presos adultos.

Respeitando a ordem inicial de distância, eu chamava os presos durante o "banho de sol" para que chegassem próximo à grade perto de mim. Depois de contar que não era jornalista, advogado, assistente social e nem policial, iniciávamos um "bate-papo" sobre o cotidiano da prisão, sendo que muitos conversavam simultaneamente, o que até então era inédito, pois sempre optei por dialogar individualmente com os presos. Algumas situações constrangedoras aconteceram a partir daí, quando eles começaram a apontar os "caguetas", dar empurrões em homossexuais com pouco prestígio (as "bichinhas", "francholas") e acusarem-se mutuamente.

Nesse distrito se apresentaram, dentro das instituições visitadas na pesquisa, as cenas mais fortes do cotidiano das cadeias brasileiras como: homens amontoados; feridas cobertas por pasta de dente; presos cortados por "gilete" em várias partes da cabeça e do corpo. Jack 1, 2 e 3 - três estupradores eram chamados assim - mostravam já certo ar de demência e tinham o corpo coberto de hematomas e sem pêlos, raspados no momento em que foram violentados na prisão, "viraram mulher". Nesse cenário a violência era declaradamente a regra no relacionamento entre os presos e entre estes e os funcionários.

Na primeira ida ao 5o. DP um preso passou a mão fechada para o meu lado da grade e pediu que eu a segurasse. Não vendo nenhum problema, peguei sua mão e ele então me

passou um pequeno objeto macio. Abri a mão preocupado com o que seria e um carcereiro, que já me "olhava meio de lado", fixou-se em minhas mãos. Era um pé-de-coelho. Sorri satisfeito para o preso que retribuiu. Voltei da prisão bastante alegre com o fato, afinal aquele detento tinha me desejado sorte. Lembrei de um interno do C.R.N. que, como prova de confiança, havia me dado um prego, milimetricamente curvado, que usava para abrir a "portinhola" de sua cela e que, em última instância, era também uma de suas armas pessoais. Mostrei o pé-de-coelho a alguns colegas, ainda o guardo até hoje, tendo colocado junto aos objetos já recebidos no trabalho de campo. Dias depois, ao voltar na cadeia, conversava com o líder de outra cela e contei-lhe o caso do pé-de-coelho, querendo mostrar que havia sido bem aceito. Olhando para mim ele riu e afirmou que, o que eu considerava um presente nada mais era que uma "passagem para a rua". Me explicou então que o fato do preso ter me dado o pé-de-coelho em nada se relacionava a boas-vindas, mas que, se esse objeto fosse levado até a rua, por qualquer pessoa ou meio, significaria que o preso também conseguiria a liberdade. O que eu achava que era boa sorte, na verdade foi uma forma de dar vazão a uma superstição de cadeia. Restou o consolo de ter sido a pessoa indicada para levar o pé-de-coelho. Algumas semanas depois percebi que o detento não estava mais lá, mas como era um distrito policial, provavelmente ele foi transferido para uma prisão maior. Cismado, preferi não perguntar.

Na Penitenciária 1 - Campinas/Sumaré, onde realizei a maior parte do trabalho de campo, aconteceram situações peculiares. Um dos internos, na medida em que fui contando meu interesse de pesquisa e falei sobre a intenção de gravar imagens, começou a discorrer sobre Hector Babenco e uma lista de outros cineastas. No vídeo "Tereza" esse preso aparece falando sobre Werner Herzog. Contou que já tinha realizado filmes experimentais em Super-8 e, a partir daí, não concordou mais em falar sobre a prisão. Toda vez que eu questionava sobre o cotidiano da cadeia ele mudava o assunto para cinema, filosofia grega, onde mostrava particular interesse pelos Pré-Socráticos. Por fim percebi que ele falaria sobre a prisão apenas indiretamente e resolvi usar uma das horas que passava na cadeia conversando

sobre assuntos gerais com o culto assaltante a mão armada e, quando possível, "pinçava" dele algumas informações sobre a prisão. Posso dizer que ficamos amigos.

Como afirma MINTZ (1984) a respeito de um informante, "Taso", a amizade muitas vezes não se constitui em um problema na relação pesquisador-pesquisado. Tornei-me amigo desse detento e muito aprendi através de suas representações sobre o cotidiano e os dilemas da prisão. Ele não era exatamente um preso típico - como não o era o informante de MINTZ - mas um preso que de forma perspicaz analisava seu próprio dia-a-dia. A situação de preso fez com que, diferentemente de MINTZ, eu tenha optado por não revelar seu nome no decorrer do texto⁹.

Nessa penitenciária foi possível ver na prática como a entrevista é apenas mais um instrumento de acesso à informação. Procurando participar de alguns momentos do cotidiano carcerário, passei a almoçar com os funcionários dentro dos pavilhões. A partir daí tive contato direto com as formas através das quais os guardas se referiam aos outros e aos presos, com os estereótipos de "vacilão", "frouxo", "linha dura". Ouvi também sobre jogos de corrupção, como facilitação de entrada de pequenas coisas proibidas ou fora do dia. Cheguei a escutar dois guardas discutindo sobre a possível troca de pavilhão de um preso "cagüeta". Ambos gostariam de tê-lo em seu raio. Por fim, um convenceu o outro, podendo ficar com o preso até o momento em que três facas fossem encontradas no seu raio.

Em uma das primeiras visitas à P1, alguns guardas e um professor conversavam a respeito de um carcereiro que, por ter espancado vários presos, ficou em situação delicada. Sua casa - ele era casado e tinha filhos - vinha sendo apedrejada com frequência, recebia telefonemas anônimos, provavelmente de amigos dos presos que apanharam. Curiosamente ficaram do lado dos detentos, dizendo que o funcionário "*não sabia proceder*", "*batia de graça*" e, além disso, como eles próprios afirmaram, "*ele não fazia vista grossa*".

⁹ Em um estudo na prisão a amizade é apenas um dos sentimentos despertados nas visitas. A dúvida, a tristeza, a tensão e outras sensações nos acompanham em vários momentos, quando cruzamos sombrios corredores, conversamos, sentamos em celas quentes ou geladas.

Durante o trabalho de campo ficou evidente a complementaridade essencial entre as diversas formas de obtenção de dados já citadas, como entrevistas, o vídeo, as fotografias, a coleta informal de dados, o bloco de notas¹⁰, o "estar atento", através do que foi possível compreender muitos dos aspectos fundamentais do cotidiano das prisões. Buscou-se o que pode ser chamado de uma metodologia interativa entre técnicas diversas de obtenção de informações. Algumas vezes, dados pouco significativos colhidos em entrevistas adquiriram pertinência quando relacionados a aspectos levantados em conversas informais. ADORNO (1991a) aponta para a importância da coleta informal de dados - ao lado das entrevistas - na prisão:

"(...) fragmentos de discursos e observações extraídas de instantâneos quase fotográficos obtidos em corredores das instituições prisionais, nos cafés em conversas paralelas e aparentemente ingênuas, nos serviços de revista e nas passagens pelos portões de segurança e 'gaiolas', nas salas de espera e nas visitas cerimoniais, na disposição das coisas e das pessoas em um espaço que inspira de modo ambivalente medo e curiosidade. Nada disso pôde ser desprezado, carregado que está de significado" (ADORNO, op.cit.:15).

Além de dados com essa natureza plural, alguns jornais do período de pesquisa foram fundamentais, na medida em que informavam a respeito de acontecimentos em prisões do Brasil e também porque os meios de comunicação ocupam um espaço destacado nesta pesquisa.

É importante ressaltar que normalmente - com ou sem a câmera - fui bem recebido pelos presos já que, no entender deles, as nossas conversas ajudavam a "tirar cadeia", "passava as horas", o "tempo corria mais rápido".

O uso do vídeo, é importante ficar claro, transcendeu à idéia de registro, principalmente através da elaboração de produtos audiovisuais. Trechos editados de "Tereza" foram incorporados a este trabalho enquanto pontos de partida para discussões.

¹⁰ As anotações no caderno de campo em pesquisas sobre a prisão aparecem como fundamentais, na medida em que muitas vezes a própria situação da entrevista passa a ser objeto de investigação.

Vários fragmentos de depoimentos, aqui presentes, se referem à forma final na qual aparecem no vídeo. Desse modo, a experiência com um meio de produção de imagem eletrônica constituiu-se simultaneamente em estratégia metodológica e objeto de investigação. A realização de produtos finais em vídeo tornou-se, inclusive, matéria-prima de discussão, evidenciada de forma específica no último capítulo.

Apresentando a noção de "tempo"

"Em que espaço medimos o tempo que está para passar? Será no futuro, donde parte? Mas nós não podemos medir o que ainda não existe! Será no presente, por onde parte? Mas nós não medimos o que não tem nenhuma extensão! Será no passado, para onde parte? Mas, para nós, não é mensurável o que já não existe!" (SANTO AGOSTINHO)

É importante introduzir como a noção de tempo está sendo utilizada no texto. Pela abrangência e polissemia desse conceito faz-se obrigatória a explicitação dos sentidos que o termo ganhará. A delimitação conceitual como necessidade fundamental metodológica.

Definir o "Tempo", apresentá-lo como um conceito operacionalizável, ou negar sua "característica de conceito" (KANT), admitindo porém que ele existe (SANTO AGOSTINHO), estudar a "duração" (BERGSON) ou o "tempo social" (DURKHEIM) tem sido uma das tarefas das ciências e filosofia, ao menos desde PLATÃO (que apontou a maior importância da eternidade com relação ao tempo, sua imagem móvel)¹¹.

A proposta aqui porém não é a retomada das principais abordagens a respeito do tempo, nem mesmo uma contribuição efetiva para a discussão sobre o caráter ontológico dessa noção. A partir da leitura de alguns autores, e não foram poucos os que refletiram

¹¹ Ver LACEY (1972).

sobre a questão, a pretensão é somente deixar claro "que tempo é este que está presente no texto", quando for aplicado ao contexto prisional nos próximos capítulos. O esforço é para que fique nítida a utilização das construções relacionadas ao tempo no texto. Possivelmente, leitores familiarizados com o debate sobre o tempo irão se deparar com ausências de autores e idéias, mas o objetivo deste tópico é sem dúvida mais operacional que ser fértil do ponto de vista de contribuições teóricas.

Por que estudar o tempo, ou ainda, experiências sociais relativas às formas de seu uso particular? A possibilidade de grupos sociais relacionarem-se de modo específico com o tempo parece ter despertado o interesse de muitos pesquisadores. EVANS-PRITCHARD descreve os conceitos Nuer de tempo e, ao referir-se às relações dessa noção com o ambiente físico, fala de "tempo ecológico". A utilização do termo associa a relação e os constrangimentos espaciais na definição do tempo. O autor se preocupa ainda com as unidades de tempo que compõem o que ele chama de "tempo estrutural".

"Os períodos maiores de tempo são quase que inteiramente estruturais, porque os acontecimentos que relacionam são mudanças no relacionamento de grupos sociais" (EVANS-PRITCHARD, 1978:108).

O autor articula desse modo tanto as informações associadas ao ritmo e alterações da natureza - o ambiente - quanto à dimensão social. Ambos - tempo ecológico e tempo estrutural - referem-se a sucessões de acontecimentos que possuem interesse para que a comunidade os note e relacione, uns aos outros, conceitualmente. Não dispondo de "pequenas" unidades de tempo¹² - como horas - além dos ciclos de dias, os movimentos do grupo são essenciais para o sentimento de tempo transcorrido. A associação entre

¹² Falar em "pequenas" unidades de tempo atualmente parece ser uma complicada tarefa. Na Fórmula 1, por exemplo, a distância (calculada em tempo) de 2 segundos é considerada praticamente insuperável.

"movimento" e "tempo", e não sua confusão como conceitos idênticos¹³, torna possível a compreensão da experiência de duração e contagem do tempo.

Articula-se ainda a dimensão social da experiência temporal, na medida em que "(...) *a hora da ordenha e a hora das refeições são aproximadamente as mesmas para todas as pessoas que normalmente mantém contatos mútuos (...)*" (EVANS-PRITCHARD,1978: 116). E, com relação à experiência "pessoal", "(...) *um indivíduo pode calcular a passagem do tempo em referência à aparência física e ao status de outros indivíduos e às mudanças em sua própria vida, mas tal método de contagem do tempo não possui uma ampla validade coletiva*" (op.cit:120).

Não se trata porém de uma rígida polarização da experiência temporal socialmente relevante e o cálculo de tempo individualmente significativo. Essas esferas se relacionam e estratificações nas próprias sociedades apontam ainda para o quão relativo pode ser o tempo social ¹⁴ "(...) *uma vez que o tempo é para os Nuer uma ordem de acontecimentos de significação importante para um grupo, cada grupo possui seus próprios pontos de referência, e o tempo é, em consequência, relativo ao espaço estrutural, considerado em termos de localidade*" (EVANS-PRITCHARD,1978;118).

Pesquisando em Bali, Clifford GEERTZ aponta:

"Os calendários são usados principalmente não para marcar o decorrer do tempo,(...) mas para marcar e classificar as modalidades qualitativas nos termos das quais o tempo se manifesta na experiência humana" (1989:257).

O simbolizante "calendários balineses" - são vários - é interpretado não só em sua potência virtual, mas na forma em que sua simbolização atualizada é manifesta no vivido.

¹³ Aristóteles afirma a associação entre as noções de tempo e movimento, o que não significa que sejam a mesma coisa, até porque um é medido pelo outro, ver LACEY (1972).

¹⁴ A utilização dos termos "individual" e "social" acoplados à noção de tempo refere-se a uma qualificação do tempo no singular, e não à organização hierárquica de vários tempos.

Tanto para os Nuer quanto para os balineses uma "marcação" do tempo não possui um valor intrínseco a priori, distante de acontecimentos relevantes, rotineiros ou não.

É necessário reconhecer que se hoje falamos com desenvoltura a respeito de um tempo social, espacial e qualitativamente diferenciado, devemos muito a **DURKHEIM**, em sua discussão sobre as categorias de entendimento de **KANT**. Se para este último o tempo é pensado como uma forma de sensibilidade *a priori*, inclusive primordial às noções de espaço e acontecimento, para **DURKHEIM** "(...) *o que exprime a categoria de tempo é um tempo comum ao grupo, é o tempo social, se assim se pode falar. Ela mesma (a categoria) é uma verdadeira instituição social. É também particular ao homem; o animal não tem representação deste gênero*" (1983:212). A concepção do tempo associada aos contextos sociais enfatiza a dimensão relacional do tempo. Afastando-se de **KANT**, apontando a variação social como essencial¹⁵, **DURKHEIM** também não se aproxima de "psicologismos", não considera o indivíduo a instância última para a compreensão do tempo. Aponta para a pouca importância da percepção pessoal desta noção, afirmando:

*"(...) a diferença que existe entre o complexo de sensações e de imagens que serve para nos orientar na duração e a categoria de tempo. As primeiras são o resumo de experiências individuais que não são válidas senão para o indivíduo que as fez"*¹⁶.

E, se afastando cada vez mais de uma instância pessoal do tempo, aponta:

"Não é meu tempo que assim pode ser organizado; é o tempo tal como é objetivamente pensado por todos os homens de uma mesma civilização. Apenas isto já é suficiente para fazer entrever que uma tal organização deve ser coletiva" (**DURKHEIM**,1983:212).

¹⁵ O distanciamento de **DURKHEIM** em relação a **KANT** parece dizer respeito exclusivamente à questão da variação social da percepção e não uma concepção de que existam vários tempos (**DURKHEIM** usa o termo no singular). Para **KANT** (1974) o tempo é único, não pode ser percebido como conceito já que não existem vários tempos que possibilitem comparações entre características uniformes e distintas.

¹⁶ Citação retirada de nota (**DURKHEIM**, 1983: 212).

Comentando o caminho preparado pelo que chama de "Durkheimian School", PRONOVOST aponta para a contribuição desta na concepção de que o tempo "(...) *possui uma dimensão especificamente social, derivada da vida social (...). Além disso, o tempo é quebrado em uma variedade de durações (...)*" (1989:07).

DURKHEIM afirma não ser residual a dimensão social na compreensão do tempo. Fala porém de civilizações e sociedades inteiras com uma mesma disposição a relacionar-se com o tempo de forma similar. Será que, não abandonando a perspectiva do tempo social, grupos e coletividades não podem partilhar, através de rotinas específicas, de relações particulares com o tempo diferentemente de outros grupos sociais? DURKHEIM parece pouco interessado nesse aspecto, suas macro ambições apontavam em outro sentido. Não considero entretanto que pensar em termos de grupos sociais - não falo de percepções pessoais de tempo, que podem se tornar objetos fundamentais para outros pesquisadores - seja um equívoco.

Vários autores, como será visto a seguir, apontaram para a diversidade temporal no interior da própria sociedade. Não se trata também de um tempo social vivido em grupo imune aos valores da sociedade como um todo. Mesmo profundas inserções institucionais dificilmente apontariam para essa imunidade. Podemos pensar antes em experiências sociais diferenciadas, particulares e não necessariamente contraditórias ou simetricamente opostas às concepções de ordem geral¹⁷. De certo modo, o estudo de rotinas temporais específicas, orçamentos particulares de tempo por grupo sociais - "(...) *vários grupos e classes sociais têm sua própria e particular noção de tempo*", como aponta PRONOVOST (1989:30) - pode colaborar para a compreensão das relações humanas com o tempo no sentido genérico.

Em um número especial da "Current Sociology", Gilles PRONOVOST (1989) traça um caminho por onde a discussão do tempo na sociologia vem trafegando. Em um trajeto que parte de Hubert, Mauss, Durkheim, Mead, Sorokin, Merton, Gurvitch, o autor chega a

¹⁷ "Merton, Sorokin e Gurvitch, em particular, analisaram a relação de grupos sociais com o tempo" (PRONOVOST, op.cit.:43).

estudos recentes, mostrando que não são poucos os que trabalham ou trabalharam com o que ele chama de "sociology of time". Esta, enquanto disciplina, é constituída a partir de autores que tiveram o tempo, nas suas diferentes concepções, como objeto de estudo, e não aqueles que apenas residualmente abordaram essa questão. Já na introdução ele aponta para o que é chamado de diversidade do tempo social.

Dentro desse panorama, PRONOVOST destaca trabalhos recentes que se debruçam sobre a questão do tempo a partir da reflexão empírica de um grupo social, uma instituição, classes sociais, veículos de comunicação de massa etc. Entre os que analisaram o tempo a partir de uma dimensão empírica estão Rezsö Hazy, Bourdieu, Zerubavel.

Ao tratar de clássicos como Mauss, Durkheim e Hubert, PRONOVOST destaca o uso das categorias de tempo e espaço como fundamentais para a compreensão dos ciclos e ritmos sagrados com os quais estes se preocupavam. Afirma ainda:

"Hubert e Mauss apontaram freqüentemente a natureza qualitativa do tempo social, distinta da regularidade matemática dos calendários e outros instrumentos de medida do tempo" (PRONOVOST, op.cit.:05).

A idéia de uma variedade de tipos de tempo social e heterogeneidade entre as formas coletivas de duração é atribuída também a Maurice Halbwachs e a Georges Gurvitch, por PRONOVOST.

Estudos baseados no que é chamado de orçamento de tempo se desenvolveram já a partir dos anos 30 nos Estados Unidos¹⁸, sendo que continuam sendo feitos, com frequência crescente, na Europa. PRONOVOST aponta ainda para uma tendência cada vez maior de

¹⁸ Sorokin é apontado como um dos principais precursores deste tipo de estudo, baseado na forma de como as pessoas usam seu tempo. PRONOVOST afirma ainda que "As primeiras pesquisas sobre orçamento de tempo tiveram lugar na U.R.S.S., nos anos 20. Um dos pioneiros foi S.G. Strumilin, que completou um estudo em 1922" (1989:74). A proposta de pesquisa aqui desenvolvida se afasta desse tipo de estudo indo em direção antes à possibilidade interpretativa do que à descrição precisa de rotinas.

realização de trabalhos interdisciplinares no estudo do tempo. Sociólogos unem-se a psicólogos, historiadores, filósofos e antropólogos¹⁹.

Pierre BOURDIEU aponta os estudantes como um grupo social que relaciona-se com o tempo de forma particular se comparado a outros grupos.

"Sem dúvida os estudantes vivem, e o sabem, num tempo e espaço originais"
(1968:61).

Apesar de estarem inseridos na sociedade global, os ciclos de estudos, prestações de contas e exames viabilizam, no entender de BOURDIEU, a conformação de ritmos específicos. A escola porém é vista por alguns autores exatamente como o local de conhecimento do controle de tempo no primeiro contato da criança com a instituição.

"Crianças aprendem que o tempo social é delimitado, estruturado, constringendo e opondo-se ao tempo livre" (PRONOVOST,1989:48).

A inserção institucional dos estudantes torna ainda possível a quebra de padrões temporais da vida social.

"Um espaço e tempo comuns não são fatores de integração exceto se seu uso for regulado por uma instituição ou uma tradição" (BOURDIEU,op.cit.:64).

No caso da presente pesquisa não é difícil perceber os padrões organizacionais de regulação de tempo pela instituição prisão. Mesmo estes, porém, são cotidianamente negociados, como será visto no próximo capítulo.

O constrangimento institucional²⁰ no uso do tempo não demonstra uma imunidade aos padrões temporais externos. Trabalhando as concepções balinesas de tempo, GEERTZ

¹⁹ *"Desenvolvimentos significativos na sociologia do tempo podem ser inspirados em investigações interdisciplinares. A sociologia em geral tem muito o que aprender com estudos multidisciplinares"* (PRONOVOST,op.cit.:93).

(1989) aponta para o quão estas se relacionam às transformações políticas da Indonésia. No presente texto, essa associação do tempo no cotidiano da prisão e no exterior será enfatizada, tratando a relação do particular com os padrões genéricos.

A discussão atual sobre o tempo em nossas sociedades vem se pautando na tendência cada vez maior à aceleração que se verifica nas mais diversas esferas da vida social. Uma das características associadas ao tempo nas sociedades contemporâneas, apontada por **PRONOVOST**, é a escassez. A velocidade aparece então como norma e a duração como possibilidade de redução cada vez maior ou, em casos limites, a própria idéia de duração é vista com expectativas de ser abolida. A duração da transmissão de um sinal televisivo, por exemplo, é reduzida ao instântaneo. O ideal de simultaneidade aparece em sua plenitude desvendando o que é chamado por Paul **VIRILIO** (1993b) de tempo real, no qual não interessa apenas a abolição da distância, mas a compressão máxima do próprio tempo. A administração do tempo surge como fundamental, derivando no que **VIRILIO** chama de cronopolítica²¹. Nesse cenário interessa a compreensão do tempo vivido na prisão, relacionada ao ideal de velocidade. **PRONOVOST** (1989) aponta para o "(...) *olhar através da ilusão da uniformidade do tempo*". Como compreender a ociosidade tendo em vista o tempo útil como norma geral e mais ainda esta expectativa - da sociedade em geral - de otimização do tempo que resulta em um ideal de extinção de hiatos temporais (tempo a princípio, não útil)?

É importante ficar claro que a experiência de tempo na prisão em oposição à velocidade dominante não é vista aqui como única, como refúgio exclusivo do tempo a gastar. Sem dúvida uma série de grupos sociais se distancia desse ideal de aceleração, como é evidente em grupos religiosos, "comunidades alternativas" (como o desejo de reconstrução de rotinas), ou mesmo setores do meio rural. Tais experiências porém apresentam

²⁰ Entre as indicações de **PRONOVOST** sobre a análise do tempo em instituições está o trabalho de Roth, J.A., "TIMETABLES: structuring the passage of time in Hospital treatment and other careers". Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1963.

²¹ A questão atual que se refere à administração do tempo parece chamar a atenção de muitos autores. "A preocupação com a organização e o planejamento do tempo é uma das profundas, fundamentais, inclinações do presente" (**PRONOVOST**, op.cit.:86).

inclusive particularidades entre si, o que de certa forma aponta no sentido da compreensão específica da noção de tempo social em cada uma delas.

O tempo então será tratado nos próximos capítulos em sua dimensão social; a possibilidade de um "tempo particular" vivido na prisão, distante da tendência moderna à aceleração; a utilização do termo "tempo" no singular, pois só assim pode-se pensar em formas distintas de relação temporal. Parâmetro único para permitir comparações.

Interessam ainda as representações dos presos sobre o tempo vivido encarcerado.

"A representação da duração de uma atividade, por exemplo, curta ou longa - na qual o ator se vê em relação a uma tarefa particular - pode ter um papel fundamental na estruturação do 'personal time' "(PRONOVOST,1989:43).

As práticas e regras cotidianas da prisão, a rotina, serão importantes para a compreensão das formulações dos presos sobre o tempo.

O espaço aparece como um aspecto fundamental por sua relação com a noção de tempo. Usualmente o termo espaço - trata-se aqui evidentemente de um conceito acessório, porém não dispensável - aparecerá como configuração de um ambiente, local das relações sociais, cenário, contexto carcerário. A idéia de espaço se apresentará algumas vezes também em sua dimensão material, o "espaço-físico" da prisão, que apesar de seu aspecto concreto, encerra também a discussão sobre territórios que sem dúvida transcende a organização material indo em direção a construções simbólicas. A permeabilidade espacial, noções como "transparência", "limites", aparecem como essenciais nos capítulos 3 e 4.

2 - DISCUTINDO O TEMPO E O ESPAÇO NO COTIDIANO DA PRISÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA COM VÍDEO

"As sociedades modernas assumiram a custódia de seus agressores e a defesa de sua dignidade humana como obrigação moral. Os sistemas penitenciários brasileiros, antes de enfrentarem paradoxos da recuperação, fracassam nos requisitos mínimos da custódia - garantir a existência do prisioneiro e a satisfação de suas necessidades básicas" (Antônio Luiz PAIXÃO).

*"Quem fez a cadeia se soubesse que ia ser assim não fazia não"
(Preso do C.R.N.).*

Introduzindo o tema

O objetivo deste capítulo é a exposição a respeito do tempo e espaço no cotidiano da prisão - na sociação¹ carcerária - tendo em vista a experiência com vídeo que se concretizou com a elaboração do vídeo "Tereza"². Ainda que o trabalho de campo ocupe lugar destacado neste capítulo, a revisão bibliográfica a partir de autores preocupados com o cenário brasileiro prisional é essencial. Este capítulo ocupa posição inicial para que os seguintes - que se referem a um aprofundamento de questões associadas ao tempo e espaço na prisão,

¹ Uso aqui o termo "sociação", herdado de SIMMEL (1983), para designar o conjunto de relações sociais na prisão. A sociação, diferentemente da noção de sociabilidade deste autor - que se refere à forma - diz respeito à interação que leva em conta o conteúdo concreto da realidade. *"Essa interação sempre surge com base em certos impulsos ou em função de certos propósitos. Os instintos eróticos, os interesses objetivos, os impulsos religiosos e propósitos de defesa ou ataque, de ganho ou jogo, de auxílio ou instrução, e incontáveis outros, fazem com que o homem viva com outros homens, aja por eles, com eles, contra eles, organizando desse modo, reciprocamente, as suas condições - em resumo, para influenciar os outros e para ser influenciado por eles"* (op.cit.:165). Para SIMMEL a sociabilidade transcende o conteúdo concreto em direção à forma, é uma noção próxima do que chama de "mundo artificial" e cujo melhor exemplo é a "forma" de comportamento em uma reunião de senhores. Na prisão, a sociabilidade entendida desse modo pode ser um conceito generoso para a compreensão do ingresso do novato, o "tato" - noção de SIMMEL - que o preso primário precisa para ser bem sucedido.

² Sobre o vídeo "Tereza", edição, divulgação, principais assuntos e formato final, ver capítulo 5.

como o "panóptico moderno" e o papel dos meios de comunicação na organização do espaço e do tempo carcerário - possam ser desenvolvidos.

As formulações e representações sociais sobre a instituição carcerária no Brasil apontam para o que vem sendo chamado de crise, ou mesmo "falência" do sistema prisional. "Falidos" ou não, presídios, cadeias, penitenciárias³ continuam existindo e, usualmente, novos são construídos, antigos remodelados. A prisão continua e parece que por um longo período permanecerá sendo a portadora da expectativa de "solução" institucional do problema da criminalidade, ou ao menos, da preservação da ordem. Tal "solução" porém, historicamente e no âmbito mundial, ainda não se encontrou liberta de críticas nem em seu passado nem em sua atualidade. Desde o nascimento até sua proliferação, a prisão e discussões relacionadas ao seu papel, sua funcionalidade, aspectos éticos envolvidos e sua eficácia estiveram lado a lado. A crítica, ou mesmo o questionamento de sua validade institucional, desenvolveu-se de forma mais sistemática em diversos períodos históricos, resultando, em alguns momentos, em experiências particulares de prática carcerária⁴.

Formas diferenciadas de punição legal à criminalidade sempre coexistiram e o cenário atual brasileiro não é exceção. Multas, liberdade vigiada, cassação temporária de direitos, advertências e outras formas de pena estão presentes juntamente com modos ilegais, porém muitas vezes tolerados, de punição, como linchamentos, massacres, vinganças pessoais. A pena de morte, ilegal no Brasil⁵, aparece ainda como forma de punição praticada na maioria das vezes por agentes policiais, sempre sem autorização judiciária. Mas poucos

³ A partir de agora utilizo o termo "prisão" no sentido genérico. "Cadeia" diz respeito, a princípio, a instituições onde os presos aguardam ainda o julgamento. No Brasil, pela superlotação, muitas cadeias vêm se transformando em presídios e penitenciárias e o termo tornou-se tão genérico quanto "prisão", aparecendo diversas vezes no texto. Presídios e penitenciárias se destinam a um mesmo público, mas os primeiros se distinguem pelo "regime de tranca", os presos permanecem a maior parte do tempo nas celas, enquanto nas penitenciárias os condenados circulam por galerias (COELHO, 1987).

⁴ Entre as divergências relacionadas ao modo de ver a prisão, a distinção entre utilitarismo e retributivismo é essencial. Para os primeiros, entre os quais está o jurista Jeremy Bentham, a punição se justifica por ser exemplar, com destaque para sua utilidade social. Os retributivistas, cuja teoria deriva de Kant e Hegel, percebem o castigo como um fim em si mesmo, como reafirmação do princípio moral da sociedade (PAIXÃO, 1987). Historicamente as experiências de encarceramento tenderam a um ecletismo entre esses pontos de vista. Sobre essa discussão ver ainda SÁ (1990).

⁵ Durante a realização desta pesquisa está sendo discutida a possibilidade de legalização da pena capital, havendo setores favoráveis inclusive à realização de um plebiscito sobre essa questão.

acreditam na extinção da pena de privação de liberdade - e da prisão como "locus", espaço de exclusão social por uma duração de tempo - ainda que considerem o período em que vivemos como de crise institucional. Mesmo novas tecnologias de controle social ou formulações alternativas à prisão parecem ainda incipientes para se pensar que estamos nos momentos finais da existência dessa instituição.

Ainda que não se pretenda aqui uma discussão de como o tempo passou a ser incorporado à idéia de pena, pesquisa essa fundamental, e como a pena de privação de liberdade por um período de tempo passa a ser vista como "punição natural", vale destacar como MELOSSI (1985) interpreta essa passagem. O tempo é incorporado à pena na medida em que passa a ser visto como um bem, percebido como valor. O desenvolvimento do capitalismo é acompanhado por uma valorização do tempo, sendo que vivemos hoje uma exacerbação dessa situação. A respeito da Idade Média, MELOSSI aponta:

" (...) a pena-retribuição, como intercâmbio medido por valor, não estava em condição de encontrar na privação do tempo um equivalente do delito. Ao contrário, o equivalente do dano produzido pelo delito se encontrava na privação dos bens socialmente considerados como valores: a vida, a integridade física, o dinheiro, a perda de status" (in MELOSSI e PAVARINI, 1985.:20).

Nesse período, as penas que se associavam a uma duração de tempo eram essencialmente aquelas aplicadas pelo sistema canônico penal, no qual o tempo, como possível caminho para a redenção, aparecia mais valioso que os bens materiais. Para membros da igreja que cometiam infrações era comum *"(...) a reclusão em um monastério por um tempo determinado. A separação total do mundo, o contato mais próximo com o culto e a vida religiosa, davam ao condenado a ocasião, por meio da meditação, de expiar sua culpa" (MELOSSI, op.cit.:22).*

Ainda sobre o regime penitenciário canônico, MELOSSI aponta que este *"(...) ignorou completamente o trabalho encarcerado como forma possível de execução da pena"*

(op.cit.:22). Neste tópico se detém na construção da fórmula segundo a qual o isolamento (espacial) por uma unidade de tempo era considerado a possibilidade única de arrependimento e perdão.

"(...) a pena de cárcere - como se realizou na experiência canônica - atribuiu ao tempo de internação a função de um quantum de tempo necessário para a purificação segundo os critérios do sacramento de penitência (...)"
(MELOSSI, op.cit.:22)

Apontando os aspectos fundamentais do "tempo industrial", PRONOVOST nos auxilia na compreensão de que além do tempo ser incorporado à pena, o é de forma historicamente particular, tendo em vista as características próprias dessa "nova" formulação a respeito do tempo.

"De fato, o processo histórico da gênese do tempo industrial implica em três aspectos principais: o trabalho regular, a divisão do trabalho e a introdução do 'tempo disciplina' " (1989:25).

PRONOVOST avança essa discussão em um outro momento de seu texto afirmando:

"Em nossas sociedades maior valor é delegado ao tempo do que em sociedades tradicionais (...) em nossas sociedades o tempo tem adquirido valor e legitimidade; é uma parte integral dos valores globais que partilhamos, tais como o trabalho, a família e a saúde" (op.cit.:28).

Não pretendo aqui a reconstituição histórica da trajetória dos processos de racionalização da punição, do suplício até as reformulações penais a partir do século XVIII em direção à privação de liberdade: a detenção por um período de tempo como penalidade por excelência⁶. Esses trechos foram destacados com o intuito de esboçar um ambiente no

⁶ FOUCAULT (1991) apresenta uma ampla discussão a respeito dos processos de transição de penalidades até o domínio da pena de privação de liberdade.

qual foi possível a implementação da idéia de duração à pena. Observações históricas aparecerão de acordo com o conteúdo discutido em cada momento. Não é a proposta, também, a elaboração de um roteiro sistemático acompanhando o desenvolvimento significativo referente à investigação das instituições carcerárias. Opto, neste momento, por ter como pressuposto algumas observações "quase-consensuais" a respeito do estudo do cotidiano atual das prisões, como a existência de um conjunto de regras não escritas e acordos sociais entre os presos, as formulações de tipificações sociais pertinentes na organização de condutas no ambiente carcerário, entre outros aspectos.

Regras e padrões de conduta

"Ninguém ensina o código não-escrito, no decorrer do tempo é que ele (o preso) vai aprender" (Miriam P. de CASTRO).

Muitos estudiosos da questão carcerária parecem concordar com relação a um ponto sobre o cotidiano das prisões. O sistema é usualmente classificado, no caso brasileiro, como caótico, o que torna necessária a percepção de que as ações sociais dos presos encontram sua significação e sentido em meio a esse caos. Não se pode nem se faz o que quer na prisão, embora muitas críticas da população "fora dos muros" apontem nesse sentido, associando ociosidade à plena autonomia do uso do tempo e organização do espaço. O poder de constrangimento das ações não é uma exclusividade do quadro administrativo. Mecanismos de regulação de conduta social estão presentes cotidianamente. Entre as contribuições dos estudos sobre prisões estão as que apontam para a existência de um conjunto de regras e padrões simbólicos, em constante atualização, que orientam as ações sociais nos presídios e penitenciárias.

"Assim como a direção da cadeia tem suas regras de funcionamento e as impõe com rigor aos presos, estes também dispõem de um conjunto próprio de regras que tem vigência entre eles e são aplicáveis por uns presos sobre outros somente" (RAMALHO,1979:41).

Nesse sentido se definem as regras, muitas vezes acordos tácitos, do "proceder", "atuar". O conhecimento desses aspectos é essencial para a conduta dos presos, que só assim podem ser relativamente bem sucedidos em sua experiência carcerária.

Em um depoimento gravado em vídeo, presente no documentário "Tereza", a idéia da existência de regras no relacionamento entre os presos está evidente:

"Cadeia é uma lei, se você não entrar nela (...) você pode ser ladrão, pode ser traficante, cê pode ser o que for. Se ocê deu entrada para vacilar então quer dizer que cê vai apanhar pelo erro que você cometeu dentro do barraco.(...)Cadeia acho que qualquer um tira, entendeu? Tá certo que existe cara que é burro, entendeu, você explica, explica, explica ele acha que você tá tirando ele também, ele não quer entrar na sua linha" (Preso do 5o. DP).

A entonação com que são ditas essas frases aponta no sentido de demonstrar a força através da qual as regras são impostas e os mecanismos de coerção para quem não as segue⁷.

Apesar da existência desse conjunto de regras e acordos, pelo menos dois aspectos têm que ser levados em consideração. O primeiro diz respeito ao fato de que regras não asseguram a estabilidade das relações na prisão, não excluem do convívio com os companheiros a "(...) situação do imprevisível, na qual a vida tem que ser negociada dia a dia" (CASTRO,1991:63). A competência da ação social entre os presos, no sentido de preservação pessoal e obtenção de vantagens, depende da orientação de tais ações pelas regras.

⁷ Quando for considerado importante destacar se o depoimento foi captado em vídeo, gravado apenas o som, ou anotado, uma observação será colocada ao lado da designação do entrevistado. Todos os trechos do vídeo "Tereza" que forem utilizados no texto serão descritos como tal.

"As formas de dominação desta natureza (entre a população carcerária) sendo menos visíveis, são mais eficazes" (CASTRO,op.cit.:58).

O modo de se alcançar obediência é então uma característica fundamental no sistema carcerário, previsto nos regulamentos, exercitado pelo quadro administrativo e nas relações cotidianas entre os presos. Não é absurdo pensar em duas estruturas de dominação, uma política, associada a interesses organizacionais e outra "social", relativa aos próprios presos entre si. Dentro da prisão "(...) a violência é endêmica. Ainda assim é possível à média dos internos 'tirar cadeia' em relativa segurança: basta que se tornem membros competentes desta sociedade sui generis , observando seus códigos, valores, normas e hábitos e aprendendo a gramática de sua articulação. Em síntese, evitar o comportamento típico do 'vacilão' " (COELHO,1987:63).

O segundo aspecto, que não pode ser desprezado, é que essas regras não devem ser vistas como plenamente aceitas, não são padrões estáticos consensuais de uma população homogênea. Como aponta PAIXÃO, podemos encontrar pelo menos dois grandes grupos que asseguram distinções entre a população carcerária, visíveis nitidamente em uma instituição na qual se observa o sistema de progressão de regimes⁸ "(...) os presos no regime fechado ('intramuros', o 'lado de cá') e no regime progressivo ('extramuros', o 'lado de lá')" (1987:44). Os primeiros estão mais próximos da designação de "mundo do crime"⁹, onde as "regras do proceder" se aproximam do comportamento tipificado da "malandragem". Para esse grupo, práticas ilegais no interior da prisão são rotineiras, sendo seu comportamento - com as devidas exceções - não muito distinto dos padrões e valores da criminalidade exterior à prisão. O outro grupo, possuidor de vantagens e direitos junto à administração carcerária,

⁸ Em vigor no Brasil - conforme nota da introdução - a progressão de regimes foi experimentada em meados do séc. XIX, em uma prisão inglesa situada na Austrália. Nessa ocasião foi denominado *mark system*, (SÁ,1990). Variando no que se refere ao número de estágios - na Irlanda, em 1853, o sistema progressivo aparecia com quatro fases - o objetivo central é a reintegração gradual com a sociedade, restabelecendo laços afetivos e morais.

⁹ Expressões como "mundo do crime" ou "malandragem" estarão associadas, no texto, à parcela de presos considerada não recuperada no interior da prisão, pelos próprios atores institucionais.

sofre constrangimentos na conduta de seus integrantes tanto por parte do "mundo do crime" quanto pelo quadro de funcionários. Orientam muitas vezes suas ações baseados em padrões externos, já que muitos têm acesso, sem intermediários, ao "mundo da rua". Várias outras formas de agrupamento coexistem no interior das prisões. Divisões entre a "malandragem" fazem com que o "proceder" dos presos seja sempre um processo em atualização, bem distante da idéia de um papel, com regulamentos, fixado na parede.

Certamente um número grande de regras sobrevive, temporal e espacialmente, com o suporte da tradição oral. Não usar o banheiro em celas superlotadas durante as refeições é um hábito em muitas prisões e não segui-lo pode resultar em punição. Dispositivos punitivos da própria massa carcerária também são variáveis de acordo com prisões ou distâncias geográficas. Mesmo de um "barraco" (cela, "X" ou "xadrez") podem ser observadas condutas, punitivas ou não, significativamente diferenciadas. O "X1" pode ser coletivo - tudo que se recebe : alimentos, roupas, drogas, é dividido, enquanto o "X2" pode ser individual - cada um é dono do que ganha.

O uso do tempo aparece inserido em negociações que compreendem as regras de conduta dos presos e entre estas uma das mais significativas é a que aponta para o fato de *"(...) nunca agredir o diretor ou um funcionário para não desencadear sobre todos, indistintamente, a repressão institucional"* (COELHO, 1987:72). Então, saber "proceder" é também conhecer as relações de causa e efeito na prisão, o rigor dos dispositivos de castigo e, principalmente, não "atrasar a vida" de outros presos, não tornar a duração da pena "mais longa", simbólica ou factualmente, já que muitas vezes a opção administrativa é a sanção coletiva.

A discussão dos padrões sociais de conduta não pode excluir os agentes da ordem, guardas e administração.

"Quanto ao guarda, ele é o último elo de uma cadeia hierárquica que começa no Diretor do estabelecimento, passa pelo Chefe de Segurança, pelo Chefe de Vigilância e, finalmente , pelo Inspetor. Esta hierarquia constitui a espinha

dorsal daquilo que é a preocupação dominante nas prisões: a segurança"
(COELHO,op.cit.:41).

Os guardas, em geral, não se opõem a uma ruptura dos atributos formais de sua posição e não descartam a possibilidade de orientações informais para suas ações, atualizadas cotidianamente. Essa dimensão informal caracteriza o que é chamado de "(...) *cultura organizacional, lugar onde se verifica o intercâmbio entre delinqüentes e agentes da ordem, os quais atribuem significados subjetivos às normas e diretrizes formuladas no exercício concreto e diariamente renovado de pôr em funcionamento as agências de contenção e de reparação sociais*" (ADORNO,1991b: 67). Sendo assim, não só as regras referentes à conduta da população carcerária se fazem presente, como também compõem um conjunto de formulações a partir da experiência concreta.

A atuação de agentes institucionais também se pauta em um repertório fundamentado e muitas vezes cristalizado a partir do saber prático, ainda que a construção de tipificações sociais e a fixação de estereótipos (muitas vezes modelados inicialmente na vivência cotidiana) orientem suas ações no sentido de evitar a radicalização de particularismos no convívio diário com os presos. Estes, por outro lado "*(...) não têm o menor interesse em aliviar o fardo dos guardas; no regime de 'tranca', eles não perdem a oportunidade de solicitar a atenção do guarda de serviço na galeria, e para isso apresentam os mais diversos pretextos, particularmente necessidades de ir ao serviço jurídico, à enfermaria, ao serviço social, etc. Procuram de todas as formas obter alguns minutos fora da cela*" (COELHO,1987:42). Não só interpresos, a negociação a respeito do passar o tempo fundamenta-se também no convívio com os guardas.

Tensões entre as esferas de organização formal e informal (ADORNO,1991b) se explicitam não só no cotidiano carcerário, quando se trata da aplicação de políticas públicas, como no comportamento das agências policiais externas à prisão e na esfera judiciária. O sistema composto pelas leis não está imune à sua atualização, muitas vezes desfigurada ou

arbitrária, no cotidiano. Da mesma forma, códigos de atuação policial não encontram seu espelho nas ações práticas¹⁰.

Dentro da prisão, o intrincado das relações sociais mediadas por práticas institucionais e cotidianas dos internos (CASTRO,1991) encontra sua expressão manifesta em forma de tensões que, usualmente, colocam os atores sociais, presos e agentes da instituição, frente a dilemas.

"Não ver, não ouvir e não falar constitui algo mais do que uma estratégia de sobrevivência duramente aprendida pelo primário nos xadrezes policiais e aperfeiçoada nas penitenciárias. O 'código' institucionaliza a cultura dos mais fortes e sua dominação sobre o ambiente carcerário e transforma a ordem interna das cadeias em algo muito próximo ao 'estado da natureza' de Hobbes, dada a fragilidade das barreiras normativas ao uso da força e da fraude na resolução de conflitos" (PAIXÃO, 1985:102).

No atual contexto de violência "(...) não há lei de silêncio que impeça a circulação de informações noticiando hediondos crimes de morte. Seus autores, quando identificados, parecem mesmo instados a relatar com todos os detalhes o ato praticado, como se fosse um ato de bravura e de heroísmo que lhe confere prestígio, fonte de respeitabilidade pessoal, no interior da massa carcerária" (ADORNO,1991b:72). Com relação aos agentes institucionais, ao tomarem conhecimento de tais crimes, muitos se calam (obviamente não é apontada aqui nenhuma forma unânime de conduta) e vários passam inclusive a respeitar mais esses presos, distanciando-se das práticas formais de punição, alimentando a tensão entre as orientações teóricas e as atividades cotidianas.

No que se refere à administração institucional pode-se observar que os diretores e supervisores que compõem o corpo burocrático das prisões não ignoram as tensões teóricas e práticas no cotidiano carcerário. Muitos já foram guardas ou ocuparam postos menos cotados a partir dos quais construíram suas carreiras. Outros, pouco familiarizados, fazem

¹⁰ A respeito destas tensões e da fragmentação na relação entre polícia, justiça e prisão, questões fundamentais para se pensar em melhorias no sistema penitenciário e sucesso nas políticas públicas penais, ver ADORNO (op.cit.).

amizades com agentes institucionais antigos (CASTRO,1991). O conhecimento pela direção dos dilemas do cotidiano muitas vezes justifica a situação que, diante de graves problemas, não se pense na alteração da estrutura formal, revisão profunda de regulamentos, por exemplo. Normalmente, diante de momentos de conflito, opta-se pela troca nominal de pessoas, já que estas são apontadas como pouco aptas para a atuação no contexto de tensão entre o teórico e o prático.

A experiência com vídeo na prisão tornou possível vivenciar os dilemas entre o formalismo teórico e o cotidiano negociado. As diretorias das instituições visitadas colocaram uma série de obstáculos à produção de imagens. Alegando motivos de segurança, indicaram, inicialmente, o que podia ou não ser gravado. Captar imagens de vários locais da penitenciária só foi possível porque funcionários diferentes nos acompanhavam e o que alguns proibiam, outros autorizavam. Um guarda foi designado para ficar próximo aos presos nos momentos de gravação das entrevistas. Só depois de muito diálogo com o Diretor Geral essa ordem foi revista e, finalmente, conseguimos a privacidade desejada.

Alguns locais de um presídio são envoltos em mistério, como as celas de castigo. Os detentos que não passaram por lá as conhecem através de conversas, construindo um quadro de terror não desmentido pela realidade. Imagens desses cubículos foram obtidas na confusão de ordens e contra-ordens que nos acompanhava. A dificuldade inicial de se gravar imagens e depoimentos em prisões revela a própria vitalidade da representação sobre o conteúdo dessas informações. O diretor às vezes se preocupa com graves denúncias sobre espancamentos e corrupção, por exemplo. Se a fala do preso pode incomodar, a imagem é vista pelos atores sociais de um presídio como um documento com poder ontológico de verdade e, em nome de uma possibilidade maior de obtê-las, quebramos alguns acordos prévios com a diretoria. Conversei com muitos presos sobre vários aspectos do cotidiano, não me limitando a questões como solidão e reabilitação, como queria o diretor.

A experiência com vídeo na prisão tornou nítida ainda a compreensão de como o diretor de uma penitenciária é um ator social dotado de grande autonomia. Apesar de

autorizações de superiores, os diretores podem facilitar ou não a realização de pesquisas ou outros trabalhos.

Como exemplo dos dilemas cotidianos enfrentados pelo quadro administrativo e direção de uma penitenciária está a tolerância relacionada aos aspectos materiais do espaço prisional, que vai desde uma maior ou menor permissividade na entrada de objetos até à "vista grossa" para com a depredação espacial da própria prisão. Mesmo destruições muitas vezes não são punidas de forma exemplar sob o argumento da normalidade de práticas depredatórias por homens encarcerados. Em outros momentos porém esse argumento parece perder a validade e punições severas, prescritas ou não, são aplicadas. Nesse contexto emerge então uma tensão ainda mais profunda associada ao tratamento diferenciado dos presos. Muitos internos apontam para a necessidade de uma postura igual diante de todos os presos, mas poucos afirmam que isto ocorre de fato na prisão. Dessa forma, mesmo pregando uma universalidade de direitos e deveres, a maioria dos presos orienta suas ações reconhecendo o particularismo e busca, nesse ambiente, a obtenção de regalias e vantagens pessoais.

Não só o espaço, mas o uso do tempo na prisão também não se distancia da perspectiva de tratamento diferenciado. A tolerância não é exclusivamente sobre o uso do espaço mas sobre as formas ilegais de passatempo. Jogos com apostas são proibidos, mas tolerados. O acesso ao trabalho na prisão, por sua escassez, aparece como um exemplo nítido da particularização do tratamento entre a população carcerária.

A arbitrariedade e a revisão de posições são muitas vezes adotadas pela direção sem que sejam expostos os motivos. Mais uma vez a experiência com o vídeo tornou possível vivenciar essa dimensão. Após ter permitido que eu conversasse com quem quisesse, na hora da gravação das primeiras imagens o Diretor da P1 me passou uma lista, com outros presos, afirmando que aquelas pessoas dariam melhores depoimentos. Arbitrariamente foi contra todas as suas autorizações iniciais. Nesse momento porém eu já havia aprendido a negociar

ordens na prisão. Como outras tantas, essa ordem foi revista e diante dos argumentos de que os novos presos poderiam ficar tímidos e ainda haveria uma frustração dos presos com os quais combinei gravar, o diretor cedeu.

O conjunto de regras imposto pela administração - que compreende tanto as previstas em regulamentos quanto as de inspiração cotidiana fixadas pelo tempo - é muitas vezes aplicado sem que os próprios presos saibam o porquê de tais ordens. Devem cumpri-las no entanto. Esse processo usual de excluir o preso do conhecimento da motivação de tais regras leva à maximização da autoridade, "que como tal não pode ser questionada", limitando então o poder dos presos em negociações que muitas vezes não chegam a acontecer. "Deve-se obedecer porque deve-se obedecer". Esse fato traz implicações para o cotidiano carcerário, poupando o guarda e a burocracia administrativa de ter que informar os presos. Mesmo não sabendo os "porquês", a existência de sanções para a não obediência é bastante clara. Como exemplo, Gresham SYKES aponta a proibição de se levar comida para celas em uma prisão de New Jersey. Os presos especulam sobre o fato e entre a população carcerária são apontados vários motivos. Os internos porém são informados apenas que não podem fazer isto.

"As regras, os comandos, as decisões que 'caem' sobre os que são controlados não são acompanhadas por explicações, pelo motivo que isto é 'impraticável' ou 'muito difícil' " (SYKES,1975:60).

Fato semelhante a esse pode ser visto através das palavras de um culto preso:

"(...) o apito é a ordem (...) não existe ordem verbal, de acordo com o horário e a situação, só o apito" ¹¹ (Preso da P1).

¹¹ A discussão da rotina e dos "apitos" na prisão será feita no capítulo 4 , no qual é destacado ainda o papel da televisão na organização da rotina carcerária.

Ainda a respeito da população carcerária, é nesse cenário de regras e acordos que a emergência de lideranças e a economia de poder entre os presos se realiza. Gírias e expressões conformam uma tradição oral peculiar¹² - fixada pelo tempo - sendo que o conhecimento e uso destas, muitas vezes define, ou ao menos indica, maior ou menor adesão do prêsso ao "mundo do crime" no interior da prisão. A "fala típica", marcada por um ritmo particular, é composta ainda por números de artigos, de pavilhão, de celas e matrícula. Como mostra um dos depoimentos do vídeo "Tereza":

"O 12 é o cara que mexe com maconha. Ele vende maconha, vende cocaína, vende diversas coisas que seriam droga, então ele é o artigo 12. O 16 é um artigo que só é o viciado. Ele fuma maconha, ele toma pico, enfim, tudo que for droga, se ele não for (...) se não pegarem ele vendendo, entendeu, então ele é um 16" (Preso do 5o. DP).

Nomes de animais, apelidos, são presenças constantes no linguajar intramuros.

"Boi na cadeia, por exemplo, é o banheiro (...). Tatu na cadeia é o buraco pra você conseguir a fuga e geralmente o tatu é acostumado acontecer de dentro do boi, certo. De dentro do boi já começa a fazer o tatu pro cê ir embora" (Preso do 5o. DP- Trecho do vídeo "Tereza").

Nomes de mulher são também escolhidos com frequência para representar uma pluralidade de situações ou objetos.

"Maria louca é um álcool misturado com laranja, ou então limão e um pouco de açúcar e um pouco de água também se tiver muito forte, né. Isso substitui a pinga" (Preso do 5o. DP - Trecho de "Tereza").

¹² Uma investigação detida sobre a "fala típica" na prisão, a síntese entre termos e números herdados dos discursos e artigos jurídicos, as gírias que atravessam os "muros", faz-se necessária. Alguns termos nascem na "malandragem" e chegam à prisão. Outros fazem o caminho inverso, criados na relação entre os presos, chegam às ruas antes mesmo que seus criadores.

A "Tereza" é uma corda com múltiplas funções, como será visto no último capítulo, a "Marta Rocha" é um pãozinho, o "Xaveco da Júlia" é uma traição.

Muitos internos, em regime semi-aberto ou aberto, se expressam oralmente de forma diferenciada com a administração e com os presos do regime fechado. Manipulam o linguajar de acordo com contextos e sujeitos distintos. A aproximação do modo de falar com o "mundo do crime" faz com que estes se sintam identificados com o grupo, ao mesmo tempo que os internos sabem que se expressar quase que exclusivamente através de gírias com psicólogos, psiquiatras ou assistentes sociais, por exemplo, pode significar um "atraso"¹³ na sua situação carcerária. O uso de gírias, dentro do ambiente prisional, indica maior ou menor adesão à malandragem. Presos que se consideram recuperados evitam a utilização dessa "fala típica", como um dos internos entrevistados na P1 e o famoso Eandido da Luz Vermelha, que, após 25 anos de prisão completados em agosto de 1992, afirmou:

"Estou com Deus e longe da gíria dos malandros".¹⁴

Regras, ritos e grupos

"De fato, o tempo só é um tempo vivido (psicológica, sociológica ou politicamente) pelo fato de ser interrompido" (Paul VIRILIO).

O conhecimento das regras na prisão é testado por uma série de rituais de iniciação e de passagem, como o ingresso do novato, a participação em um plano de fuga, a adesão a

¹³ Gíria recorrente, o "atraso" é tudo que significa algo contra o interno, a perda de um benefício, uma "mancha" no bom comportamento. Não só um possível aumento do tempo passado na prisão, mas também a complicação de direitos e regalias. Grosseiramente, o "atraso" estaria próximo à idéia de atrapalhar. "Fulano me atrasou" seria algo como "Fui atrapalhado (delatado, impedido, roubado) por fulano".

¹⁴ Depoimento no jornal "O Estado de São Paulo" em 02/05/1992.

rebeliões e motins etc. As "provas de coragem", "provas de lealdade" (CASTRO,1991) além de funcionarem como testes referentes à pertença ao "mundo do crime" permitem o estabelecimento de uniões e alianças , ainda que na maior parte das vezes pouco duradouras, entre presos.

A solidariedade entre a população carcerária é vista como uma ameaça à ordem (CASTRO,op.cit.), sendo a emergência de grupos rivais menos atemorizante que uma ação coordenada em massa com objetivos e interesses comuns. A adesão a determinado grupo pode trazer vantagens, mas simultaneamente, a perda de confiança de outros presos. Dessa forma, tornar-se um membro competente em uma instituição carcerária é também orientar suas ações com certa cautela. Não se deve deixar de estar atento em um ambiente onde "(...) *manter relacionamentos de amizade pode significar proteção, mas também pode traduzir fraqueza e levar ao desprestígio*" (CASTRO,op.cit.:63).

As inserções em grupos no ambiente carcerário são extremamente particulares. Ao mesmo tempo que talvez esse seja um dos maiores exemplos de convivência social obrigatória, no qual necessariamente deve-se aprender "como proceder", a escolha de parceiros e o poder de negociação de companheiros de cela não está completamente excluída. Normalmente presos são obrigados a conviver com outros com histórias de vida, hábitos, valores e comportamento significativamente diferenciados. Não é regra a separação por artigos do código penal ou entre "novatos" e "experientes". A possibilidade de alteração dos companheiros, resultando em transferências espaciais dentro da prisão, depende do prestígio do solicitante com relação à administração e com a própria população carcerária. Um novato dificilmente possui autonomia para mobilidade espacial e de parceiros. Muitos presos porém passam grande parte do tempo em reclusão solicitando mudanças de instituição por diversos motivos. Entre os mais frequentes está a aproximação com a família através da transferência de cidade ou algum atrito irremediável com internos da prisão. Nesse caso existe ainda o "seguro" visto pelos presos como "cadeia dentro da cadeia", onde ficam separados, ao menos teoricamente, doentes contagiosos, presos "jurados de morte",

criminosos de alta periculosidade e outros, cujo convívio com a população da prisão é visto como uma ameaça em qualquer sentido.

A mobilidade espacial na prisão caracteriza-se, ainda, como um recurso estratégico administrativo no sentido de separar lideranças, desmobilizar grupos, além de funcionar como instrumento punitivo para atores sociais envolvidos em planos de fuga. A trajetória por várias cadeias de um preso envolvido em rebeliões e perseguições no sistema¹⁵ vai de acordo com o que vem sendo dito:

"Saí de lá, as turma bateram em mim, saí fui pra Wenceslau, passando por Pirajuí, Avaré (...) fui pra Araraquara. Todos estes lugar que a gente passou a gente apanhou. Fiquei dois meses em Araraquara, mandaram eu de volta pra Penitenciária do Estado. Cheguei lá fiquei três meses na cela forte, dormindo no chão duro, maior patifaria" (Preso da P1).

Se, como muitos pesquisadores da área de ciências sociais vêm apontando, a experiência temporal é marcadamente qualitativa e o tempo é percebido por grupos e indivíduos a partir de marcos significativos que particularizam momentos no fluxo cotidiano, os rituais aparecem como fundamentais para a compreensão do tempo na prisão.

"Atividades servem como um ponto de referência para a distinção simbólica entre diferentes tipos de tempo. O tempo é uma relação entre atividades" (PRONOVOST,1989:40).

Como atividades diferenciadas são escassas na prisão, os rituais afirmam sua importância na relação com o tempo vivido.

Os rituais do cotidiano carcerário não são exclusivamente realizados por iniciativa dos presos. Práticas organizacionais compreendem, especialmente em penitenciárias

¹⁵ A utilização do termo "sistema" pelos próprios presos é recorrente.

maiores, palestras eventuais, ritos religiosos ¹⁶, trabalhos em grupo etc. Historicamente, a esses rituais tem sido entregue a expectativa de reintegração, o "encontro com Deus" ou com valores sociais em salas de aula e trabalho. Mesmo atividades coletivas esportivas não se realizam sem o consentimento administrativo e, normalmente, com o acompanhamento de agentes institucionais. Em grandes penitenciárias são organizados torneios de futebol - rituais de grande prestígio - com frequência¹⁷, sendo a não liberação de uma cela para a participação no campeonato um mecanismo punitivo usual. O horário do futebol, o espaço para sua prática, o acesso à bola e a outros equipamentos, a organização e datas de torneios internos¹⁸ são pautas de negociação na prisão. Barganha-se tudo: alimentos, drogas, roupas, "surras", direitos, deveres, vantagens, trabalho, lazer, proteção, em um mercado concreto e abstrato, formal e informal, tolerado ou não, onde porém, dificilmente as duas ou mais partes envolvidas no negócio estão em situação similar de poder.

O ritual no qual a instituição afirma de maneira enfática sua disposição disciplinar e principalmente sua força de dominação é, sem dúvida, o que compreende as práticas associadas ao ingresso do novato¹⁹. A chegada nos distritos e delegacias policiais é marcante, não só pela reclusão em cubículos, a maioria deles superlotados, mas também porque a utilização de métodos intimidatórios, extremamente violentos, não foi abandonada. Torturas físicas e verbais, sofisticadas ou não, espancamentos, são ainda a regra em muitos estabelecimentos.

"A polícia pega ocê na rua, é ladrão, averiguação. Que jeito que eles descobre que ocê roubou e tal? As vezes cê até assina bronca que não é sua. Pau de arara. Eu não tava aguentando mais o pau de arara aí cortei o

¹⁶ As religiões mais diversas alojam-se em prisões brasileiras. Em muitos casos, a ociosidade, a disponibilidade de tempo dos presos pode ter se constituído em fator de facilidade para o engajamento de indivíduos e setores da população carcerária em atividades religiosas. Em função da existência de tantos grupos religiosos, chega-se a temer por sérios conflitos entre estes, conforme matéria publicada no Jornal do Brasil em 28/03/1993.

¹⁷ Mesmo no pequeno 5o. Distrito Policial de Campinas, um campeonato de futebol entre celas acontecia durante as entrevistas.

¹⁸ No Centro Reeducacional de Neves é costume uma partida de futebol aos domingos com times "de fora".

¹⁹ A população carcerária tem se tornado cada vez mais jovem, fato este apontado e estudado por uma série de pesquisadores da área, como ZALUAR (1983), BRANT (1986), entre outros.

*braço, aí eles não pode mais me pendurar né, porque tem que enfaixar aqui.
Eu me cortei. Eu mesmo me cortei com gilete" (Preso da P1).*

Não são raros "assaltos sexuais" mesmo por agentes policiais, ou práticas imediatas de extorsão. Rituais com alta brutalidade acontecem ainda - com certa frequência - entre os próprios presos, na maior parte das vezes nada satisfeitos com o ingresso de novatos no pouco espaço das celas. Associando o excesso do tempo disponível à prática sexual, um dos entrevistados de BRAGA aponta:

"O que é que a gente pode fazer aqui dentro? Só pode mesmo jogar carta, fazer plano de assalto e comer cu" (1989:48).

"Pegar o bonde"²⁰ e sair do Distrito Policial em direção à penitenciária é também submeter-se a uma nova série de novos rituais de entrada. Cortar cabelo e barba, ganhar uniforme (cada vez menos comum), ouvir discursos, registro nos arquivos e receber um número de matrícula são atividades ainda frequentes em alguns estabelecimentos. Das "práticas de triagem" a mais marcante talvez seja a experiência do isolamento, o confinamento à absoluta ociosidade, normalmente por algumas semanas, muitas vezes apontado pelos agentes institucionais como o "momento do arrependimento".

Entre os rituais mais esperados pelos presos está, sem dúvida, a visita. É a possibilidade de contato direto com o "mundo de fora", rever pessoas caras, relacionar-se com esposas ou parceiras eventuais, passar "bons momentos". Quase que unanimemente o momento apontado como o "que passa mais rápido" na prisão foi o que compreende as horas da visita. Bastante aguardado, é nesse encontro que são recebidos presentes e produtos em geral. Além da renovação do ponto de vista emocional é nessa ocasião que uma série de

²⁰ "Pegar o Bonde" é antes de tudo uma gíria associada ao movimento. Neste caso refere-se à viatura que leva o preso à penitenciária. Pode também dizer respeito à liberdade, "pegar o bonde e ir embora". "Dar o bonde" significa ainda levar ou trazer um objeto.

mercadorias, permitidas ou não, entra na prisão e alimenta os mecanismos de trocas e vendas entre os presos²¹.

Na P1 existe a visita íntima quinzenal, que pode ocorrer no sábado ou no domingo, na qual o preso recebe esposa, companheira, amante, das oito horas da manhã até as dezesseis horas. Ao lado desta está a visita normal, também quinzenal, o que torna o sistema de visitas da P1 um sistema semanal de visitas alternadas, um fim de semana a "normal", o outro "a íntima". A visita normal vai das treze às dezesseis horas, podendo porém ser ampliada em meia hora, de acordo com o número de visitas²² ou com a disposição do diretor.

"O apito da visita é o mais sagrado (...) e o apito pra sair da visita é o apito mais doloroso. Nesta hora o coração apita junto com o apito do funcionário" (Preso da P1).

O tom emocionado de um depoimento dessa natureza torna-se imediatamente visível em sua captação com gravador de áudio.

²¹ Na P1 foram citados alguns casos de amantes, esposas, mães, irmãs, que foram presas ao tentar ingressar com drogas na prisão, normalmente pequenas quantidades alojadas nos órgãos sexuais. Em SOUZA (s/d) é relatado um episódio dessa natureza com cruel desfecho. A mãe é presa e o filho morre.

²² Quando o número de visitas é muito grande, a fila na qual as pessoas são revistadas torna-se por demais lenta. É comum os visitantes só conseguirem ingressar quando falta pouco tempo para o fim do horário previsto. Esse é um dos aspectos reclamados pelos presos com relação às visitas. Eles criticam também, com certa frequência, maus tratamentos recebidos por familiares e amigos.

3 Negociando na "Economia Delinqüente"²³ : do "Caído" ao "Xerife"

Com o intuito de aprofundar a discussão a respeito da competência de atuação dos presos na socição carcerária, são importantes as formas de adesão às relações comerciais cotidianas. Como aponta COELHO:

"(...) o estado não atende, ou atende mal, as necessidades básicas dos internos, desenvolveu-se dentro de cada estabelecimento prisional uma 'economia' sob todos os aspectos irregular e ilegal. Vende-se e compra-se de tudo, empresta-se dinheiro, penhoram-se objetos os mais variados" (1987:54).

Em um cenário de escassez generalizada, os objetos que entram na prisão logo viram mercadorias, sendo extremamente valorizados pelo valor de uso ou raridade.

Barganhas, negócios, "rolos", acontecem rotineiramente, sendo atividades mais ou menos explícitas em função da postura dos agentes policiais e do regulamento interno. Os guardas e funcionários variam em seu comportamento: alguns reprimem sistematicamente, muitos eventualmente, outros fazem "vista grossa" e vários participam desse mercado como abastecedores. Para os presos, saber "proceder" nesse tipo de economia é não ser vacilão - correção com as dívidas (COELHO,op.cit.), não delatar práticas proibidas e, sendo portador de bens desejáveis, "não amarrá-los", colocá-los em circulação. No controle de certas atividades estão presentes as organizações em grupo, característica quase que obrigatória com relação às drogas, *"(...) o segmento mais próspero da 'economia delinqüente' "* (COELHO,op.cit.:57). Esse mercado regula, além de vários aspectos do cotidiano prisional, o acesso aos bens do "mundo de fora".

²³ O termo "economia delinqüente" é utilizado com frequência por Edmundo Campos COELHO.

Na prisão a maconha, reconhecidamente utilizada, é representada como uma possibilidade de que o tempo seja passado tranqüilamente. Em um programa de TV gravado nas dependências da Casa de Detenção de S.P. e transmitido em rede ao vivo, um preso chegou a afirmar:

*"Usamos drogas para ficarmos mais tranqüilos aqui dentro"*²⁴.

Observa-se atualmente o uso crescente de cocaína intramuros, chegando a fazer parte do mercado ilegal. Estimulante, em um cenário onde divergências e conflitos são generalizados, é difícil prever o que acontecerá nas prisões.

"No início, quando falavam sobre tráfico, o material era geralmente maconha; no decorrer da pesquisa, os traficantes começaram a trabalhar mais com cocaína. Não somente o tráfico, mas o consumo de cocaína entre os presos teve um aumento considerável" (MARQUES Jr.,1991:67).

Nessa economia ilegal grande parte dos presos se relaciona. Uma personagem da prisão ocupa um particular espaço no mercado, é o "caído" ou "zica" (gíria mais comum em prisões de S.P.)²⁵.

"O 'caído' é o interno sem família ou desassistido por ela, que não tem 'visita'; abandonado e 'esquecido' dentro das prisões, ele sobrevive de pequenos expedientes" (COELHO,1987:57).

Através de alguns serviços o "caído" pode se engajar no mercado delinqüente como "olheiro" - observando os guardas, ou "faxina" - encarregado de limpeza. Tais tarefas, entretanto, são menos numerosas que os "caídos", sobrando então uma imensa fatia da

²⁴ "Programa Livre", veiculado pelo SBT, em 07/04/1992.

²⁵ "Zica" pode se referir a um indivíduo que não "colabora com mercadorias" ou que só arruma confusão. "Zica" também diz respeito a uma situação negativa: "aconteceu uma zica e a cadeia virou".

população carcerária submissa às lideranças e desprovida de poder. Mesmo os considerados "reintegrados" não se excluem de eventuais participações nos pequenos negócios entre presos.

A valorização do cigarro é um famoso aspecto do cotidiano carcerário. Tabelas de preço com valores em cigarro, prêmios em torneios de futebol etc. Recentemente, porém, cada vez mais dinheiro em espécie, moedas ou "promissórias em papel de pão" circulam, demonstrando uma maior permeabilidade simbólica e factual na prisão. Facilitamento de fugas, altas corrupções, não são pagos com cigarro mas em grandes somas de dinheiro.

Vale destacar que a adesão dos presos a padrões de conduta do "mundo do crime" muitas vezes não é o resultado de uma ação racional sustentada em um cálculo de custos e privilégios. Apesar de grande parte do ingresso na "malandragem" dentro da prisão ser motivado por lucros, materiais ou não, muitos são obrigados a essa participação. Esse aspecto fica nítido no depoimento com gravação em áudio, onde é explícito um tom de rancor:

"A família do cara não tem nada, nego explora o cara, força o cara a mandar trazer dinheiro, trazer isso, trazer aquilo, rádio, bagulheira. A pessoa não tem nada, a família também não tem, mas fala pra mãe e pro pai, traz isso se não eles vão me matar " (Preso da P1).

Mecanismos de imposição pautados em privações, violência física, "assaltos sexuais"²⁶ e instrumentos coercitivos em geral, que vão da ameaça à morte de fato, estão longe de desaparecerem do cotidiano carcerário. Após a adesão, um leque de sedutoras pequenas vantagens se apresenta, novos valores são experimentados e envolve-se definitivamente em um complexo de relações sociais.

²⁶ Sobre assaltos sexuais entre a população carcerária ver DAVIS (1975).

Possuir bens na prisão aparece então como fundamental. Muitos presos passam a ser prestigiados pela posse ou pela possibilidade de trazerem objetos, alimentos, roupas ou drogas.

"A gente vale na cadeia o que tem. Se a gente não tem nada, não vale nada" (Preso da P1).

Nesse cenário, lideranças entre os presos impõem sanções aos infratores de acordos e dispõem de privilégios e regalias na sociação carcerária, inclusive relacionados ao uso do tempo²⁷. Normalmente os líderes acumulam vários deveres, como a manutenção de uma certa ordem no xadrez, controle do jogo e da comida e a representação dos presos junto à administração. Em alguns casos, o excesso de presos em uma cela leva à burocratização hierárquica das funções. Não mais o "chefe da cela"²⁸ cuida dos bens recebidos, comidas e cigarros por exemplo, mas o seu "braço direito", o "boieiro", que organiza e distribui para os presos de acordo com critérios negociáveis. Nesse caso o "líder do barraco" dedica-se a tarefas consideradas mais importantes, como a relação com os agentes institucionais. O "xerife da cela" porém é antes de tudo leal e, apesar de seu contato com a administração, não é um "cagüeta" ou um "vigia" dentro do xadrez. Não basta querer para se tornar um "xerife", pois mesmo não sendo normais eleições através de voto, "(...) *geralmente ocupará o posto um preso mais antigo, mais experiente ou mais respeitado (essas qualidades não coincidem necessariamente)*" (COELHO,1987:67).

A idéia de uma negociação das atividades do uso de tempo parece apropriada, não significando uma "troca do tempo", pois todos têm ou podem "ter tempo" em excesso. É

²⁷ As distinções entre a autoridade dos diretores e a autoridade de líderes presos fica evidente na classificação proposta por SIMMEL (1985) que aponta pelo menos duas formas de autoridade. A primeira emerge da credibilidade e afirma o valor da personalidade individual - no caso o "xerife da cela". A segunda forma - supra individual - diz respeito ao fato de uma pessoa ser investida de uma reputação, ser nomeada a um alto papel ou cargo e a partir daí exercer sua autoridade sobre um grupo que não a escolheu. É evidente que nesse segundo caso uma força pessoal anterior para chegar à nomeação é importante. Essa força, porém, tende a ser reconhecida em uma outra esfera distinta do local onde a autoridade será exercida.

²⁸ São sinônimos de "chefe de cela": "juiz do xadrez", "líder", "chefe" e "xerife", sendo esta última gíria usada com maior frequência no Rio de Janeiro.

nítida, porém, uma economia que prevê negócios envolvendo as formas de acesso ao modo de uso do tempo, em atividades de lazer e trabalho (negociação inclusive com a administração). O tempo disponível qualifica a economia interna, institucionalizando algumas práticas como forma de obtenção, "ilegal do ponto de vista regulamentar mas tolerada na prática", de bens e vantagens.

Entre as situações limites de uma negociação, em todos os níveis do cotidiano prisional, está a que se relaciona à própria idéia de pena como um período de tempo prescrito formalmente. Dada a sentença, a partir do momento em que o criminoso está preso, ele procura de todos os modos negociar, além de pequenas vantagens relacionadas à maneira de cumprir a pena, obtendo a diminuição real do período passado na prisão, "aliviando" a duração do regime fechado, por exemplo. Nesse tipo de negociação, o preso sabe que os diretores de instituições carcerárias são atores sociais com múltiplos poderes, que podem conceder saídas mais demoradas (no caso de presos em regime semi-aberto) ou mesmo "adiantar" o lado dos presos com um parecer individual favorável a respeito do comportamento intramuros.

As tipificações sociais

Ainda sobre o cotidiano do "mundo do crime", é importante a exposição referente à discussão das tipificações sociais em jogo no sistema penitenciário. A atuação dos policiais através da fixação de estereótipos sobre "quem são os criminosos" é um fato pertinente já tratado por vários pesquisadores da violência:

"(...) a ação dos membros da organização policial se orienta por teorias de senso comum, estereótipos e ideologias organizacionalmente formulados"
(PAIXÃO,1983:20).

Ou como aponta Alba ZALUAR sobre a atuação policial no "mundo da rua", onde "(...) a representação do criminoso como um pobre é suficientemente indicativa por si" (1983:254).

Mesmo que o objetivo desta pesquisa repouse nas práticas carcerárias, a fixação de estereótipos por policiais transcende os muros institucionais. A atuação pautada em tipificações não significa a redução de práticas violentas, podendo se pensar inclusive no contrário, já que, diagnosticando prematuramente quem são os criminosos ou, se estes são ou não violentos, pode-se "providenciar a morte" no *locus* do crime ou no *locus* de moradia do criminoso e, dessa forma, antecipar-se e ignorar os mecanismos judiciais de punição. O instantâneo se impõe em uma perspectiva que deveria compreender uma duração que tornasse possível a defesa.

"A polícia parece agir de modo diferenciado, e está mais propensa a atirar a qualquer provocação - ou mesmo na ausência de - quando atua nos bairros populares" (PINHEIRO et alli, 1991:106).

Nesse mesmo artigo fica claro que as formas de atuação sustentadas na construção do "suspeito" também se orientam nesse sentido²⁹.

A fixação de estereótipos leva a uma "profecia autocumprida" (COELHO, 1987) já que ao se demarcar um território como "locus de criminalidade" ou delimitar que "tipos de homens" são prováveis criminosos, policiais acabam atuando de forma enfática em determinado local ou atingem grupos sociais específicos. Encontrando ali criminosos, alimentam suas expectativas estereotipadas e orientam suas ações. Economia de tempo fundada na delimitação espacial e de suspeitos.

²⁹ Sobre procedimentos autoritários de agentes e agências policiais, mesmo em períodos de transição democrática: "O combate contra o crime comum segue as linhas convencionais e anteriores à ditadura, enriquecidas pelas ilegalidades agregadas durante esse período, como a militarização do policiamento ostensivo, aliás, consagrado pela constituição de 1988" (PINHEIRO, 1991: 51).

As tipificações sociais não se fixam no ambiente externo à prisão, constituindo-se em elementos fundamentais para a compreensão da relação entre os presos e entre estes e os guardas, na medida em que envolvem "perseguições", "vista grossa", "fixação de bodes expiatórios" etc.

" (As) (...) tipificações não apenas constituem 'mapas' cognitivos com o auxílio do qual o guarda se orienta em meio à 'sociedade dos cativos', mas suprem-no também com regras práticas de conduta para as ocasiões em que tenha de lidar face a face com os presos" (COELHO,1987: 80).

Como um interessante exemplo de tipificações recorrentes no ambiente carcerário , PAIXÃO aponta:

"O homicida de origem rural é dócil; o traficante de tóxicos, sagaz e ardiloso; o estuprador, voltado para a pederastia; e assaltantes se organizam em patotas (...) o julgamento do guarda está contaminado por estereótipos e crenças, organizacionalmente produzidos, que reduzem consideravelmente a pretensão à objetividade empírica auto-atribuída a seu conhecimento" (1987:55).

Na P1, uma das tipificações sociais destacadas é a que se relaciona à figura da "bicha". Um dos principais momentos do vídeo "Tereza" é o depoimento de um preso, homossexual assumido, e a leitura que este faz do espaço da prisão :

"O cara quando é homossexual, na maioria das cadeias, certo, não pode ter faca, não pode bater em ladrão, mesmo que esse ladrão venha humilhar, certo? Não pode, não pode discutir. A bicha tem que ser submissa a tudo, certo? Até numa idéia, quando tá uma pá de ladrão conversando, se a bicha mora dentro da cela, a bicha tem que sair de lado, fazer o papelzinho de mulherzinha dela, mulher do tempo antigo, da fazenda, né" (Preso da P1).

Da bicha se espera a submissão que vai além do ato sexual.

"Tinha bicha que tinha que transar com quinze numa noite, o xadrez inteiro. A maioria tá tudo carregada de AIDS" (Preso da P1).

Dessa forma, vir a "ser mulher" na prisão transcende a prática sexual. Virar bicha é assumir uma série de posturas, o que faz com que muito da violência entre os presos esteja relacionada a alguma questão sexual.

"O cara achou que eu era mulher, eu não sou mulher, sou homem. Subir nas minhas costas ninguém vai subir. Ali começou a guerra, começou o cara querendo (...) aí saímos pra rua ele me deu um tiro na cabeça, pegou de raspão (...) sabendo que ele ia matar eu, eu matei ele" (Preso da P1).

A força desse depoimento, bem como a naturalidade com a qual a ideia de morte é expressa, ficam nítidas na gravação em áudio dessa entrevista.

Classificações estereotipadas estão presentes em todos os níveis de relações sociais dentro da prisão e aparecem como uma perversa cristalização da prática. Entre a própria população carcerária as formulações não são muito distintas das fixadas pelos guardas. Em quase todas as prisões existem os "feras" - poderosos e conhecedores do "proceder"; o "falso malandro" ou "metido a malandro" - o que procura impressionar outros presos (RAMALHO,1979); o "bacana" - que possui bens no "mundo de fora", entre vários outros "personagens" que povoam as prisões. Do "malandro" se espera a adesão ao ócio, do "bacana", possibilidades plurais de passar o tempo.

Como exemplo da inversão cotidiana do estereótipo, vale citar o depoimento de "uma bicha", presente em um trecho editado do vídeo "Tereza". A "bicha" que se propôs, com sucesso, a enganar os malandros.

"Por exemplo, uma bicha na cadeia, se ela amiga com um cara, o cara dá tudo pra ela, a bicha é mulher do cara, certo. Então ninguém mexe, a bicha

não pode conversar com ninguém, dá tudo pra bicha que ela precisa, cigarro, tudo (...). Mas eu não tinha desses problemas porque eu não queria sexo com ninguém, né (...). Aí eu comprei Filinasma, que não tem nada a ver com droga né, e comecei a vender, era uma cartela eu pagava 18 cruzeiros, aí eu vendia por 20 cruzeiros cada comprimido e cada cartela tinha 20 comprimidos. E eles comprava né e eu não tava nem vendo, né, dinheiro pra mim eu quero é mais com eles (...). Ficava com a boca espumando, "tô muito louco", aí eu falava é boa essa bola, aí né, dinheiro pra mim. E nessa eu mandava minhas cartas, né, comprava minhas linhas, pra fazer minhas toalhinhas (...)"³⁰ (Preso da P1).

Não é diferente o uso de estereótipos nas relações sociais que envolvem agentes administrativos e atores sociais presos, no que se refere às tipificações formuladas pelos últimos sobre os primeiros. Um exemplo nítido desse aspecto pode ser observado nos momentos de troca da diretoria, fenômeno usual em prisões brasileiras ³¹. Com a chegada de um novo diretor a massa carcerária vive um período de expectativas até o momento em que pode classificar esse diretor em um dos estereótipos usualmente aplicados para os cargos. São mais frequentes: "linha dura", "frouxo", "tolerante", "moderno"... Dessa forma, os primeiros atos do novo diretor empossado são fundamentais para os momentos seguintes na ocupação de seu cargo.

As tipificações e sua atuação como reguladora de um saber prático, os estereótipos na relação entre os próprios presos são pontos de grande importância na compreensão do cotidiano carcerário.

³⁰ A força de uma fala como essa se torna, sem dúvida, nítida na captação audiovisual. Esse trecho, bem como muitos outros, estão presentes no vídeo "Tereza", onde a oralidade e a gestualidade informam significativamente para o modo como essas "falas" foram coletadas.

³¹ É comum que um mesmo detento, durante sua estada na prisão, conviva com um grande número de diferentes diretores.

Sobre a morte, a fé, o tempo e o espaço

"O homem foi durante milênios, o senhor soberano de sua morte e das circunstâncias da mesma. Hoje deixou de sê-lo (...)" (Philippe ARIÈS)

A morte na prisão aparece como rotina. Aprende-se a conviver com amigos mortos e com ameaças pessoais.

"A morte é um a priori na vida do malandro (...)" (MARQUES Jr., 1991:125).

As expectativas sobre o futuro esbarram não só nas dificuldades do estigmatizado ex-presos, como também na própria perspectiva real de morte no cárcere. Diante de ameaças, o tempo apresenta-se como fugaz e a morte na prisão não representa o fim de conflitos generalizados mas o surgimento de outros. Mata-se na relação preso-presos e presos-agentes institucionais. Mata-se com ímpar freqüência. A morte torna-se banal, como demonstra o tom tranqüilo do depoimento que abre o vídeo "Tereza", de um homicida jurado de morte:

"Eles queria matar eu, por coisas banais. Eu, na troca de tiro matei e'e, e agora tô jurado de morte pela quadrilha dele, né. As turma tá querendo correr atrás" (Preso da P1).

A partir desse depoimento é possível pensar em uma aproximação, no que se refere ao caráter cíclico, entre tempo e morte na prisão. A rotina dos "dias iguais" leva à consideração de que o próximo também será assim. A morte é, muitas vezes, exatamente o fator de quebra de continuidade - quando se perde algum amigo por exemplo - representada na sua quase que contingência de presença. Um morto nunca é o primeiro e com certeza não será o último.

"O pessoal morreu de graça (...) às vezes por uma coisinha mínima (...) mas não tinha acerto (...) tinha que morrer mesmo pra seguir o ritmo na cadeia"
(Preso da P1).

A adaptação à morte não é uma novidade na prisão para o criminoso. Na rua, muitos de seus companheiros provavelmente morreram jovens em tiroteios. Homens fortes e vivos. Nas celas, muitos já estão em estado de "quase morte", ameaçados, feridos, gravemente doentes, o que faz com que a morte muitas vezes seja apenas lamentada.

"Soou o alarme. Soou o alarme, desceu ele, os funcionários foi tudo correndo. Trouxe o cadáver na mão, um negão todo cheio de sangue, né. Tanto negão que tinha na cadeia nem imaginei, né (...) Mas na hora que eu vi o óculos dele na mão do funcionário eu lembrei, né. (Falei) Já era, coitado" (Preso da P1- Trecho de "Tereza").

Contra a morte pouco há para ser feito. Muitas vezes esta é apontada como única solução para conflitos, mas como foi dito, seu caráter cíclico só assegura que outras virão. Em Belo Horizonte institucionalizou-se, na relação interpresos, a "ciranda da morte", justificada por motivos de escassez espacial. Em celas superlotadas é feito um sorteio, na maior parte simulado, de onde sairá o nome do preso que morrerá. Violenta estratégia para chamar a atenção de autoridades para a precariedade institucional, a eficácia dessa conduta esbarra na banalização da morte. Sabendo disso, os presos muitas vezes se utilizam deste falso sorteio para exatamente "ficarem livres" de um criminoso que não é bem vindo em suas celas.

A morte ou sua ameaça é uma estratégia constante na auto-administração dos espaços da prisão. No 5o. Distrito Policial conheci um "xerife de cela" que desafiou a direção ao ameaçar de morte um jovem "menor de 18 anos" que havia sido colocado no "seu xadrez". Temendo uma represália, já que o líder inclusive marcara a hora da execução e não estava

disposto a prorrogá-la, o diretor autorizou não só a retirada do menino bem como de outras "zicas" que lá estavam. Eficaz em alguns casos e na maioria não, a ameaça de morte e a própria morte aparecem como instrumentos freqüentes de negociação em vários níveis, inclusive territorial.

*"Os presos da cadeia do 2o. Distrito Policial (em Campinas) fizeram pacto de morte há dez dias por causa da superlotação. Ameaçaram matar o primeiro que fosse colocado nas celas com eles"*³².

Estando preso, distanciar-se do risco de morte passa a ser uma possibilidade cada vez mais remota.

"Limitado pelas características de (in) disciplina da cadeia o indivíduo perde o controle da vida, a morte passa a ser determinante nas relações internas da malandragem" (MARQUES Jr.,1991:26).

Pouco se espera em termos de segurança de policiais e agentes institucionais em geral. A rotina encerra aí um de seus aspectos mais fúnebres. Sua quebra para a massa carcerária se dá na maior parte das vezes por motivos pouco desejáveis e de extrema tensão.

Enquanto o lazer aparece muitas vezes como o *break* nas atividades exercidas além dos muros, a "normalidade da cadeia" encontra sua antítese no momento da "virada". Ainda que a morte apareça como "quebra", como "evento", sua freqüência faz com que seja incorporada aos próprios ciclos temporais na prisão. Ao tempo de calma se sucede bruscamente o instante da morte iminente. Nem todos porém conseguem perceber o "cheiro do perigo" a tempo. Estes morrem. De acordo com um trecho de "Tereza":

³² Jornal "Folha de São Paulo", caderno Folha Sudeste, em 22/05/1992.

"Um só não mata um só. É 2, 3, pra matar um, né. E com faca, não adianta gritar porque na hora que o bicho tá solto e as turma começa a dar facada a polícia tudo corre"(Preso da P1).

Em um cenário onde a ociosidade dá a falsa aparência de calma, nem mesmo aliar-se a um grupo, turma, quadrilha ou "irmandade" é garantia de segurança.

"É (...) os mano é os matador, né. Chegava na cadeia matava um, fazia parte da quadrilha deles, da irmandade deles, que era os mano, né. Matava, mataram bastante na cadeia. Inclusive tem até o Pedrinho Matador que é da quadrilha dos cara, né, os mano, os matador da cadeia. Matar o quê, a pessoa matá um na cadeia pode matá 100, 50 que é a mesma coisa" (Preso da P1- Trecho de "Tereza").

Das turmas, apenas os vinculados a alguma religião muitas vezes escapam imunes, sob a alegação de que "não fazem mal a ninguém". Hoje, com a emergência de inúmeros grupos de inspiração religiosa, os conflitos entre estes não estão descartados. Se a ociosidade e o tempo disponível, aliados à condição miserável, à emergência da morte e ao signo de um possível arrependimento tornaram possível a presença de cultos religiosos, permitidos e incentivados pela administração, o fenômeno da organização em "torno da fé" já começa a apresentar problemas. **Primeiro** porque é público o fato de que, durante um período, aliar-se a um grupo religioso era importante sinal de recuperação e os presos sabendo disso não negavam sua participação até porque os rituais são no mínimo uma forma possível de "matar o tempo" no ciclo da cadeia. Em **segundo** lugar os conflitos antes meramente verbais, que levavam ao desprezo de um grupo religioso por outro, começam a assumir contorno de uma "guerra entre facções"³³. De algum modo, todos aqueles que delegavam à religião a

³³ O "Jornal do Brasil" de 28/03/1993 aponta "a proliferação das seitas" que preocupa as autoridades penitenciárias. Ao falar do sistema carcerário do Rio de Janeiro, o jornal trata de uma questão que atinge todo o país. *"Essa súbita manifestação de fé religiosa, comandada por seitas ávidas de adeptos, espalhou-se por todo o sistema penal do Rio de Janeiro"*. A religião aparece presente de forma enfática na organização das rotinas carcerárias, com rituais diários e marcadamente nos dias de visita. *"Aos domingos, é impressionante o número de missionários disputando a atenção dos internos das penitenciárias"*, acrescenta o jornal.

expectativa de resolução do problema da criminalidade e pregavam sua crescente presença no interior da prisão como mecanismo de ressocialização, parecem ter motivos de sobra para questionar se a aplicação mecânica da fórmula "religião - cadeia - recuperação" é realmente eficaz.

Para os presos que se tornam adeptos de alguma religião é prometido um futuro de redenção e o presente é visto como uma expiação necessária, dor suportável, condição para uma redenção do erro cometido no passado.

O tempo passado na prisão é muitas vezes também o tempo da não reconciliação possível com ideais sagrados. Considerado como tempo morto pelos presos, desvia-se da idéia de tempo da purificação de formuladores da penitenciária canônica na Idade Média. Na prisão reconhece-se o tempo longo enquanto punição que não necessariamente traz a redenção. Condena-se homens a uma condição condenada pela sociedade, a ociosidade:

"(...) o significado dominante do tempo é o de um recurso escasso que não deve ser desperdiçado impunemente. Para as nossas sociedades existe um tipo de atitude ética ou moral a respeito do tempo" (PRONOVOST, 1989:29).

Enquanto o tempo livre passa a ser valorizado pela sociedade no sentido de melhoria da qualidade de vida, essa valorização só aparece para pessoas que trabalham sistematicamente, no qual o descanso é visto como necessário. Essa valorização positiva do tempo livre não encontra seu espaço quando esses mesmos atores sociais olham para a prisão. O tempo livre não aparece como merecido, e nem mesmo como desejado, para uma grande parte da população carcerária.

Retomando o tema da fé e da morte, provavelmente o número de homicídios em prisões motivados por razões religiosas ainda não seja significativo. De qualquer forma, a morte, como foi dito, aparece como um elemento presente e fundamental para a

compreensão de aspectos do cotidiano carcerário. Existem, na prisão, locais onde é possível matar e não ser descoberto, ou melhor, esses lugares são reconhecidos por toda a população carcerária como territórios onde a morte impune se faz possível. O vídeo "Tereza" remete a esses locais através do depoimento de um detento :

"(...) subi pro sol, os cara achava que eu tinha que morrer, né, então, tinha um lugar lá que matava e não dava nada, ninguém, a polícia não via"
(Preso da P1).

Pode-se ainda conduzir um preso para a morte através da traição. Um convite que, pelo desconhecimento, leva ao *locus* da morte.

" 'Xaveco da Júlia' na cadeia é o seguinte: eu na sua frente sou seu amigo e por detrás de você eu vou levar você para um xaveco, vou falar pro cê, 'vamos chegar até ali'. Então, se você não entender talvez eu possa até tá te levando você pra morrer" (Preso do 5o. DP- trecho de "Tereza").

A ociosidade, o trabalho, o jogo e o artesanato

"É bastante disseminada entre os presos a idéia de que 'a cabeça (do preso) é a oficina do diabo'. Muitos dos entrevistados alegaram não ter outra motivação para o trabalho a não ser 'matar o tempo' ou distrair a atenção ou ainda 'não ficar pensando em besteira' "
(Vinicius Caldeira **BRANT**).

⁴ A respeito do trabalho na prisão, na transição entre os séculos XVIII e XIX, **ROTHMAN** (1971) aponta que alguns estudiosos do crime declaravam que a rotina de trabalho poderia reabilitar o preso, mas que a maior parte dos diretores de prisão estavam preocupados apenas em 'salvar' o dinheiro do estado, ocupar os presos e deixar nítido que o encarceramento era uma punição.

A idéia de que o trabalho além de existir na prisão deve ser duro o bastante para significar castigo (o isolamento muitas vezes é representado como insuficiente) transcende locais e épocas. Sobre a prisão de Pentonville, no século XIX, **IGNATIEFF** aponta:

"O trabalho era extenso e incessante, uma hora e meia antes do café, três horas antes do almoço, quatro horas à tarde" (1978 : 04).

Analisando o pensamento de Cesare Beccaria, **MELOSSI** explicita a relação entre o tempo-trabalho e a idéia de compensação pelo erro cometido.

"Tempo é dinheiro, e posto que qualquer bem que tenha sido tomado pelo delito pode ser valorizado economicamente em uma sociedade baseada no intercâmbio, um tempo determinado que se deve descontar (trabalhando) no cárcere pode pagar a ofensa cometida " (MELOSSI, in MELOSSI e PAVARINI, 1985:103).

O trabalho encarcerado foi representado socialmente de forma diversa, variando temporal e espacialmente³⁴. Ora a ênfase tende a ser a laborterapia, ora o castigo em si. Em uma *Rasp-huis* holandesa (casa de trabalho e não uma prisão, no século XVII) destinada a mendigos, vagabundos e ociosos em geral, o trabalho na instituição aparecia como importante, tendo em vista a necessidade de mão-de-obra vivida no período (**MELOSSI**, in **MELOSSI** e **PAVARINI**, 1985). Por outro lado, nos Estados Unidos, já no século XIX, trabalhadores livres protestavam contra a competição a que tinham que se submeter com os trabalhadores presos (**ROTHMAN**, 1971).

Mesmo que nos mais diversos momentos o trabalho encarcerado sempre apareça associado a uma série de expectativas, **PAVARINI** afirma:

³⁴ A respeito dos dilemas relacionados às expectativas do trabalho encarcerado, entre a reabilitação e a geração de recursos econômicos para a prisão, e ainda sobre as particularidades da produção no cárcere, ver **SALLA** (1991).

"(...) ainda que historicamente se buscou fazer do trabalho carcerário um trabalho produtivo, na realidade esse intento quase sempre fracassou: do ponto de vista econômico, o cárcere chegou apenas a ser uma 'empresa marginal' " (in MELOSSI e PAVARINI, 1985:189).

Condenados atualmente no Brasil à ociosidade, os presos deveriam estar à disposição para o trabalho o tempo todo e, por um raciocínio mecanicista, essa possibilidade faria com que existisse uma valorização positiva do trabalho, menos pelo ofício e mais pelo fato de se "ter algo a fazer". Essa concepção remonta a uma perspectiva introduzida já no sistema da Pensylvania onde *"(...) após um período de total isolamento, sem companheiros, livros ou ferramentas, os funcionários permitiam ao preso o trabalho em suas celas. Introduzido neste momento, o trabalho não seria a imposição de uma tarefa punitiva, mas uma diversão, um prazer, e não um fardo"* (ROTHMAN, 1971: 86).

Esse raciocínio porém se rompe atualmente na prática. O "não trabalho" - não confundido com a ociosidade plena - começa a se transformar em valor na prisão.

"Nem todos gostam de trabalhar. Tem uns que joga 'peladão' (futebol) o dia inteiro. Outros se puder vão ler livrinho, ver TV (...)" (Preso do C.R.N.).

Formas outras de "matar o tempo" aparecem e várias vezes, por seu caráter sedutor ou coercitivo, agregam muitos presos.

Paul VIRILIO aponta que:

"(...) a urgência do tempo de trabalho aparece como centro do tempo e o tempo livre das férias, do desemprego, como tempo de uma periferia, subúrbio do tempo (...)" (1993b:11).

A prisão coloca sua população em meio a esse tempo periférico, priva o preso da própria idéia de tempo central. Na prisão configura-se somente esse tempo marginal, que ali transforma-se em hegemônico. Muitas vezes as próprias mercadorias produzidas, com

investimento de tempo e trabalho, ficam também à margem do mercado, na medida em que "(...) *os bens prisionais costumam ser estigmatizados ou mesmo rejeitados*" (SALLA, 1991:87).

A justiça brasileira, cuja representação maior associada a ela é a morosidade, dá ainda o suporte para o sentimento de tempo marginal. Com respostas vagarosas, a idéia de "morte do tempo" encontra aqui um outro pilar. Qualquer expectativa de revisão processual será também vagarosa, os presos aprendem a lidar com instituições cujo tempo é lento³⁵. Emerge daí um paradoxo. A clientela da prisão não convive pacificamente com essa idéia de "não urgência". Ansiosos, têm ainda a velocidade como ideal nos tempos atuais. Aos poucos percebem que de nada adiantará a expectativa de pressa nesse cenário. Desiludem-se institucionalmente associando lentidão com inoperância.

A possibilidade de não estar nesse "tempo marginal" muitas vezes é remota, já que em geral o trabalho é escasso nas prisões e o acesso às oficinas se dá, não raro, através de negociação. É com a administração que "se arruma um trabalho", sendo um dos principais motivos para um preso se engajar em algum tipo de trabalho a possibilidade de remição³⁶ de pena. Três dias trabalhados, de acordo com a legislação vigente, significa menos um dia de pena a cumprir. No relatório de uma ampla pesquisa coordenada por Vinicius Caldeira BRANT sobre o trabalhador preso no Estado de São Paulo, são apontadas três motivações declaradas pelos presos para a adesão a uma atividade produtiva no interior do cárcere:

"A ocupação do tempo ocioso; a obtenção de recursos indispensáveis à sobrevivência; e os benefícios de redução de pena, assegurados em lei, ou de vantagens no interior do cárcere, proporcionadas por regulamentos ou pela vista grossa dos guardas e da administração" (1986:131-132)³⁷.

³⁵ É interessante ver que a gíria "correria" está relacionada exatamente à possibilidade de obtenção de um favor, muitas vezes associado à situação judicial do preso. A "correria" é antes de tudo um meio de obter algo, de "acelerar" o que é normalmente lento.

³⁶ Como aponta SALLA (1991) existe uma divergência jurídica a respeito da utilização dos termos remissão ou remição.

³⁷ Essa pesquisa de Vinicius Caldeira BRANT destaca questões pertinentes e mesmo surpreendentes a respeito do trabalhador preso em São Paulo. Entre os dados coletados está o que afirma que apenas 1% da população carcerária de S.P. nunca trabalhou até ser preso (1986:74). O autor aponta ainda para uma série de ocupações na prisão que de

A respeito do trabalho em prisões atualmente, ADORNO e BORDINI apontam para o seguinte fato:

"(...) embora seja freqüente que eles (os presos) admitam que o trabalho ajuda a passar o tempo, evita os efeitos perniciosos da ociosidade e permite uma profissionalização, é igualmente comum que encontrem dificuldades de se incorporar ao mercado de trabalho, quando em liberdade, na ocupação para a qual foram profissionalizados. No momento em que isto se verifica, descortina-se o verdadeiro sentido do trabalho penal: ele aparece como sofrimento, como purgação pelos crimes cometidos e pela carreira institucional de encarceramento (...)" (1991: 138)

Sobre as vantagens obtidas com o trabalho, um preso do C.R.N. afirma:

"Trabalho porque ajuda a pessoa a cansar. Não precisa ficar com a cabeça parada. Quando preciso sair a direção me ajuda".

Em regime semi-aberto, este preso - que trabalhava junto à administração - afirmou ainda a facilidade que tinha para deixar a prisão, mesmo sem autorização da justiça³⁸.

No que se refere às atividades no cárcere para passar o tempo, o jogo³⁹ é a mais freqüente e, além de "fazer com que as horas passem mais rápidas", supre em parte a carência de dinheiro, movimentando somas significativas no contexto prisional. Entre os jogos existem os que são praticados legalmente e os proibidos. Ambos são reconhecidos

alguma forma indica a ociosidade como sendo antes uma generalização. Mesmo que parte dos presos trabalhe não podem ser negados fatos como a irregularidade no acesso ao trabalho, oficinas freqüentemente fechadas. Os pátios de prisões continuam repletos de detentos ociosos. Mesmo os que trabalham não encontram, quando saem, ocupação similar à que desenvolveram na prisão. Não raro, o trabalho executado é antiquado, obsoleto e nada útil quando comparado aos padrões externos.

³⁸ Para um aprofundamento da discussão sobre o trabalho na prisão, diferenças entre o trabalho encarcerado e o trabalho no "mundo da rua", perspectivas a respeito da privatização de prisões, indicações bibliográficas sobre essa questão, ver SALLA (1991).

³⁹ É significativa a elaboração histórica de atividades particulares do uso do tempo na prisão. É atribuída a um detento, Victor Orvilhe, a invenção do jogo "palavras cruzadas" - um dos mais divulgados passatempos até hoje - em uma prisão da África do Sul. Alguns esportes praticados em espaços fechados, como o *squash*, também se originaram em penitenciárias.

como presentes na prisão. Entre os legais, estão o dominó, a dama, o xadrez, o ping-pong (em poucas prisões). Quanto aos ilegais, o baralho aparece com destaque.

Ilegal em muitas instituições carcerárias, o jogo de cartas é permitido em algumas e tolerado em praticamente todas. Muitos jogos não são proibidos em si, mas por se associarem a apostas. É visível inclusive uma distinção entre prêmios, permitidos em torneios, e apostas individuais em dinheiro. É curioso porém o fato de que o baralho com apostas em dinheiro, plenamente ilegal, seja talvez a mais popular forma de passar o tempo na prisão.

O futebol⁴⁰, entre os esportes, e a televisão, constantemente ligada, são também formas significativas ⁴¹ de "tirar o tempo de cadeia". Essas atividades entretanto não despertam o sentimento de utilidade do tempo para os próprios presos, visível inclusive pelo tom no qual foi dado o seguinte depoimento com o áudio gravado:

"O pessoal fica jogando futebol o dia todo, conversando, jogando dama, dominó, essas coisas (...) sem nenhum proveito, uma situação lamentável"
(Preso da P1).

Afirmar que se joga para alguém que julgará se o preso está ou não recuperado, como psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, não é uma boa opção - e os presos sabem disso.⁴² Se teoricamente os detentos reconhecem que suas atividades não são consideradas "formas socialmente saudáveis" de usar o tempo, na prática elas proliferam, permitidas ou ocultadas, explícitas ou precariamente camufladas.

Uma das poucas atividades consideradas úteis pelos presos, com o intuito de passar o tempo, é a leitura. Na P1, durante a pesquisa, uma escola e uma biblioteca funcionavam

⁴⁰ Algumas prisões, como o C.R.N., apresentam ainda a possibilidade de prática de outros esportes. O halterofilismo e modalidades diversas de exercícios físicos são valorizadas, pois além de passar o tempo tornam o preso preparado, forte, para um eventual confronto.

⁴¹ A televisão será tratada em sua relação com tempo e espaço na prisão no capítulo 4.

⁴² A baixa credibilidade dos presos a respeito das entrevistas com psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais é notória. Ironizam os testes de avaliação e questionam o tempo das entrevistas. *"Eles põe psicólogo, psiquiatra pra analisar a gente cinco minutos. Cinco minutos não dá pra psiquiatra conhecer a gente, não dá"* (Preso da P1).

precariamente, mas existia demanda e uma frequência assídua. Estudar na prisão, além de auxiliar a "matar o tempo", é uma forma de "ser bem visto pela diretoria". A leitura solitária, nas celas, também é uma forma recorrente de passar o tempo.

"Leio um bom livro, pra enriquecer a cultura e passar as horas" (Preso da P1).

Em poucas prisões brasileiras existem outras atividades de "matar o tempo". Algumas experiências, como a formação de grupos de teatro com os presos, surgem esporadicamente. No C.R.N. havia um grupo teatral religioso denominado "Unidos por Cristo". O presídio Esmeraldino Bandeira - em Bangu - no Rio de Janeiro, durante o ano de 1992 foi um dos exemplos da tentativa administrativa de incentivo a atividades culturais como "estratégia de reintegração" . Para um preso porém, em entrevista a um jornal⁴³, o teatro como forma de matar o tempo na prisão aparece como a questão mais importante.

"O teatro faz o tempo na cadeia passar mais rápido". (Preso - em depoimento à Folha de São Paulo)

Existem ainda, mesmo que pouco frequentes, trabalhos associados a alguns acontecimentos externos. Em uma matéria veiculada no Jornal Hoje⁴⁴ estavam presentes detentos de uma delegacia da cidade de São Paulo ocupados com a confecção de fantasias para uma escola de samba. Entre os depoimentos na matéria destaca-se o de um funcionário:

"Presos ocupados se sentem importantes"

E a fala de um preso:

⁴³ Jornal "Folha de São Paulo", 02/07/1992.

⁴⁴ Na Rede Globo, em 16/02/1993.

"(...) se viesse serviço para nós seria mais fácil tirar nossos dias".

O artesanato aparece como uma atividade comum na prisão, situada na interface entre as atividades prescritas pela administração e aquelas elaboradas a partir de intenções da própria população carcerária. Cientes da precariedade das ofertas de trabalho na maioria das prisões brasileiras estimula-se, ainda que muitas vezes apenas retoricamente, o artesanato nas prisões. Madeira ou papelão são os materiais recorrentes e o preso que se dedica ao artesanato é muitas vezes bem visto pela administração. Aponta-se como positiva a disposição voluntária ao trabalho, que muitas vezes pode ser comercializado, através de intermediários ou em dias de visita, no exterior.

Dilemas se apresentam quando se trata da produção e do comércio das peças. Na confecção muitas vezes é necessária alguma ferramenta que se aproxima imediatamente de uma arma. No C. R. N. conversei com um preso em uma cela individual na qual havia um serrote. Chaves de fenda, facas, estiletos são vistos, com permissão em muitos casos, nas mãos dos presos. Um dos dilemas é que se esse preso portador dos perigosos objetos é considerado "recuperado", seus vizinhos talvez não o sejam.

Um problema que aparece para o preso durante a realização do artesanato é que, por não ser reconhecido oficialmente como trabalho, muitas vezes os objetos são destruídos pelos próprios guardas.

"A coisa mais ruim quando você tá fazendo um trabalho é que o guarda chega e quebra caçando droga. Tá doido, é ruim demais. É um tempo que perdeu. Basta o tempo que se perdeu aqui. Tem que recuperar o tempo"
(Preso do C.R.N.).

Um outro conflito surge na comercialização do artesanato. O intermediário que se propõe a vender conhece a situação de carência do preso e a partir daí formula qualquer preço. Os presos porém estão cientes da relação trabalho (medido em tempo, como quantidade de tempo dedicada à produção) e custo final do produto. Vendem por qualquer

preço mas sentem-se explorados. Acham injusto o dinheiro pago por um objeto no qual trabalharam meticulosamente, aplicaram "todo o tempo do mundo". Reclamam "(...) *da quantidade de tempo dispendido na fabricação de cada uma das peças em comparação com o preço ínfimo oferecido (...)*" (RAMALHO,1979:38).

A expressão "trabalho de preso"⁴⁵ refere-se exatamente à produção detalhada dos interiores, o tempo de espera transformado em trabalho minucioso e preciso, a repetição, a construção demorada dos objetos. Essa situação expressa o tempo disponível na prisão, mas revela a não alienação com relação a padrões exteriores os quais revelam uma associação entre tempo investido e valor.

O artesanato no cárcere não se difere muito da atividade do *bricoleur* que, se arranjando com limites materiais, dedica-se à reformulação do uso anterior e das características iniciais do que tem disponível. Um preso da P1, que se recusou a mostrar o rosto em vídeo alegando ser um artista que não poderia se comprometer, faz suas esculturas em sabão quando seu irmão deixa de levar madeira para a prisão. O tema de seus objetos era normalmente mulheres nuas, o que não era visto com bons olhos pela administração. Nas palavras dele, cuja câmera só pode captar o áudio:

"(...) então eu faço escultura também, mini-escultura em sabão, pra poder passar o tempo, pra poder desenvolver meu trabalho".

Quando o preso passou a se dedicar à confecção de imagens sacras, pôde receber madeira da própria administração e com orgulho ostentava o fato do diretor ter um dos objetos, por ele confeccionado, em sua sala.

O artesanato, por não ser obrigatório, funciona para a administração como uma forma de verificação de um engajamento individual ao trabalho. Livra a "culpa institucional" de não haver trabalho para todos e universaliza a possibilidade de ter algo a fazer, ainda que

⁴⁵ Citada oralmente por Paixão.

não assuma os meios para a confecção de peças. A adesão individual a essa "possibilidade universal" algumas vezes qualifica o preso, conta pontos a seu favor.

Quando se fala no texto em escassez de trabalho em prisões brasileiras, trata-se antes de uma generalização do que da descrição de um cenário homogêneo. Muitos internos trabalham em diversos estabelecimentos, que compreendem inclusive colônias agrícolas, como o C.R.N., aqui estudado. Nestas, um conflito particular associado ao trabalho emerge com maior força: a não adaptação do preso urbano com o meio rural e a utilização de utensílios de trabalho como armas, instrumentos de fuga etc. Além desse aspecto, o contato entre presos de origem rural e urbana nessas colônias não é representado como positivo pelos funcionários de prisões. Um antigo carcereiro do C.R.N., orgulhoso por já ter passado por várias prisões mineiras, afirmou:

"Chega um cara do campo que matou a mulher, fica conhecendo os vagabundos da cidade na cadeia, ora, se o cara já teve coragem de matar, vai virar bandido, assaltante, fácil, fácil (...)" (Guarda do C.R.N.).

As representações sobre o tempo na sociação carcerária

"O tempo é um problema essencial. Quero dizer que já não podemos prescindir do tempo. Nossa consciência está continuamente passando de um estado a outro, e isto é o tempo: uma sucessão" (Jorge Luis BORGES).

O estudo do tempo vivido em uma instituição necessariamente passa pela discussão que envolve múltiplos significados em constante negociação entre a administração e os presos, entre hábitos e regulamentos, entre prática e imposições burocráticas. Este tópico,

embora tenha que se remeter a alguns aspectos já tratados, aparece como imprescindível por dizer respeito diretamente ao ponto central da pesquisa.

A expectativa do tempo utilizado no trabalho, expectativa esta que pode ser vista formulada dentro do discurso da administração e também no que se refere a uma expectativa da sociedade em geral, encontra seu inverso na prática. A articulação entre o cotidiano dos presos e o conjunto de regras atualizadas pela administração resulta em uma particular combinação de práticas temporais.

O tempo útil do trabalho carcerário fixa seu espaço enquanto "quase utopia", distancia-se do plano prático, porém não deixa de ser uma dimensão levada em conta circunstancialmente. Espera-se que o preso trabalhe, ainda que não haja trabalho. O tempo dos fatos, relacionado aqui a uma dimensão concreta, impõe-se enquanto ociosidade em geral e a "virada de cadeia", trazendo eventualmente o tempo fugaz, vertiginosamente acelerado, o tempo da fuga e da morte, compõem um quadro complexo da articulação temporal na prisão. Emerge ainda na experiência carcerária um tempo essencialmente punitivo, o tempo castigo, o isolamento espacial por um período de tempo, variável, tempo passado em um cubículo solitário, por exemplo.

A cela de castigo - e as representações sobre ela - configuram hoje o *locus* sintético das formas punitivas no espaço prisional. Normalmente ir para o "cubículo" é também submeter-se a uma "surra" anterior. Se alguns presos não passaram pelas celas de castigo, não é negada a estes a construção de uma imagem impressionista, através de relatos de muitos que lá já estiveram. O espaço prisional aparece, em alguns momentos, quase que transparente, variando nesse aspecto inclusive politicamente. A violência não está necessariamente escondida. Na "solitária", condenado ao rompimento de qualquer forma de relação social, inclusive intramuros, como o contato com outros presos, impossibilitado de executar qualquer forma de atividade usual de "matar o tempo", o preso está plenamente exposto à sua dor física e aos constrangimentos espaciais, que incluem o frio, o chão normalmente molhado e, não raro, ratos e baratas.

A célebre frase de Lúcio Flávio "*a cabeça do preso é a oficina do diabo*" é significativa para a compreensão do que pode ser entendido como o tempo das mentes na prisão. Ocioso - e a cela de castigo aparece como uma radicalização dessa situação - o preso dispõe de "todo o tempo" para planejar fugas, revoltas, vivenciar conflitos internos de qualquer natureza.

O tempo das mentes - para os presos - também pode ser visto por um outro lado, como a idéia de tempo ocioso se faz sentir, como o "ficar à toa" pode ser assumido enquanto valor e como o tempo passado é representado como "tempo perdido", "tempo morto". Se MELOSSI está correto ao associar o surgimento da pena de privação de liberdade por um período de tempo a um momento no qual o tempo passa a ser valorizado enquanto bem, sem dúvida a prisão alcança sucesso como castigo, pois apesar do tempo preso não ser convertido em trabalho útil, a representação usual na prisão é de que foi um tempo inteiramente "morto".

A riqueza da expressão "**matar o tempo**", quando aplicada ao contexto prisional, se revela. Diante de meses e anos, referência temporal quantitativa da pena, institucionaliza-se uma revolta na mente dos presos relacionada ao tempo. Este surge como o inimigo que deve ser morto, vencido. O longo tempo vivido no ócio assume seu peso e não é de graça que muitos presos justificam seu engajamento em algum tipo de ocupação (quando conseguem) como uma forma de arma na luta contra o tempo⁴⁶.

Uma outra qualificação do tempo na prisão é a de "tempo perdido".

"A gente fica aí perdendo uma vida, pô, a vida lá fora é maravilhosa, perdendo os anos, não dá";

"O tempo que se perde aqui dentro é irrecuperável"

(Presos da P1).

⁴⁶ O peso das horas associado a uma tendência à aceleração no "mundo de fora" será discutido no capítulo 4, no qual a presença dos meios de comunicação ajuda a compreender que, mesmo encarcerados, os presos não estão alheios à essa tendência. Vive-se então em um "império do tempo morto", que, mesmo sem vida, se faz sentir plenamente.

Encarcerado, pouco há para ser feito no sentido da recuperação do tempo, "para achá-lo", de forma satisfatória. Muitas vezes as tentativas de fuga são justificadas como uma busca do tempo perdido na prisão e a delação que leva o plano ao fracasso, um "atraso". Certa vez, na PI, foi-me relatado um episódio no qual um preso após uma "fuga espetacular" morreu por overdose de cocaína ao comemorar o seu feito. Diante do tempo do mundo da rua, o preso optou por saboreá-lo em doses grandes demais. Depois do tempo perdido, perdeu-se a vida.

Com a ociosidade observa-se uma ruptura do ideal do tempo passado na prisão.

"O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e a aplicação são, como a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar" (FOUCAULT, 1991:137).

Com a ausência de atividades, o exercício do tempo aplicado se vê distante. Observa-se a partir daí uma confluência nas representações da prisão sobre o tempo. Ao menos enquanto discurso, a ociosidade passa a ser valorizada negativamente por todos os atores sociais envolvidos no cotidiano carcerário e também pela sociedade. Existe um consenso na crítica à ociosidade. Organizações de Direitos Humanos enxergam aí a ruptura com a reintegração. A sociedade "em geral" associa a ociosidade à vagabundagem, ou mesmo à não punição. Os administradores vêm aí a perda de dinheiro com o desperdício de mão-de-obra. Muitos presos afirmam que o "tempo passa mais devagar". Guardas consideram que são incomodados porque os presos não fazem nada, argumentam que só quem trabalha na prisão são os guardas e demais funcionários.

Retomando as representações dos presos, aquelas que se associam ao futuro e ao passado mostram-se particulares. Os internos que se apresentam como recuperados sugerem um futuro "de luta e trabalho" fora dos muros. Comum a todos os presos está a idéia de que um futuro distante do crime será necessariamente marcado por dificuldades. Os detentos apontam a existência de um contexto social marcadamente negativo ao ator social com o rótulo de ex-presos. A construção racional, potencialmente objetiva, do ambiente de atuação futura mostra um cenário perversamente adverso, nítido através da preocupação apontada de que o ex-presos é tido tipicamente ainda como criminoso, ao menos, potencial⁴⁷.

Sobre o passado, são presentes as representações que apontam no sentido da negação da culpabilidade pessoal pelo crime cometido. Algumas vezes é descrito um cenário onde o crime ou foi fruto de uma necessidade básica ou o criminoso se envolveu quase que ingenuamente. Outro fator, mais recorrente, que aponta no sentido de alívio da culpabilidade pelo crime cometido, é notado quando os presos apontam para o fato de que "todos roubam e só eles são punidos". Um dos mais fortes trechos de "Tereza" apresenta a seguinte edição:

"Todo mundo tem direito de errar, porque só eu não? Antes de eu nascer já existia roubo. (...) Agora vamos supor, pergunta pra mim, quem que é mais ladrão nesse mundo, os próprios polícia que é tudo safado, certo? Policia (...) esse negócio, Tenente e esses uns como se diz o (...) como que fala (...) o juiz. Mais ladrão do que ele não existe.(...) Eu tô pra mim ir embora, certo, eu não sei quando mas eu vou, eu não nasci aqui, certo?" (Presos do 5o. D.P.).

O trânsito entre representações sobre o tempo na prisão não se faz livre da presença hegemônica da ociosidade.

"Se a evasão no espaço é freqüentemente possível a escapada no tempo não o é mais" (VIRILIO,1993:15).

⁴⁷ Algumas pesquisas realizadas - como a de BORDINI e ABREU (1985) sobre o momento futuro do detento ao deixar a prisão - já diagnosticaram que muitos voltam a trabalhar em suas antigas profissões. O "aprendizado" na cadeia, do ponto de vista prático, nada significou, corroborando a representação de "tempo perdido".

A experiência temporal é tão inequivocamente social que se torna difícil "escapar" dela. Deslocar-se no espaço é possível, mas transitar por diferentes formas do uso do tempo ou desafiar o ritmo hegemônico é sem dúvida muito difícil.

De forma majoritária, o tempo na prisão aponta para a redundância como regra, a monotonia que inclui porém uma certa expectativa de instabilidade. A novidade e a quebra do tempo aparecem enquanto promessa, sendo que, quando chegam, rompem o ciclo dos dias que é retomado a seguir.

A percepção do tempo no cotidiano carcerário aparece ainda diretamente afetada por distinções entre a população carcerária. Enquanto presos no regime aberto e semi-aberto trabalham, poucos do sistema fechado desempenham atividades consideradas como trabalho. Não raro, presos que são vistos como "recuperados" pela administração associam - ou falam que associam - o tempo passado na prisão como uma possibilidade de reflexão, de pausa. Essa formulação entretanto é vista com desconfiança pelos próprios atores sociais na prisão. Sabe-se que valorizar o "tempo cumprido" de pena é um dos fatores que pode levar a uma interpretação do arrependimento.

O preso, muitas vezes, "depara-se com o tempo" em situações cotidianas inversas às do mundo de fora. Não raro, além dos muros, "sentimos o tempo", "percebemos sua presença", pela escassez, pela sua falta. Na prisão, o tempo é muitas vezes representado como uma imensa entidade, todos ali parecem ter alguma forma de reflexão sobre essa noção. O detento depara-se com o tempo pelo excesso com o qual este se apresenta, o que cria uma interessante dualidade verbal, simultaneamente o "tempo perdido" e o "tempo excessivo". Obviamente o excesso é sentido enquanto tal pela inserção anterior no "mundo da rua", onde foi possível conviver com as representações usuais de valorização do tempo desde que "útil". Deparando-se com o excesso do tempo enquanto "entidade", passar o tempo, matar o tempo, são sempre expectativas recorrentes, mas devido até à própria

grandeza do "inimigo" que pretendem "matar", são armas por demais frágeis. Mata-se parte do tempo de um dia e no seguinte ele volta, inteiro.

Aspectos da situação atual da prisão no Brasil

Ainda relacionado às observações iniciais sobre o dia-a-dia na prisão, considerações associadas à situação atual do sistema não podem estar ausentes da discussão aqui proposta. Essas observações são imprescindíveis na caracterização do ambiente onde ocorrem as ações sociais dos presos. Escassez espacial, pobreza material, corrupção, incremento da atuação religiosa, violência abusiva são características da maioria das prisões brasileiras e estão distantes de serem dados pouco relevantes para a compreensão das práticas sociais no cárcere. Mesmo que não se pretenda um mapeamento aprofundado do cenário atual, tais condições não podem ser vistas como dados acessórios.

Discutindo o estado do sistema penitenciário brasileiro, Sérgio **ADORNO** analisa suas questões mais graves:

"A superpopulação carcerária encontra-se na origem imediata de não poucos outros problemas, sobretudo a promiscuidade que promove toda a sorte de contaminação - patológica e criminógena -, exacerbando a violência como forma institucionalizada e moralmente legítima de solução de conflitos intersubjetivos" (1991b:71).

Contaminação patológica, em função da proximidade física e da precariedade de instalações sanitárias, escassez de artigos de higiene pessoal - muitas vezes só adquiridos na economia informal e ilegal na prisão - as doenças encontram aí o espaço ideal de proliferação.

"Trata-se de uma população de alto risco, vulnerável a toda sorte de doenças infecto-contagiosas, fato ainda mais agravado pela recente epidemia de AIDS" (ADORNO,op.cit.:72)⁴⁸.

Do ponto de vista da criminalidade, não raro, a superpopulação coloca lado a lado literalmente, primários e reincidentes, latrocidias e autores de pequenos furtos. Distritos policiais e delegacias são, especialmente em áreas urbanas desenvolvidas, o local de maior agravamento dessa situação. Espaços destinados a um curto período de estada de delinqüentes, muitos vêm se transformando no local de cumprimento de penas apesar de não sofrerem, em sua maioria, sequer reformas para esta nova função.

A improvisação parece ter sido transformada em solução institucional - nada eficaz - para se enfrentar os problemas relativos à escassez de recursos. Salas de aula em penitenciárias maiores transformam-se, não raramente, em celas. Estas por sua vez, improvisadas ou não, apresentam-se com freqüência deterioradas. Como afirma o delegado do 4^o. D.P. de São Paulo:

"Tivemos que transformar a cela de segurança (solitária) em cela comum. Trocamos as portas de ferro por grades"⁴⁹.

Esse cenário porém não aparece como uma exclusividade do Brasil. Mesmo em países europeus, durante determinados períodos, a situação não se configurou de forma diametralmente oposta.

"Em países como a Itália, o cárcere, por suas deficiências de organização bem conhecidas, nunca foi um modelo de controle disciplinar e muito menos de adestramento para o trabalho produtivo, mas, pelo contrário, um modelo

⁴⁸ Como exemplo de uma iniciativa no combate à disseminação da AIDS em prisões brasileiras está a revista em quadrinhos "Lampadinha". Elaborada em 1991 por seis detentos do Presídio Central de Porto Alegre/RS, com o apoio do GAPA. A revista aborda as principais formas de contaminação da AIDS e os modos de prevenção. A história baseia-se nas experiências dos próprios presos, tocando - sem hipocrisia - em aspectos essenciais do cotidiano carcerário. A forma final da revista inclui uma série de gráficas e trata de drogas e sexo na prisão.

⁴⁹ Depoimento do delegado Alfredo Luiz Ondas, no jornal Folha de São Paulo em 21/03/1993.

*de desgoverno e de anarquia, inclusive no nível administrativo e de controle*⁵⁰.

Atuando diretamente sobre o cotidiano dos presos no Brasil, o fenômeno da superpopulação faz com que acordos e formulações de conduta sejam uma condição imprescindível para a sobrevivência em cubículos. Ao se referir a estabelecimentos prisionais e delegacias policiais de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, ADORNO afirma :

"Nelas, freqüentemente, instituiu-se sistema de rodízio, a fim de que todos os reclusos de uma mesma cela possam desfrutar do repouso, pois não há camas em número suficiente, o que obriga inclusive a que muitos se sujeitem a dormir no chão de cimento" (1991b:71).

Recentemente essa situação parece ter chegado a níveis ainda mais caóticos, com a presença inclusive do que vem sendo chamado de "homens morcegos", presos que se amarram em grades para poder dormir⁵¹. Além dessa estratégia e do revezamento, existem ainda formas de racionamento do espaço como "dormir de valetes" (presos dormem um ao lado do outro em posição invertida de pernas e cabeça) e a "trança" (detentos deitados de frente um para o outro com a perna entrelaçada).

Nesse cenário, o "boieiro" ocupa espaço fundamental já que *"a existência de restos de alimentação, guardados ou acumulados, contribui para a disseminação de insetos, (...) dos quais os presos se vêem assediados com picadas e mordeduras"* (ADORNO, op.cit.:71). Se a possibilidade de adoecer é uma constante, os tratamentos também não deixam de ser um problema, já que a superlotação de unidades hospitalares (COELHO,1987) e a precariedade dos recursos ambulatoriais (ADORNO,op.cit.) parecem estar longe de deixar de ser realidade. Convive-se com doença e morte rotineiramente.

⁵⁰ Apresentação de Guido Neppi Modona em MELOSSI e PAVARINI (1985).

⁵¹ Conforme matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo em 21/03/1993.

Seria ingênuo acreditar que regras de comportamento entre a população carcerária não são atingidas ou mesmo modeladas pela situação do sistema penitenciário. Sem dúvida, em prisões de outras localidades que não apresentam tais carências são formulados padrões e regras de convivência. Aqui, entretanto, certas práticas são quase que necessárias para a sobrevivência. Se a atuação em um mercado delinqüente, por exemplo no tráfico de drogas intramuros, é um índice de adesão ao "mundo do crime", é porque interesses e necessidades podem até ser formulados acima de ambientes, mas só se concretizam neles.

"A omissão do poder público é tanto mais grave quando se conhece a extensão em que a 'economia delinqüente' é sustentada pelas famílias dos internos. Isto é, o estado lhes transfere o encargo de suprir certas condições mínimas de sobrevivência não apenas o chefe ou o filho encarcerado mas, indiretamente, através dos mecanismos da 'economia delinqüente', também uma parcela considerável da massa carcerária. E com sua tolerância pragmática, com sua política de 'vista grossa' termina por fazer com que estas famílias sustentem, involuntariamente, também as atividades flagrantemente criminosas da 'economia delinqüente' " (COELHO, 1987:59).

No contexto de violência generalizada, discriminam-se posturas, valorizam-se outras.

"Entre os detentos, torna-se quase impossível intervir nas disputas violentas, que envolvem os mais diferentes interesses e objetos. Tudo é passível de querela: confrontos entre quadrilhas; suspeita de delação; envolvimento no tráfico de drogas, na exploração de atividades internas, no tráfico de influências sobre os 'poderosos', sejam aqueles procedentes da massa carcerária ou da equipe dirigente; posse de objetos pessoais; obtenção de favores sexuais, o que compromete não apenas os presos, sobretudo os mais jovens e primários, muitas vezes comercializados no interior da população, mas também suas esposas, suas companheiras e suas filhas; manutenção de privilégios conquistados ou cedidos; disputas de postos de trabalho" (ADORNO, op.cit.:72).

É importante ficar claro, como apontam os vários autores, que nem todos esses conflitos são observáveis em qualquer prisão no Brasil, apesar de estarem presentes na maioria. Em alguns locais se apresenta de forma mais violenta o conflito manifesto de interesses, em outros, disputas camufladas acontecem. Existem algumas prisões em que a superlotação (ainda, talvez) não seja a tônica. É o caso da Penitenciária I de Campinas/Sumaré, um dos locais estudados nesta pesquisa. Esse fato porém não significa a inexistência de diversos aspectos apontados, como o tráfico de drogas⁵², assaltos sexuais, nos quais presos são "zoados"⁵³, rituais de iniciação extremamente violentos, espancamentos na cela de castigo⁵⁴.

Em algumas prisões poucas visitas bastam para nos defrontarmos com redes de poder entre os presos. É fácil reconhecer lideranças e grupos. Em outras, compreender regras e disputas de interesses é uma questão de tempo de convívio com os detentos para penetrar em um complexo jogo de relações sociais escamoteadas. Em locais com regime de tranca, internos detidos em celas a maior parte do tempo, uma ligeira conversa já denuncia padrões explícitos de comportamento. Em penitenciárias maiores, onde presos trafegam por galerias e pavilhões, a ociosidade muitas vezes dá a falsa impressão de absoluta calma, tranquilidade. Com certeza estar preso não é ficar em meio a conflitos e disputas o tempo todo. Por outro lado, negar a violência generalizada como uma das principais características da maioria das instituições carcerárias brasileiras é, no mínimo, omissão.

"As mortes de internos se banalizaram e, mescladas a fugas, batalhas campais entre grupos organizados de internos e enfrentamentos com a Polícia militar, atestam a profunda erosão da ordem social dos presídios e penitenciárias" (PAIXÃO,1985:97).

⁵² Durante a realização do trabalho de campo um funcionário da P2, vizinha à P1, foi preso portando maconha nas imediações da penitenciária.

⁵³ Nas palavras de um preso da P1, em depoimento do vídeo "Tereza": "zoar é (...) fazer a gente (...) bater na gente (...) vamos supor, na cadeia antigamente não tinha mulher liberado, né, então as pessoas que eram mais fracas faziam papel de mulher". Mesmo com a possibilidade de visitas de mulheres, a prática de "zoar" permanece presente.

⁵⁴ O Diretor de Segurança da P1 foi afastado por abuso de violência no período de autorização para o nosso ingresso nessa instituição.

Em um cenário onde índices de reincidência criminal devem ser objetos de investigações⁵⁵, as políticas públicas penais apontam, quase que exclusivamente, para o esforço no aumento de vagas oferecidas - procurando muitas vezes não ir contra a superpopulação, mas deixá-la nos níveis atuais - com a reforma ou construção de novas prisões. Mesmo essas iniciativas são por demais tímidas. Vez ou outra propostas técnicas de alteração são formuladas, como a regulação e controle da abertura com o exterior. Muitas não chegam a ser implantadas, algumas são e fracassam, poucas são bem sucedidas e a maioria é por demais superficial para significar alguma transformação real no sistema penitenciário como um todo⁵⁶.

A discussão sobre a situação de precariedade geral e os "remédios" - tópicos e episódicos - formulados e aplicados não se esgota neste capítulo, sendo retomada adiante. Não se pode porém falar em regras e acordos ignorando as características atuais que conformam o ambiente, o contexto da sociação carcerária, já que esses fatos agregados são propiciadores de violência (ADORNO,1991b) tanto na prisão quanto no futuro do ex-preso.

⁵⁵ Sobre reincidência criminal ver: BORDINI e ABREU (1985) , ADORNO e BORDINI (1989), ADORNO (1991a), ADORNO e BORDINI (1991).

⁵⁶ Sobre políticas organizacionais e dilemas ver: ADORNO (1991b) , COELHO (1987) e PAIXÃO (1987).

3 - A VIGILÂNCIA - AS "DURAS", O "CAGÜETA" E AS CÂMERAS - O PANÓPTICO HOJE

"Até aquele momento gravávamos em vídeo sem alterar significativamente o cotidiano da prisão. Surpreendentemente, um dos funcionários que às vezes nos acompanhava bateu fortemente em um ferro. Foi o suficiente para que centenas de pares de olhos ocupassem o minúsculo espaço de vidro no centro das portas das celas. A partir daquele momento, presos que se acostumaram a ser vigiados, vigiavam nossos movimentos" (Trecho do caderno de campo).

Das "duras" e "gerais" às fotos e números

Diversos modos de estabelecimento da **vigilância** se configuram no sistema carcerário. Simultaneamente, formas articuladas do vigiar se complementam, compreendendo tanto as que envolvem contato físico direto na relação com o guarda, como as práticas de delação entre a população carcerária. Além destas, documentação, números, fichários, fotos, relatórios atualizam informações.

"A própria arquitetura prisional, transformando cada um em potencial vigilante do outro, abre espaço para conflitos permanentes nas relações intersubjetivas, envolvendo não somente presos e guardas, mas estes e as equipes técnicas, estas e os diretores penais, estes e os diretores administrativos e assim sucessivamente" (ADORNO, 1991b:73-74).

Um novo olhar complexifica hoje a vigilância. Objetivas de câmeras formando um circuito fechado de informação visual passam a varrer o espaço de algumas prisões, inclusive no Brasil, configurando algo que pode ser interpretado como uma moderna faceta panóptica (MACHADO,1991). A PI, um dos locais visitados nesta pesquisa, possui um

desses circuitos de TV. Essa possibilidade recente é o aspecto fundamental neste capítulo. Antes, porém, é interessante um olhar breve em direção às formas usuais de vigilância.

Vigiar aparece como um dos aspectos essenciais na prisão. Buscas, apreensões, "duras", "gerais"¹ são mecanismos habituais de uma máquina-vigilante que atua, nesses casos, através da proximidade física. Ao preso cabe mostrar-se, ou ainda ocultar-se, de forma competente. O ideal de vigilância é então dependente dos guardas que o atualizam, na medida em que este se realiza através da atuação de agentes institucionais que, como foi dito, pautam-se em estereótipos e não raro fazem "vista grossa". Qualquer diretor de prisão sabe, como foi dito em entrevista, que *"todo preso tem sua arma"*.

A "vista grossa" aparece então como uma situação limite de tolerância, reconhecidamente praticada e fixada a partir da prática. Em um lugar onde *"tudo vira arma"* (Preso da P1) ou *"a prisão é o local onde é mais fácil se conseguir droga"* (Funcionário do C.R.N.), a situação de exposição do preso se apresenta de forma complexa. Ao mesmo tempo em que todos reconhecem um número incontável de práticas ilegais no espaço da prisão, os agentes institucionais têm ao seu lado o "direito de olhar", a possibilidade de, em um dado momento, deixarem de lado a "vista grossa" e organizarem buscas destinadas, de fato, a encontrar. Muitos presos já "caíram"² assim dentro da própria cadeia.

No contato direto detentos e guardas se expõem. Os primeiros, objetos da situação concreta de vigilância. Os guardas, por outro lado, mostram suas posturas nesses instantes, são testados, colocados "em cheque". Se toleram práticas ou objetos ilegais são vistos de um modo, se não, classificados de outro. É muitas vezes nesses momentos que os estereótipos, tratados no capítulo anterior, são formulados e fixados na repetição de atitudes.

¹ "Duras" e "gerais" são formas de exercício da vigilância que se constituem em inspeções, revistas, no corpo ou nas celas, visando encontrar alguma irregularidade, por exemplo, o porte de drogas ou armas.

² "Cair" é uma gíria usada dentro e fora da prisão. No "mundo da rua" significa ser preso, dentro é ser pego em flagrante, "se dar mal".

"Eles (os guardas) podem ser analisados igual aos internos. Uns valem alguma coisa, outros, nada. Uns impõem um moralismo que eles próprios não têm. Querem te submeter a uma disciplina que eles não possuem" (Preso do C.R.N.).

Não raro cruéis, as buscas funcionam duplamente. Armas e drogas são achadas, algumas vezes apreendidas, e se verifica a intimidação e atualização do exercício do poder que se constitui como a face essencial da "dura"³. Ao lado dessas práticas administrativas de vigilância existe o controle burocrático de informações que, freqüentemente, funciona simultaneamente, respaldando o exercício do vigiar.

Se a documentação pessoal hoje em dia aparece reconhecidamente como forma de controle da população em geral, na prisão observa-se essa situação acentuada. Proliferam fichas que incorporam pareceres teoricamente atualizados, fotografias de diversos ângulos, números de matrícula, de cela, de pavilhão.

"O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam" (FOUCAULT, 1991:168).

Poucos porém são os estabelecimentos carcerários brasileiros que possuem seus fichários em dia, renovados. Observa-se, quase que como norma, uma defasagem temporal relativa ao ingresso de novatos e à atualização de cadastros. Sobre a forma de obtenção de dados dessa natureza, "(...) nunca é demais lembrar que o preenchimento de fichas cadastrais nas agências pelas quais transita o preso é realizado de modo pouco uniforme. A coleta dessa informação ora pode ser obtida junto ao próprio preso ou extraída de processos criminais" (ADORNO e BORDINI, 1991:122).

³ Normalmente, ao entrar na prisão, eu passava por um processo de revista. Muitas vezes a "dura" não era tão minuciosa e, em algumas visitas, chegou a não acontecer.

Na prática diária, o momento no qual as informações articulam diretamente o vigiar é a recontagem. Em penitenciárias os presos costumam circular pelo pavilhão até a hora de voltarem para as celas. Normalmente estas são verificadas uma a uma. Procura-se então a **ausência** - por fuga, morte ou indisciplina.

A delação na cadeia

"Na malandragem não pode cagüetar (...) cagüetou, deu mancada, lamentável" (Preso da P1- Trecho de "Tereza").

Ao lado da vigilância que acontece na relação entre presos e guardas, uma outra forma, velada mas reconhecida, aparece como essencial na socição carcerária. É a "cagüetagem" interpresos. A ação dos presos é pautada na sua relação com os outros e, de certa forma, constrangimentos aparecem em uma situação onde "todos se vigiam". Porém, como aponta um interno para COELHO (1987:70), *"preso não é polícia de preso"*. Os "cagüetas" (alcagüetes) aparecem então como perversos vigilantes e mais, a importância destes para a administração do cotidiano carcerário encontra eco na atuação dos guardas. Não são poucos os rituais de extrema violência que procuram a "extração de informações", variando de denúncias de rebelião, emergências de grupos e lideranças, tráfico de drogas intramuros etc.

Na ocasião da primeira visita ao 5o. Distrito Policial de Campinas, em uma situação particular de entrevista na qual conversei com vários presos simultaneamente, um deles, líder de cela, apontava para um dos presos que estava no pátio, com o corpo todo cortado por "gilete", e afirmava:

"aquele ali é cagüeta, cagüetou na rua, não tem mole pra ele aqui não"
(Preso 5o. D.P.).

A delação aparece então como algo que vem da rua e, no cotidiano prisional, tendo em vista o elevado número de atividades ilegais que proliferam nesse espaço, encontra uma maior possibilidade de ocorrência. A represália à "cagüetagem" passa a ser considerada normal e a violência plenamente justificada.

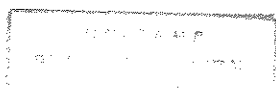
"Tinha safado, pilantra, que ninguém gosta de safado e pilantra que fica cagüetando os irmão, então safa assim, vai morrer. E matava" (Preso da P1).

Esse mesmo detento aponta para uma situação na qual a morte foi considerada o melhor mecanismo para dar fim à "cagüetagem", porém tratou-se de um equívoco e já era tarde demais para remediá-lo.

"Os cara induziu ele, levou ele pro barraco do cara. Aí um cara falou, quem cagüetou foi ele, mataram o cara. Aí depois de quase um ano foram descobrir que quem morreu era inocente e o cara que acendeu pra matar era o cagüeta" (Preso da P1).

Entre o silêncio e a delação, "cagüetas" continuam a ser desprestigiados pelos presos e, não raro, severamente punidos por lideranças da população carcerária:

"Na verdade, cagüetas reconhecidos como tais existem poucos e por serem rotulados, reconhecidos por todos, são praticamente neutralizados em suas funções de delação. Mas a 'cagüetagem' existe e a possibilidade de alguém, um qualquer do grupo 'cagüetar', acaba por ser um elemento de restrição do espaço das infrações. (...) O funcionário também desconfia do preso que 'cagüeta' porque do mesmo modo que fala de um preso, pode falar dele e prejudicá-lo" (RAMALHO, 1979:58).



Na P1 gravei em vídeo a entrevista com um preso que afirmou ter escapado por pouco da morte após uma "cagüetagem". Esse detento tem um primo policial e ocultava isso na prisão por achar que poderia ser mal visto⁴. Um outro preso descobriu e se encarregou de contar para outros. O que torna interessante esta história é que um detento delata um outro por medo de que este último delate as práticas proibidas na prisão. "Cagüeta-se", por prevenção, contra a "cagüetagem". A conclusão da história aparece assim descrita pelo preso primo de um policial:

"Foi quando eles me levaram pro meio do pátio, um já tinha tirado meu estilete, dizendo (...) este dizia ser meu amigo, né. Tirou meu estilete, deixou eu sem proteção nenhuma (...) foi quando veio uns em 6 em 7 e tentaram me agredir, né. Aí eu saí correndo, tinha um outro rapaz que tava enxugando uma água com rodo e felizmente consegui me defender com o rodo, mas ainda levei uma estiletada no ombro" (Preso da P1- Trecho de "Tereza").

A delação, mais até que a própria personificação do delator, introduz, do ponto de vista espacial, um recorte significativo. A exposição a que os presos se submetem ganha um novo contorno, apresenta-se em sua face mais perversa e não menos eficaz.

"Hoje em dia até colega seu tá te traindo pra ganhar ponto com a diretoria"
(Preso da P1).

O vigilante não ocupa um espaço outro, mas partilha do mesmo, dificilmente diagnosticado e no qual pode agir. O vigia também é o vizinho, "o irmão no qual não se pode confiar" (Preso do C.R.N.). Não há fronteira espacial e a única defesa com relação a estes é a coerção, a punição, não raro a morte, como forma de proteção em um espaço marcado pela exposição e, porque não, pela visibilidade. Ao lado desse aspecto apontado por

⁴ Posteriormente, em uma exibição do vídeo "Tereza", uma pessoa presente afirmou que tinha sido amigo de infância daquele preso e que ele possuía um irmão - e não um primo - policial. O espectador falou acertadamente o nome do preso e de seu irmão. Através do vídeo foi possível perceber que mesmo nas relações em que o pesquisador acredita ter adquirido total confiança do entrevistado, muitas vezes esta é, de fato, parcial.

RAMALHO como "*restrição do espaço*", a delação é ainda motivadora da "necessidade" da aceleração do tempo na prisão na medida em que a demora na efetivação de um plano de fuga pode levá-lo ao fracasso.

Se os presos têm "todo o tempo" para pensar em planos de fuga, dificilmente possuem o mesmo tempo para sua realização. A demora fragiliza a ação, faz com que esta seja submetida às práticas de vigilância impostas pelos guardas e transforma o ato futuro em possível objeto de delação. Sobre esse aspecto, um depoimento editado em "Tereza", obtido no 5o. D.P., onde são rotineiras tentativas de fuga, auxilia a compreensão do que vem sendo dito.

"Ah, os carcereiro fica tudo na miguelagem, eles deixa cê fazer o buraco, na hora que tiver quase perto de você sair, eles vai lá, oh, derruba. Nós mudemo duas vezes praquele lado e depois mudemo pra cá, porque nós tava aqui tentemo fazer aqui, nós tava lá tentemo fazer lá, depois nós tava aqui de novo, tentemo fazer aqui de novo, depois pôs nós lá, nós tentou de novo e agora eles trouxeram nós pra cá de novo.(...) Já ouviu falar, ladrão é a imagem do cão?! Ele inventa tudo não tem nada pra fazer! Lógico! Ladrão que não tem o que fazer morde até o dedo pra ver o sangue cair, lógico, passar hora de cadeia" (Preso do 5o. D.P.).

O primeiro aspecto essencial desse depoimento se refere à postura do guarda com relação à fuga. "Ficar na miguelagem" é estar atento, "tomar conhecimento". Os carcereiros muitas vezes sabem do plano de fuga, permitem sua realização parcial e depois interferem. Deixam os presos ocupados com algo que eles irão destruir no futuro. Alimentam a expectativa de fuga e os detentos muitas vezes "sabem que os guardas sabem" e as regras do jogo passam a ser da ordem do visível. A insistência com a qual o preso assume as tentativas frustradas de fuga aponta no sentido dessa nova transparência. Essa visibilidade torna-se ainda mais nítida tendo em vista que esse depoimento foi dado para a câmera, sem nada a esconder o rosto. A lei do silêncio não se pauta mais na negação ingênua de práticas ilegais.

Ao contrário, o preso vai buscar na ociosidade a justificativa para a fuga. Esta aliás é vista em alguns momentos como legítima. *"Tentar fugir é um direito do preso"* é uma frase recorrente em prisões.

Como último destaque da fala citada vale apontar a violência da metáfora associada ao uso do tempo e cuja força é visível no ritmo e na forma com que a frase foi dita. A visualidade cruel da metáfora *"Ladrão é a imagem do cão"* e da expressão *"Ladrão que não tem o que fazer morde até o dedo para ver o sangue cair, lógico, passar hora de cadeia"* pode ser interpretada do ponto de vista simbólico. O tempo ocioso mostra o seu peso nesse momento, quando "qualquer coisa", como a própria autoconstrução da dor é válida, desde que signifique que as horas da prisão "passarão mais rápido". O uso recorrente de classificações do tipo "imagem do cão", "oficina do diabo", aparecem intimamente associadas à idéia de ócio, como se a personalidade do preso fosse autorepresentada como perversa e que uma "injeção de tempo ocioso" é exatamente o ingrediente que complementa a mistura explosiva. Não parece pouco lógica a representação usual de que condenar criminosos a péssimas condições de vida e com todo o tempo para alimentar planos ou expor rixas leva quase que necessariamente à brutalização, às tentativas constantes de fuga, à violência institucionalizada, nitidamente visível nessas expressões.

O panóptico hoje

"O vídeo estende diretamente a analogia do movimento ao tempo: tempo real, instantâneo, que duplica e ultrapassa o tempo diferido do filme, e do qual as câmeras de vigilância oferecem a imagem atroz e pura. Invisível de ser por toda a parte, cego à força de tudo ver, ele vem para além dos séculos figurar a visão neutra e negativa do Cristo Pantocrator, visível e que tudo vê" (Raymond BELLOUR).

O espaço ideal da prisão se constitui em uma máquina de segurança e observação e, nesse limite, trafega sua arquitetura. Um projeto arquitetônico de prisão pauta-se pela funcionalidade, já que o bem estar de infratores não é representado socialmente como algo relevante. Ao contrário, ao parecer fisicamente de forma sombria, com certo ar deteriorado inclusive, conota-se uma possibilidade de que os que lá estão realmente sofrem pelo erro que cometeram. Com o estreitamento da relação entre práticas consideradas científicas, como a psicologia aplicada, o diagnóstico do infrator, aperfeiçou-se também a forma de ver a prisão fisicamente. O projeto arquitetônico mais célebre de prisão, e também o mais particular, recebeu o nome de **Panóptico**.

A idéia de panoptismo remonta ao princípio de vigilância formulado pelo jurista britânico Jeremy Bentham no século XIX. Como aponta **SÁ** a respeito do panóptico:

"(...) embora já existisse de maneira fragmentária e até empírica antes de Bentham, por exemplo, inspirando a arquitetura de certas escolas militares na França, em Paris havia uma delas em 1751, foi realmente Bentham quem o formulou (...)" (1990 : 209).

Em "Vigiar e Punir", **FOUCAULT** apresenta as características fundamentais do panoptismo. A idéia de vigilância aparece como a noção central do modelo e mais, a

perspectiva utilitária de uma economia eficaz na administração de espaço e tempo do vigiar. A sintética e precisa descrição do modelo nas palavras desse filósofo:

" O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções - trancar, privar de luz e esconder - só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha" (FOUCAULT, 1991: 177).

A superexposição unilateral sustenta a organização da forma espacial. A luz delimitando o contorno em movimento constrói a mensagem que será decodificada por um vigia. O preso "*é visto, mas não vê; objeto de informação, nunca sujeito de uma comunicação*" (FOUCAULT, op.cit.:177). Não vê o outro, o sujeito que vigia. Uma possível individualização do espaço mostra somente a sua pior face para o preso, priva-o do contato coletivo - impedindo organizações de quaisquer gêneros - e não lhe oferece a privacidade já que a intenção é sujeitá-lo ao olhar permanente.

A idéia da necessidade de celas individuais para o funcionamento do modelo panóptico é questionada por DUPRAT:

"Tem se confundido o panóptico com o regime celular contínuo. O projeto de Bentham, ao contrário, exclui formalmente o isolamento contínuo (...) preferindo, durante o decorrer do dia, celas de três a quatro indivíduos" (1980:119).

Esta dúvida entre o isolamento, necessário ou não, fica esclarecida por MELOSSI (in, MELOSSI e PAVARINI, 1985), quando aponta que o isolamento era destacado no primeiro projeto de Bentham, substituído depois por celas com maior número de presos.

O ponto central do panoptismo - sobre o qual parecem concordar diversos autores - é a sensação incorporada de estar sendo vigiado, sensação esta mais importante inclusive do que a observação de fato. Não vendo o olho do vigia, a possibilidade deste estar distraído é ausente, a torre em si torna contínuo o olhar da direção.

"A arquitetura panóptica é transparente e exposta, tranca o sentenciado, mantendo-o sob olhar ininterrupto. (...) O panoptismo se constitui e se difunde com a passagem do suplício para a penitência e desta para a vigilância do olhar" (SÁ, 1990: 211).

O rompimento da unilateralidade do olhar só ocorre de forma previsível. Como aponta MURICY:

"Bentham abre uma exceção para a invisibilidade do olhar-vigia. A torre do inspetor poderá, no domingo, transformar-se em uma capela, acolher os fiéis do exterior. Neste dia, as persianas poderão se abrir e os prisioneiros verão e ouvirão o padre que oficia. Desta vez, o olho de Deus ocupará a torre" (1993:484).

Formula-se então um ideal de altar, no qual é possível "ver Deus" simultaneamente "próximo-inalcançável". Não existe problema em se ver o padre. Diferentemente do vigia, este não traz da janela um saber falível - não errará - e nem mesmo sua presença física é

referência carnal ou forma de cheque de dogmas. "Transparente", torna-se lente-janela para se enxergar a Deus.

A máquina do panóptico, assim a chama FOUCAULT, potencializa uma economia de espaço e tempo. A brutalidade do confronto direto para a implementação do poder torna-se descartável. Os espaços para rituais de renovação dos imperativos de ordem tornam-se, não raro, supérfluos. O número de vigilantes é reduzido bruscamente. A eficácia instantânea da observação da desobediência acelera o tempo para a punição. A imagem do preso chega, e hoje com o advento da televisão é possível falar assim, "direta" e ao "vivo" para o controle imediato de qualquer esboço indisciplinar. Não há dúvidas quanto a identificação do sujeito em sua falta. Não há como delegar ou distribuir a culpa.

"O peso das velhas 'casas de segurança', com sua arquitetura de fortaleza, é substituído pela geometria simples e econômica de uma 'casa de certeza'. (...) Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo (...)" (FOUCAULT, 1991: 179).

Princípio arquitetural, a idéia de panoptismo não foi fixada exclusivamente para formulações de prisão, mas como um modo ideal de vigilância que plenamente se adequaria a qualquer instituição. Para FOUCAULT, um "laboratório de poder", sustentado tanto na possibilidade de observação quanto na eficácia de introjeção e por conseguinte alteração comportamental.

"O fato de ele (panóptico) ter, até nosso tempo, dado lugar a tantas variações projetadas ou realizadas, mostra como foi durante quase dois séculos sua intensidade imaginária. Mas o Panóptico não deve ser compreendido como um edifício onírico: é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal (...) é na realidade uma figura de

tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico" (FOUCAULT, op.cit.: 181).

Associada à idéia de abertura e fechamento, a eficácia da totalidade do panóptico se mostra exatamente pela alusão à permeabilidade interior-exterior. Nem mesmo a introdução de pessoas "de fora" acompanhando a vigilância impediria seu funcionamento. Ao contrário, poderia se pensar na idéia de vitrine, onde é ainda um elemento físico do exterior, a luz, que assegura seu eficaz movimento. Uma vitrine particular, na qual quem está no interior desconhece seu observador.

"O corolário inevitável de todo dispositivo panóptico é que ele desindividualiza o poder, livra-o do arbítrio do inspetor, do xerife, o chefe, transformando-o numa máquina anônima, num engenho de tecnologia política de que o sistema arquitetônico é o diagrama" (MACHADO, 1991:94).

Enquanto modelo, não se justifica que encontremos atualmente por todos os lados instituições circulares, mas o mais importante é identificar princípios similares de nítida e assumida inspiração ou não. É sobre esse aspecto, e em particular o caso que aqui interessa - o da prisão -, que a reflexão sobre a utilização de câmeras de circuito fechado em instituições carcerárias pode ser pautada nos princípios do panoptismo. Arlindo MACHADO, pesquisador de linguagens eletrônicas, destina um de seus artigos - "*A Cultura da Vigilância*" - a esse tema. Para o autor, o uso de câmeras de vídeo em prisões modernas remonta ao velho princípio panóptico, concordando inclusive com FOUCAULT que a sociedade atual tende mais à vigilância do que ao espetáculo.

O pesquisador de prisões no período da revolução industrial (notadamente a de Pentonville), Michel IGNATIEFF, que aponta a rejeição definitiva do panóptico em 1810 (1978: 112), também associa novas tecnologias a alguns princípios da concepção modelar formulada por Jeremy Bentham.

"O desenvolvimento tecnológico da segurança, visível pelas câmeras de TV e detetores de metal e calor, têm tornado possível prosseguir intensivamente a vigilância pessoal (...)" (IGNATIEFF, op.cit.:217)

Em uma das instituições estudadas nesta pesquisa, a P1, considerada de segurança máxima, estava em fase de implementação um sistema de circuito fechado de TV . Na ocasião de nossas primeiras visitas pude perceber que, além da câmera que eu pretendia levar para a prisão, outras ali já estavam. Durante o período do trabalho de campo o sistema foi definitivamente implantado e a partir daí foi possível a compreensão de alguns aspectos que corroboram a visão que aproxima tais circuitos ao princípio panóptico.

A experiência de síntese de espaço e tempo dentro da perspectiva da economia de vigilância parece ser a renovação do princípio panóptico através da utilização das câmeras de vídeo. Essa discussão poderia sugerir algo distante de nossa realidade, em função do atual estado de deterioração de nossas prisões e do alto custo aparente de implantação de sistemas desse porte. Em primeiro lugar é preciso ficar claro que o barateamento das tecnologias de produção de imagem eletrônica já é bastante significativo e, tendo em vista que para um circuito interno de TV a qualidade de cores e definição não são aspectos essenciais, o preço deixa de ser um problema. O segundo aspecto é que se esse custo for calculado associado a uma possível redução do corpo de vigilantes, os números se tornam reais e, mais que isso, sedutores. As prisões atuais apresentam com frequência espaços coletivos. Penitenciárias possuem uma área de convívio interpresos e estes passam ali a maior parte do tempo de pena a cumprir. Existem ainda as áreas de trânsito, normalmente largos corredores onde a vigilância é colocada como imperativo em um espaço considerado de frágil segurança. Na P1, são nesses locais e também nos arredores da prisão, que se dispõem as oito câmeras do sistema.

É preciso porém deixar claro em quais aspectos se verifica a incorporação do princípio panóptico na utilização de tais câmeras. O primeiro fundamento é o da visão

unilateral. Os presos, ainda que vejam a câmara, desconhecem quem está por trás dela, sentado diante de uma mesa de onde controla monitores que jogam as imagens sem parar. É obedecido um dos princípios centrais do panóptico que é a "desindividualização e despersonalização do poder"⁵. Outro fato é a sensação de estar sendo vigiado. As câmeras utilizadas com esse fim não possuem nenhum sinal evidenciando se estão ou não ligadas. Durante a estadia na P1 foi possível perceber, em visitas à central de controle, que nem todas as câmeras estavam funcionando. Se estão com defeito, desligadas por economia de energia, pouco importa, elas continuam ali, apontando sua lente-objetiva para todos os presos e espaços.

As áreas coletivas da prisão não podem então ser escuras. A luz que define o contorno dos atos do preso no modelo panóptico aparece aqui com a função de garantir a nitidez mínima das imagens. Quanto maior a luz, mais possibilidades apresentam-se de detectar com eficácia o infrator, já que as câmeras funcionam em plano aberto otimizando o raio do espaço vigiado. No Panóptico de Bentham, a "(...) *síntese é decorrente e necessária: luz e olhar constantes. (...) Luz e olhar incidem permanentemente sobre o condenado*" (SÁ, 1990: 211). Comentado o trabalho de FOUCAULT, DELEUZE vai além quando aponta:

"A prisão, por seu lado, diz respeito ao visível: ela não apenas pretende mostrar o crime e o criminoso, mas ela própria constitui uma visibilidade, é um regime de luz antes de ser uma figura de pedra, define-se pelo 'Panoptismo', isto é, por um agenciamento visual e um meio luminoso do qual o vigia pode ver tudo sem ser visto, no qual os detidos podem ser vistos, a cada instante, sem verem a si próprios (...)" (DELEUZE, 1988:41).

Através da idéia de luz chega-se à discussão sobre visibilidade e transparência no interior da prisão - instituição que por princípio apresenta-se como "não transparente". No modelo panóptico a noção de secreto apresenta-se de forma unilateral. Não se esconde a

⁵ Aspectos estes apontados por FOUCAULT (1991)

sensação do vigiar, de estar sendo vigiado (transparência). Esconde-se exclusivamente quem está vigiando e se este está ou não exercendo sua tarefa (opacidade).

É interessante ainda procurar compreender como as câmeras amplificam o princípio panóptico com a inclusão de novas facetas. Assim como no modelo de Bentham, a instantaneidade entre o tempo da infração e o conhecimento desta pela administração se verifica. É esfacelada a duração entre o delito intramuros e a observação deste. Assim, o tempo entre a "falta" e o castigo pode também ser encurtado. O que aparece como novidade no "Panóptico Eletrônico" é exatamente a produção da prova instantânea. Contra argumentos que delegam a culpabilidade a outro preso, apresenta-se a tecno-imagem de sua ação. Intransferível, o erro pode ser individualizado. Personalizado, não há como negá-lo. Na prisão a imagem eletrônica do erro do preso constitui-se em prova. Não se desconfia do olhar da câmera - ao menos por enquanto - que, diferentemente do agente institucional, apresenta-se fora de suspeitas.

A P1 na perspectiva do panóptico contemporâneo

Como foi dito anteriormente, as visitas para a coleta de dados desta pesquisa foram no C.R.N./M.G. , no 5o. Distrito e na Penitenciária 1. A maior parte do trabalho de campo foi feita nesta última. Recente, construída durante o Governo Quéricia e inaugurada em 1989, a P1 chegou a fazer parte do Complexo Penitenciário Ataliba Nogueira em Campinas, atualmente desmembrado em instituições e diretorias diferentes (estão próximas apenas fisicamente as Casas de Detenção P1 e P2) , sendo a já tradicional Penitenciária Ataliba Nogueira destinada agora exclusivamente a presos em regime semi-aberto ou aberto. Os condenados em fase de regime fechado distribuem-se então pela P1 e P2. A "prisão tradicional" de Campinas, o "Cadeião" como é chamado o Presídio São Bernardo, estava em

período de reformas, o que impediu que o trabalho de campo fosse realizado nessa instituição.

A Penitenciária I de Campinas/Sumaré não se aproxima da imagem tradicional das prisões brasileiras. Considerada de porte médio, sua população carcerária era de 630 presos durante a pesquisa, com a capacidade ideal estimada em 538 detentos. Com direção, na época, do Sr. Eduardo Rossler, não temos na P1 a imagem de celas quebradas e deterioradas. A configuração do ambiente, suas características espaciais, está gravada em vídeo. Ainda que sem a riqueza da descrição visual, apresento alguns aspectos do espaço da P1, para então poder discutir a idéia do panoptismo nesse ambiente

Portões fortes e maciços fecham as celas, possuindo apenas um espaço vazado para o recebimento de alimentação e roupas de cama. É através dessa "portinhola" que "é paga a bóia", expressão dos presos que designa o recebimento da comida. Acima, na altura dos olhos, um retângulo de vidro grosso permite que os presos vislumbrem trechos do pavilhão. Qualquer movimento ou som diferente é o suficiente para que centenas de pares de olhos disputem um lugar nos pequenos segmentos de vidro embaçado e nas "portinholas" que, a princípio, deveriam permanecer fechadas. Muitas porém estão estragadas, talvez os primeiros sinais de deterioração material, enquanto outras são habilmente abertas por ferramentas construídas pelos presos. No fundo das celas, pequenas janelas com grades completam os espaços que ligam os cubículos a outros locais do interior da prisão. As pequenas aberturas nas maciças portas das celas são antes o local por onde o guarda olha do que o oposto. Esse é o espaço que permite a instauração da microvigilância nos cubículos.

A penitenciária é dividida em três pavilhões chamados "raios". O raio I é o mais próximo da administração e, não por acaso, comporta os presos de menor periculosidade e os considerados recuperados. Os raios II e III, com celas maiores e mais populosas, ficam no fundo da penitenciária, havendo um longo corredor entre eles e a principal porta de saída ⁶.

⁶ Em geral a distribuição de presos no espaço carcerário costuma obedecer esse princípio no qual os mais perigosos ficam na parte dos fundos da prisão. Tornou-se comum em vários estabelecimentos a utilização do termo "fundão" para designar os pavilhões que comportam os presos mais perigosos. Trabalhar, ocupar o tempo, enfim, recuperar-se

Cada raio possui um pátio particular, de cimento, com um campo de futebol, o que torna isolada a população de um pavilhão com relação ao outro.

A imagem de um ambiente sujo, mal cuidado, freqüente em prisões brasileiras (este é o caso do 5o. Distrito) também não é a norma na P1. Se não fosse a existência de signos que nos remetem de imediato à idéia de cárcere, como algumas grades, rádios de comunicação, "gaiolas" de ferro, talvez a confusão com um sombrio hospital de péssimo gosto fosse possível. O ferro dá o tom de prisão.

"Cadeia é feita de ferro, qualquer lugar que se vai se tira uma fuca" (Preso da P1).

O extenso corredor da penitenciária, do qual saem todos os caminhos, pode ser visto como a passagem principal. Uma adaptação do modelo panóptico em cruz, com duas transversais horizontais. No comprido corredor, todos que fazem seu trajeto são interrompidos por "gaiolas", pequenos cercados de grades que dão acesso aos pátios e limitam o trânsito. Nessas "gaiolas" um funcionário comanda o movimento, organizando os que devem passar.

As paradas de controle, "gaiolas", são revestidas de grades até o teto e o "guarda do trânsito" se situa em um local alto, onde está seguro e pode vigiar o que se passa. O chão do corredor é dividido em três faixas. Duas são estreitas, próximas às paredes, por onde os presos devem caminhar com as mãos para trás e em fila. A faixa central é destinada ao trânsito de funcionários e eventuais visitas.

Além das "gaiolas", outro aspecto que marca o poder de vigilância desse corredor é o **circuito fechado de TV**. Ao cruzarmos seus metros sabemos que atrás existe uma câmera e que andamos em direção a outra. Durante o percurso os presos podem ser vistos por vários ângulos e, mesmo quando cruzam uma gaiola, não só o vigia os observa. Organizadas com o

ou dar essa impressão, significa também uma transição entre o "fundão" e os espaços da prisão mais próximos da administração, conforme aponta RAMALHO (1979).

intuito de uma rede contínua de vigilância, o que uma câmera deixa de mostrar passa a ser objeto de outra.

Os presos não devem olhar para as câmeras, cruzam a extensão do corredor com a cabeça baixa. Esse fato ficou nítido quando assisti sistematicamente às imagens em vídeo nas quais os presos estavam no corredor. As câmeras ficam expostas mas não se pode olhar para elas, apenas eventualmente, como que para garantir que de fato elas continuam ali.

Em uma sala distante, cercada de alarmes, um funcionário observa e mais, pode gravar o que está sendo mostrado. Aqui a imagem é antes de tudo documento. Se um guarda faz - e isso é comum - "vista grossa" a irregularidades, a câmera pode registrar. Se está gravado é real. Aqui onde máquinas de escrever não foram trocadas por micros, a imagem ainda possui um status ontológico de verdade. A maior virtude do circuito não é catalogar falhas dos internos, afinal, acusações de funcionários e a "caguetagem" já são suficientes para incriminar os já criminosos. O circuito fechado e a presença de câmeras funcionam como eficientes vigilantes introjetados.

Apesar da resistência do Diretor ao meu ingresso na sala de controle das câmeras, consegui convencê-lo, alegando que eu trabalho com vídeo, tenho interesse nessa área etc. A partir da negociação foi possível compreender o status que o diretor dava para aquele sistema recentemente implantado. Durante várias visitas à prisão foi negociada a gravação de imagens dessa sala - denominada por alguns funcionários como o "cérebro da segurança". Termo estranho esse, tendo em vista o caráter inaugural do sistema.

A princípio eu não poderia gravar imagens ali. Posteriormente foi permitido. Novamente as ordens e contra-ordens. No dia anterior à primeira gravação em vídeo ficou estabelecido que apenas imagens gravadas pelo próprio circuito fechado me seriam entregues. Sendo assim, providenciei uma fita VHS para a cópia. No dia porém, tudo mudou. Qualquer acesso à sala de controle foi bloqueado. Dessa forma, julgando ser essencial a inclusão no vídeo "Tereza" de imagens que remetessem à "dimensão do

panóptico atual", conseguimos uma fita com a polícia que mostrava cenas de um assalto a banco registradas por um circuito fechado.

Na sala de controle das câmeras da PI, onde pude entrar sem a câmera, verifiquei que das oito telas, duas apontavam defeito e nada mostravam. As outras "cobriam" diferentes espaços da penitenciária. De todas as câmeras apenas uma possuía movimento, acionado por controle remoto, fazendo com que realizasse, em torno de seu eixo, uma pequena alteração de sua posição inicial. O funcionário encarregado da observação era um técnico em eletrônica e não um guarda. Nenhum funcionário da prisão estava habilitado a tomar o comando das funções. Como aponta **MACHADO**:

"(...) essas máquinas, a rigor, vigiam muito pouco (...) . No limite, a eficácia das redes de vigilância está menos em sua força imediata como agente repressor do que nos efeitos de homogeneidade do campo escópico que elas produzem" (1991: 96).

Em uma das visitas fui acompanhado pelo Diretor de Disciplina que, com orgulho, pedia para o técnico me mostrar as possibilidades do circuito, como variação de monitores, gravar imagens. Enquanto reconhecíamos os cantos da prisão pelas câmeras, uma delas flagrou um carcereiro lendo jornal, nas "gaiolas" do corredor. Sobre esse aspecto, **IGNATIEFF** afirma:

"Bentham colocou ambos, prisioneiro e guarda, sob vigilância constante de um inspetor patrulhando na torre central" (1978: 77).

Imediatamente o Diretor de Disciplina pegou o telefone interno e chamou a atenção do guarda que, assustado, sequer respondeu. Pelo monitor observamos sua desconfortável situação e o jornal sendo colocado em um canto. Através desse fato foi possível compreender que uma das funções daquele sistema era exatamente observar os próprios guardas.

"Os próprios vigias tornam-se também vigiados" (MACHADO, 1991:94).

Esse fato não é uma possibilidade recente. A concepção da despersonalização da vigilância alcança ainda esta figura última do "vigia do vigia".

"Membros do público em geral tinham livre acesso à torre central para manter os inspetores sob vigilância. Inspeção onipresente, de qualquer um, por qualquer um, uma solução de Bentham para a velha questão, quem vigia o vigia" (IGNATIEFF, op.cit.: 78).

Relacionado à perspectiva do estar diante de câmeras, um fato ocorrido durante a realização da pesquisa apresenta aspectos que alimentam a discussão que vem sendo desenvolvida. Convidei um fotógrafo para ir à P1 antes das gravações em vídeo, com o objetivo de observar as condições de luz e para que os internos se acostumassem com câmeras. Depois de várias fotos, pretendíamos registrar uma cela pela "portinhola de vidro", onde dois presos riam e conversavam. Pedi autorização para fotografar. Permitiram de imediato. Quando o fotógrafo se colocou em posição eles mudaram sua postura inicial, um sentou-se e o outro ficou de pé com as mãos para trás, ambos cabisbaixos expressando tristeza. Provavelmente acharam que era essa a imagem que esperávamos de presos. Era a mesma imagem que os presos possuíam ao cruzar os corredores e passarem diante das câmeras de circuito fechado.

Algumas diferenças pareciam evidentes entre a experiência com vídeo realizada para esta pesquisa e as câmeras que já estavam na prisão. Os presos sabiam quem éramos, nos mostrávamos a eles. Na medida em que nenhuma imagem era "furtada", uma nítida oposição entre nossas lentes e as objetivas do sistema de vigilância da prisão ficava marcada. Os presos sabiam o momento exato em que nossas câmeras seriam ligadas, fariam se

quisessem, enfim, eram portadores de uma autonomia impensável no caso dos dispositivos eletrônicos de vigilância.

A idéia de limite aparece como sendo fundamental para a compreensão do espaço da vigilância na prisão. Limita-se, para conter e vigiar, o espaço de circulação do preso. Muros e grades distinguem o mundo de cá e o de lá. Refletindo sobre a PI é possível perceber que atualmente opta-se por dispositivos mais eficazes de imposição de limites do que as grossas paredes. É claro que elas muitas vezes permanecem, mas a idéia de labirintos de fortes paredes que se sucedem até o limite da rua é substituída por um arranjo de formas plurais de fronteiras que apontam para a visibilidade. Paredes de ferro em celas, em oposição a grades, corredores expostos com grades nas passagens, cercas de arame e torres em volta. Duas formas de segurança vão se aperfeiçoando com o decorrer dos tempos, assim como as fugas. Uma é a cerca de arame, que conforme relatado por funcionário "*é importada e corta a carne de quem tentar transpô-la*". Outra é a torre que, não distante da idéia do panoptismo de vigiar sem ser visto, ocupa o espaço em volta dos pavilhões, tendo no alto policiais militares. Armada em um pequeno descampado, condição difícil em grandes centros atualmente onde cada vez mais próximo das prisões existem bairros, o mato baixo dificulta a fuga de quem se arrisca. Lá, ao contrário do 5o. D.P., o "tatu" (buraco) é mais usado que a "tereza" (corda).

O panóptico além dos muros

"Os processos e circuitos imagéticos percorrem grandes e pequenos territórios da vida cultural de nossos dias: os acontecimentos políticos, científicos, artísticos e esportivos, as normas de comportamento, as representações sociais" (André PARENTE).

Um dos aspectos essenciais da leitura que **FOUCAULT** faz do modelo panóptico de Bentham é seu caráter de transcendência à prisão. Mais do que um dispositivo carcerário, o panoptismo era uma possibilidade, já prevista por Bentham, de incorporação da vigilância pelo sujeito observado, que em muito se distanciava de um uso exclusivo.

"Assim como Bentham procurou estender o princípio da onipotência e onisciência do panóptico a todas as instituições sociais, Foucault analisa a prisão como uma simples ilha do arquipélago carcerário, que inclui os quartéis, a escola, o hospital e a fábrica" (LINEBAUGH, 1983:103).

Para além da instituição carcerária, Arlindo **MACHADO** mostra princípios do panoptismo revisitados em aeroportos ou mesmo cidades inteiras.

"Os sistemas eletrônicos de vigilância multiplicam-se em progressão geométrica por toda a parte. Não apenas os aeroportos ou estações de trem e metrô, mas agora até mesmo as estradas, os túneis, os supermercados, os grandes magazines, os bancos, as fábricas e, no limite, as escolas e instituições psiquiátricas, estão submetidos aos olhares técnicos e impessoais de câmeras de observação. Só na cidade de Hamburgo, segundo Kramer e Klier⁷, há 3 mil câmeras movidas por controle-remoto e espalhadas por toda a zona urbana, para monitoração do sistema de tráfego" (1991:92).

⁷ A fonte a respeito dos dados de Hamburgo apontados por **MACHADO** é: Kramer e Klier, "Der Riese", in SURVEILLANCE, ed. Brand Miller e Deborah Irmas (Los Angeles, LACE, 1987).

O controle do trânsito, principalmente, passa a ser apontado como argumento motivacional para a instalação generalizada da parafernália da vigilância. Dispositivos óticos, fotoelétricos, eletrônicos, começam a ser implantados também no Brasil, em diversas cidades.

De certo modo, o estudo em prisões apresenta possibilidades de conhecimento de uma realidade específica porém generalizável. A prisão aparece então como um "locus" muitas vezes privilegiado de apreensão de aspectos sociais peculiares, mas não exclusivos. Algo como a figura de uma metonímia, pois sendo parte de um todo encontra-se nessa parte muitas das características gerais acentuadas. A prisão surge, por exemplo, como um local particular para a compreensão das interfaces cada vez mais presentes na discussão sobre a vigilância e a respeito das noções de público e privado. O espaço da cela, para o qual muitos presos levam objetos procurando transformá-lo de certo modo em "espaço da casa", torna-se em instantes violável ao olhar do outro. Entretanto essa não é uma característica exclusiva da prisão, ainda que institucionalmente apareça com uma nitidez imediata.

"Depois de Watergate, não pode restar dúvidas de que as esferas do público e do privado se interpenetram cada vez mais" (MACHADO, 1991:92).

A idéia de vigilância contemporânea transcende a utilização de câmeras indo em direção a outros mecanismos. Os mesmos espelhos que mostram em vários ângulos nossas imagens em um metrô ou em um *shopping center* estão presentes em prisões. No presídio de Bangu 1, no Rio de Janeiro, *"o interior é vigiado, durante 24 horas, através de um vidro espelhado"*⁸.

No "mundo da rua", Paul VIRILIO diagnostica uma situação atual de *"proliferação de câmeras, radares e detetores nos locais de passagem obrigatória"* (1993b : 08). E completa:

⁸ "Jornal do Brasil", 28/03/1993.

"Observemos que as prisões francesas que possuem 'setores de segurança máxima' iriam ser equipadas com estes mesmos pórticos magnéticos instalados há alguns anos nos aeroportos, o equipamento da maior liberdade de deslocamento servindo paradoxalmente como modelo para o de encarceramento penitenciário. Em diversas áreas residenciais americanas, o policiamento é feito apenas através de um circuito fechado de televisão ligado ao posto (estação? delegacia?) central da cidade" (op.cit.:08).

Detectando objetos proibidos magnética ou eletronicamente, poupa-se o contato direto que compreende falhas, como possibilidades de suborno, erros, desatenção. Entrega-se então a um vigilante "sem rosto", a máquina, o dever do vigiar ?.

Um dos aspectos que marcam a extensão do panoptismo¹⁰ para além do espaço carcerário é a disseminação de câmeras de fotos e vídeo. Festas, atualmente, são registradas em minúcias, nas quais muitas vezes opta-se por valorizar positivamente mais o signo do que a própria coisa em si, ou seja a festa. Ela não interessa se não puder estar inteiramente registrada e vale a pena então sacrificar a própria fruição do momento para a observação posterior. O que existe de peculiar nessa experiência moderna, além da alteração no eixo temporal do prazer, que passa a ser adiado para o momento da revelação ou de assistir ao vídeo, é que nos habituamos ao registro eletrônico e químico de termos nossas faces exploradas por um *close-up* (plano extremamente fechado). Temos nossos gestos vigiados

⁹ Experiências punitivas substitutivas à prisão vêm sendo feitas principalmente a partir da idéia de não exclusão social acompanhada de severa vigilância. Um exemplo desse tipo de experiência é descrito no caderno "Informática", do jornal Folha de São Paulo de 22/04/1992: "*Em vários Estados norte-americanos a Justiça vem usando um sistema eletrônico para controlar pessoas em regime de prisão domiciliar (...). Trata-se de uma pequena tornozeleira que pode, inclusive, ficar escondida sob a roupa e que envia sinais para um computador quando a pessoa sai de determinada área - sua casa, por exemplo (...). Mais de 75 mil pessoas nos Estados Unidos estão sendo monitoradas por esse método. Ao invés de ir para a cadeia eles usam as tais tornozeleiras eletrônicas e podem ficar em casa (...). Ela (a tornozeleira) detecta todos os movimentos de quem a usa e avisa quando sua 'fechadura' está sendo forçada*". O sucesso desse mecanismo porém é colocado em cheque na própria matéria. A primeira pessoa que conseguiu se libertar da tornozeleira "*(...) matou um homem com um tiro e foi novamente pego pela polícia*".

¹⁰ Algumas experiências artísticas no mundo inteiro vêm se debruçando sobre a idéia moderna de vigilância. A exposição coletiva *Surveillance*, em Los Angeles, 1987 (MACHADO, 1993a); o trabalho *Der Riese* de Michel Klier (VIRILIO, 1989), uma montagem de imagens registradas por câmeras automáticas de vigilância. No Brasil, o trabalho "Panóptico", de Ronaldo Macedo, tri-dimensional, construído em caixas pretas com jogos de luz. Essa obra acompanhou várias exposições de "Tereza", chegando a participar do 13o. Salão Nacional de Artes Plásticas, Rio de Janeiro. MACHADO (op.cit.) cita ainda vários cineastas que, de diversas formas, propuseram uma reflexão a respeito da experiência contemporânea da vigilância.

como os de presos, mesmo enquanto estamos em festas muitas vezes classificadas como rituais de desordem.

Cidades turísticas transformaram-se em *locus* de proliferação de equipamentos ótico-eletrônicos usados como lembranças de viagens. Obviamente as intenções do registro são outras, mas passamos a considerar normal que lentes objetivas fixem nossas imagens. Como afirma MACHADO:

"As câmeras de vigilância se distribuem como uma rede sobre a paisagem social, ocupando todos os espaços e os submetendo ao seu poder de invasão branca, à sua penetração invisível e indolor" (1991: 92).

Lentes, perversas ou não, vazam nossos corpos, vasculham nossas posturas. Espelhos na loja, no *shopping*, multiplicam nossas imagens e nos colocam em evidência. Nas ruas podemos ter nossas imagens gravadas pelos inúmeros programas de televisão que instalam câmeras escondidas em busca de vexames. Superexpostos ao olhar do outro, somos oferecidos, podemos ser medidos, identificados. A vigilância e o controle de informações transformam-se em práticas rotineiras.

"(...) os dispositivos eletrônicos de vigilância generalizam para toda a sociedade métodos de coerção nascidos no interior de presídios ou antes utilizados apenas localizadamente, na investigação ou repressão policial" (MACHADO, 1991:95).

Algumas análises apontam para a existência de focos para os quais são apontadas as câmeras, rompendo qualquer perspectiva democrática do exercício da vigilância, que não se configura na expressão todos-vigiam-todos. Como na prisão, o exercício da transparência é unilateral e tópico.

"Ao prolongar e tornar mais penetrante a visão, a tecnologia coloca nas mãos da mídia uma espécie de panóptico superpotente que em vez de

instaurar uma visibilidade total sobre a sociedade - como o panóptico de Jeremy Bentham analisado por Foucault - cria em seu lugar uma visibilidade pontual , milimétrica, que ilumina as zonas de interesse deixando na sombra o que não lhe interessa" (SENRA,1993:166).

Por outro lado, Arlindo MACHADO (1993b) procura mostrar também faces positivas do panóptico eletrônico, sua dimensão lúdica, sendo o principal exemplo o circuito fechado de um motel, onde alguns casais podem optar por assistir outros que concordarem.

O status da imagem como prova - que transcende o caráter de vigilância, de prática inibidora - indica pistas interessantes para a reflexão sobre a situação atual da imagem em geral. Enquanto a manipulação de imagens através de processos digitais aponta no sentido do questionamento do que é hoje o real ou o falso, o referente se perde ou ao menos, está distante; a idéia de circuitos fechados é a pura referência. Além de serem exibicionistas - afinal as câmeras e monitores de circuitos de TV estão normalmente à mostra - espera-se ainda dessas câmeras, nas ocasiões em que estão funcionando de fato, que produzam provas. O Diretor Geral do C.R.N. que, como foi dito, pôs fim às minhas entradas com a câmera naquela prisão, alegou :

"Não tenho nada a esconder, mas se você quiser mostrar alguma coisa que prejudique minha imagem não vou poder fazer nada. Você vai ter as provas que quiser contra mim. Com caneta e papel você entra" (trecho caderno de campo).

Por enquanto, os circuitos fechados estão entregues a agências nas quais a sociedade deposita confiança, como firmas de segurança ou setores da polícia. Não se espera dessas agências a manipulação das imagens. O que deve ficar claro é que a alteração em imagens ou da posse destas é tecnológica e politicamente possível, apresentando-se então a dualidade na qual se sustenta esta discussão: enquanto a imagem atualmente pode cada vez mais se

afastar, se descolar do real, criar situações ou mundos virtuais, por outro lado ela se cola ao real enquanto prova de fatos que aconteceram. Com essa convivência se mantendo, talvez teremos que nos defrontar, em um futuro breve, com inúmeras **provas virtuais** ou, ainda, **falsas provas**.

4 - A TELEVISÃO NA PRISÃO - UMA INTERFACE NO TEMPO E NO ESPAÇO

"A cada novo dia, multiplicam-se em progressão geométrica as telas de vídeo ao nosso redor: são televisores comuns recebendo a programação que está no ar, ou reproduzindo fitas pré-gravadas em circuito fechado; são sistemas de vigilância ou controle, como aqueles que encontramos discretamente em aeroportos, estações de metrô, supermercados ou grandes magazine; são terminais informáticos de acesso a bancos de dados em escritórios, instituições financeiras, redações de jornais; ou ainda as telas de video games, videotextos, videobares, videodunceterias, videoeducação nas escolas, videotreinamento nas empresas (...). A lista seria interminável, tanto mais que a cada dia que passa inventa-se uma aplicação diferente para a imagem eletrônica" (Arlindo MACHADO).

Este capítulo trata essencialmente da idéia de permeabilidade ao "mundo de fora" na prisão e a televisão, entre outros meios de comunicação, como possibilitadora do tráfego unilateral de informações "mundo da rua"-prisão. Esse meio de comunicação interessa aqui na medida em que se apresenta também como uma das formas recorrentes de passar o tempo entre os presos. Antes, porém, é preciso discutir um ponto central - os limites na prisão - as noções de fechamento e abertura ao "mundo de fora".

Sobre o espaço carcerário: a idéia de instituição total, fechamento e abertura

A discussão a respeito do espaço prisional - enfatizando a idéia de uma maior permeabilidade ao espaço da rua, detendo-se na ótica dos meios de comunicação - não pode deixar de levar em consideração a noção de **GOFFMAN** (1987) de "instituição total". Esse autor, dedicado à compreensão das transformações de identidade, pessoal e social, busca em espaços disciplinares plenos de regras, orientações e instrumentos para o cumprimento das normas, mecanismos que levam à transformação e até à destruição, deterioração das identidades dos internos.

Para chegar a esse conceito o percurso de **GOFFMAN** afirma a coincidência no uso cotidiano dos termos estabelecimento social e instituição, até o reconhecimento de aspectos comuns e distintos entre instituições. O autor parte de uma característica comum a todas elas - "tendência ao fechamento" (1987:16) - para em seguida se dedicar aos aspectos distintivos, essa tendência concebida como grau variável. Pode-se falar então de "maior" ou "menor" fechamento institucional. Nessa discussão, **GOFFMAN** se remete aos atores sociais de determinada instituição e sua relação com o exterior, na qual se observam barreiras materiais (imediatamente visíveis, no caso da prisão) e simbólicas. Não se trata de um fechamento dessa instituição na relação com outras, já que prisões, hospitais, quartéis se associam, de forma direta e indireta - ao menos do ponto de vista macrossociológico - a várias outras instituições como órgãos de justiça, grupos médicos, organizações civis em geral.

Instituições totais aparecem então como um tipo particular, que revela uma característica comum às instituições em geral: "tendência ao fechamento", só que nitidamente acentuada. Por definição, uma instituição total é mais fechada que outras, não só enquanto propensão, mas empiricamente assim se revela. "Fechamento" e caráter total são, no entender de **GOFFMAN**, noções extremamente identificadas (1987:16).

Entre as definições de instituição total formuladas por **GOFFMAN** em "Manicômios, Prisões e Conventos", me detenho na inicial, apresentada já na introdução:

"Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal" (op.cit.:11).

Se o comportamento ilegal não pode ser definido como característica genérica dos atores sociais "internados" em instituições totais - como será mostrado nos agrupamentos

propostos por **GOFFMAN** - o "fechamento" e a experiência temporal são aspectos essenciais. O "*considerável período de tempo*", não mensurável quantitativamente, se refere à questão da duração, uma parcela de tempo suficiente para a atuação eficaz dos mecanismos institucionais. Se **especialmente** o "fechamento" é característica definidora da instituição total, **temporalmente** a duração da passagem do ator social nessa instituição qualifica e marca sua experiência.

GOFFMAN propõe agrupamentos das instituições totais da seguinte ordem:

1- "*(...) instituições criadas para cuidar de pessoas que , segundo se pensa, são incapazes e inofensivas (...)*"

2- "*(...) locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional (...)*"

3- "*Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas isoladas não constitui o problema imediato (...)*"

4- "*(...) instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais (...)*"

5- "*(...) estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos (...)*"

Asilos, leprosários, prisões, quartéis e conventos distribuem-se respectivamente nessa classificação. **GOFFMAN** sabe muito bem que nem todos os elementos peculiares a instituições totais estão presentes da mesma forma em cada uma. Trata-se antes de uma tipificação ideal. Sendo assim, uma leitura detida de Goffman não deve ser uma

"arqueologia de exceções", já que o próprio autor salienta a postura de construção de tais modelos a partir de suas observações.

"Os leitores de Erving Goffman ao dizer que o conceito de instituição total é inaplicável porque irreal, portanto inútil, exigem do autor o que ele não pretendeu comunicar ou então, não o situam dentro dos parâmetros metodológicos seguidos por ele no processo de construção de tal conceito" (SÁ, 1990:74).

A especificação das instituições totais *"(...) conforme o perfil da clientela atendida e as expectativas da sociedade em relação à natureza do serviço prestado aos internos e à própria sociedade"* (SÁ, op.cit.:71) afirma, mais uma vez, que do ponto de vista macrossociológico as instituições totais são interligadas a outras, sendo extremamente dependentes da sociedade como um todo e só encontram sua razão de ser por motivações sociais exteriores. Esse aspecto porém - dentro do raciocínio desenvolvido - não significa suavizar o "grau de fechamento" ao qual se submete sua clientela.

GOFFMAN aponta ainda para a unificação espacial da realização de atividades sociais distintas como lazer e trabalho. O controle de ações sociais em conjunto, a companhia obrigatória, a tendência à universalização do tratamento, a organização temporal de rotinas rígidas e o planejamento racional único.

Tendo como intuito o estabelecimento da obediência, uma rígida hierarquia conforma a organização burocrática institucional. A dominação, vinculada à dimensão política na relação entre o quadro administrativo e internos, pode se tornar eficaz no que se refere à probabilidade de obediência regular através da sofisticação crescente de mecanismos de vigilância. Tais dispositivos, assim como as próprias posturas disciplinares, variam em grau de acordo com o tipo de instituição total.

Não é objetivo, aqui, um questionamento da inclusão da penitenciária na relação de instituições totais. Acredito porém que se dedicar à investigação de "níveis de abertura e

fechamento" espacial no sistema carcerário aparece hoje como tarefa imprescindível, ainda que seja difícil mensurar tais níveis. Adianto, em breves palavras, que alterações significativas no cotidiano das prisões nas últimas décadas - falo do caso brasileiro mas não excluo outros - apontam para uma abertura crescente, às vezes acompanhada de severo fechamento, nas relações entre os internos de prisões e agências e atores sociais externos.

O acesso a informações atualizadas do "mundo de fora" e o contato dos presos com pessoas e grupos sociais deixam de ser acontecimentos residuais, transformando-se em alvos de discussões freqüentes de encarregados das políticas públicas. Por outro lado, a "sociedade dos cativos"¹, longe de se extinguir, encontra nessa abertura novas formas de tensão que resultam em dilemas organizacionais.

Concordando com GOFFMAN quanto à inserção da prisão no gênero instituição total, SÁ atribui ainda à clientela particular esta classificação:

"A especificidade da população prisional provoca e exige da instituição carcerária maior interferência na estrutura do 'eu' de seus internos, ao mesmo tempo que pressupõe fechamentos institucionais agressivos e explícitos como muros, grades, acompanhados da diuturna presença interna e externa da força policial armada" (1990:79).

Ainda que o estudo empírico de GOFFMAN tenha sido o "Hospital St Elizabeth's", a prisão aparece muitas vezes em seu texto - não só por seu público mas por suas características específicas, de forma mais ou menos explícita - como a instituição total por excelência. Se esse tipo institucional apresenta a radicalização do "fechamento", tendência comum a outras instituições de forma mais branda, entre as instituições totais a que melhor exprime essa idéia de "fechamento" é a prisão, o que talvez não torne um absurdo a afirmação de que esta seja a "mais total das instituições totais"².

¹ "Sociedade dos cativos" é um termo de Gresham SYKES amplamente utilizado por estudiosos do cotidiano carcerário.

² GUILHON de ALBUQUERQUE (1980) tece críticas ao conceito de "instituição total". Através de uma leitura minuciosa de GOFFMAN, aponta contradições e equívocos na utilização dessa noção. Afirma que algumas

Erving GOFFMAN se dedica à compreensão do que chama de "o mundo do internado" e "o mundo da equipe dirigente" e em seguida trata da articulação entre esses "mundos". Ao discutir o "mundo do internado", GOFFMAN aponta alguns processos aos quais os internos são submetidos, nas palavras do autor:

"(...) rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do 'eu' " (1987:24); "(...) processos de perda e mortificação" (1987:25); "deformação (...) e desfiguração pessoal"(1987:29).

Essa experiência, vivenciada pelos internos, aparece associada e mesmo dependente da duração da passagem na instituição carcerária.

Parece não ser mais possível usarmos a metáfora de uma "caixa preta" - tudo ocorre e ninguém toma conhecimento - ao falarmos sobre a prisão, já que organizações de direitos humanos, imprensa, pesquisadores, mesmo que eventualmente, estão presentes, constituindo um trânsito intra e extramuros.

A existência de um mercado no interior da prisão articulado ao ingresso de bens também aponta no sentido de que o espaço não foi violado apenas simbolicamente, mas do ponto de vista material. Esse mercado, o acesso a bens do "mundo de fora", a maior ou menor permissividade, é o foco do exercício de agenciamento do contato com o exterior.

Administrar uma penitenciária hoje é gerenciar seus laços com o "mundo de fora", articular políticas de nível macro e micro relacionadas à abertura ou fechamento.

características das instituições totais, a maior parte, se encontram em instituições em geral. Crítica ainda os exemplos apontados por GOFFMAN, onde faltam - no seu entender - referências concretas atuais e afirma que muitas vezes GOFFMAN não discute instituições como a "clínica privada". Sua crítica central fica nítida nos seguintes trechos: *"(...) as instituições totalitárias parecem diferir mais entre si do que com relação a outras formas sociais que não cabem na classificação de Goffman" (op.cit.:84) e "(...) se Goffman radicalizasse a extensão de seu conceito de instituição totalitária, a noção acabaria confundindo-se com a de instituição em geral, que também cederia, para dar lugar à categoria mais geral de mecanismos de repressão" (op.cit.:86).*

"O cárcere e as demais instituições de confinamento são lugares nos quais se pretende impor o fechamento, portanto estão isolados e separados da sociedade livre, mas essa separação resulta mais aparente que real, já que o cárcere não faz mais que manifestar ou levar ao extremo modelos sociais ou econômicos de organização que já existem na sociedade"³.

A televisão: matando o tempo no espaço institucional

"Há portanto uma dimensão oculta da revolução das comunicações que afeta a duração, o tempo vivido de nossas sociedades" (Paul VIRILIO).

A discussão atual sobre organização dos espaços urbanos inclui em sua pauta a proliferação dos meios de comunicação.

"A expressão arquitetural , que não pode ser adequadamente desvinculada do conjunto de sistemas de comunicação, na medida em que está sempre sofrendo a repercussão direta ou indireta dos diversos 'meios de comunicação' "(VIRILIO,1993b:16).

Ao lado da idéia de arquitetura, aparece para Paul VIRILIO a importância da compreensão dos meios já que, inclusive pela sua presença excessiva, afetam as formas de se perceber tempo e espaço⁴.

A televisão, ainda que virtualmente, "quer estar em todos lugares", "chegar a todas as pessoas", "mostrar todas as coisas" e convergir o que há de mais variado para si⁵.

³ Trecho retirado da apresentação de Guido Neppi Modona em MELOSSI e PAVARINI (1985).

⁴ VIRILIO utiliza o termo "telepresença", em diversos de seus textos, para designar esse fenômeno contemporâneo.

⁵ No filme "Bleu", de 1992, traduzido por "A Liberdade é Azul", de Krzysztof Kieslowski, a personagem interpretada por Juliette Binoche vive situações nas quais televisores aparecem como fundamentais em instituições totais (dentro da classificação de GOFFMAN). No início do filme a protagonista assiste ao enterro de seu marido e de sua filha

"A 'mass media' domina o uso do tempo livre, pontuando o cotidiano (...)"⁶
(PRONOVOST, 1989:60).

Não há como negar a presença acentuada dos meios de comunicação no cotidiano carcerário e os efeitos dessa situação começam a ser notados. Durante a experiência com vídeo, além de câmeras, encontrei na prisão uma série de monitores - aparelhos de TV - quase que um por cela⁷. Se antes o rádio era visto como um fiel companheiro da solidão, atualmente esse meio convive - sem perder seu espaço - com a televisão, que ultrapassa os muros e se instala em celas ou espaços comuns da prisão.

Outros meios de comunicação como jornais⁸, revistas, ou formas de relação com o "mundo de fora", como cartas, são fundamentais no contexto carcerário. Sobre as cartas, aliás, vale ressaltar a particularidade delas no que se refere à participação do preso. Enquanto nos outros meios os presos normalmente aparecem como receptores, nas cartas apresentam-se também como emissores de mensagens em direção ao "mundo da rua" e a outros presos. Uma detenta da prisão de Indaiatuba, Elza de Fátima Scabora (teve seu nome divulgado inclusive por jornais) correspondeu-se com muitos internos de diversos locais de São Paulo, recebendo cerca de 500 cartas. Entre os trechos de cartas, um aponta para a idéia de passar o tempo:

através de uma microtelevisão em um quarto de hospital. Em outros momentos, sua mãe, que se encontra em um asilo, sempre é vista diante de um grande monitor de TV. No filme a importância desses aparelhos fica nítida quando os televisores passam a ocupar integralmente a tela do cinema, e os próprios espectadores passam a assistir TV dentro do filme. A televisão no hospital sugere uma espécie de "panóptico as avessas", onde o paciente da instituição consegue "vigiar" o que acontece com seus parentes (famosos - portanto presentes na TV) e escolher o momento de desligar a televisão.

⁶ Sobre a idéia do tempo livre ser utilizado assistindo os meios de comunicação, GUBERN destaca que "(...) o *passatempo privatizado na própria casa, graça ao qual temos à nossa disposição toca-discos, rádio, ou receptor televisivo, oferece um certo número de vantagens, mas também alguns inconvenientes (sedentarismo insano, isolamento social e interpessoal etc.)*" (1985:105-107).

⁷ No Jornal "Hoje em Dia", 23/12/1993, uma matéria afirma que presos da Penitenciária de Contagem-MG pediram - como presente de Natal - um aparelho de televisão coletivo para o pavilhão no qual se encontravam. Esse desejo, porém, esbarrou no argumento da falta de verba, sendo a televisão substituída por pequenos pacotes de fumo.

⁸ Sobre a relação entre o jornal na prisão e o tempo, um ex-funcionário de prisões confidenciou-me que na Prisão de Taubaté era comum guardas darem aos presos jornais antigos e fora de seqüência para que eles perdessem a referência temporal.

"(...) agora que temos (...) samba, vôlei e filmes, já ajuda a tirar o veneno"⁹.

As cartas na prisão¹⁰ merecem sem dúvida um estudo detalhado, tendo sua importância no cotidiano carcerário apontada pela própria Elza:

"Quando um carcereiro cismava de comer uma detenta, era só ficar segurando a correspondência dela"¹¹.

Reconhecendo como são significativos os vários meios de comunicação e expressão no cotidiano da prisão, a opção desta pesquisa é o recorte sobre a televisão nesse cenário, justificado a partir de sua importância crescente, do fato do vídeo ter sido utilizado como instrumento de captação de dados e ainda pela escassa bibliografia que trata desse recente fato.

Em uma matéria da "Folha de São Paulo", o título destaca a fala de um preso:

"TV faz o tempo passar mais rápido" - e o subtítulo conclui - "Na Penitenciária do Estado, TV é canal para o mundo e distração até para quem detesta"¹².

Os jornalistas diagnosticaram então uma possibilidade associada ao uso do tempo, o lazer, e relacionada à permeabilidade espacial, a TV como canal para o mundo.

"Na Penitenciária do Estado, em São Paulo, a TV é a única janela para o exterior: os jornais impressos são proibidos" - continua o texto do jornal.

⁹ Trecho do jornal "Correio Popular" de 09/05/1993.

¹⁰ Na P1 entrevistei um preso - não concordou em ter sua imagem gravada - que era apontado por todos como o "galã" da prisão. Ele participava ativamente das seções de Correio Sentimental de diversas revistas, afirmando que já havia conhecido muitas mulheres dessa forma.

¹¹ Depoimento ao jornal "Correio Popular" de 09/05/1993.

¹² Essa e todas as citações a seguir se referem à matéria publicada pela "Folha de São Paulo" em 20/06/1993.

A "Folha de São Paulo" traz nessa matéria uma série de fragmentos de entrevistas apontando para a importância atual da TV no cenário prisional. Destaca uma distinção entre os detentos e as pessoas em liberdade ao assistirem televisão:

"A diferença é que (os presos) vêem tudo. Não há nada que faça o tempo passar mais rápido".

Valorizado passatempo, o acesso à TV muitas vezes é incluído no rol de negociações cotidianas entre presos e guardas.

"Quando a vigilância deixa, se pendura (um preso) nas grades para ver, na TV dos colegas, filmes de aventura" e, ainda, "(...) os presos que não têm a sua (TV) usam de todos os macetes para 'bicar' a do vizinho".

A televisão aparece como forma de lazer na prisão não somente para aqueles que estão entregues à plena ociosidade, mas também para os que exercem algum tipo de atividade. Um dos presos entrevistados pelo jornal *"(...) trabalha na cozinha da prisão das 5h às 17h30 e fica 'contando as horas' para ligar o aparelho. Aproveita o intervalo entre o almoço e o jantar para tirar uma soneca - e conseguir ficar acordado assistindo TV, até meia-noite"*. Passando do tempo disponível para o papel da televisão na permeabilidade do espaço, outro preso afirma que *"(...) vê muito mais TV agora do que quando era livre"* e que se a *"TV fosse proibida dentro da prisão 'ia ser ruim'". A TV é o único meio de estar em contato com o que acontece lá fora, no mundo"*.¹³

Fica explícito, a partir desses fragmentos, que salas comunitárias de TV e aparelhos na própria cela já deixaram, há muito, de ser exemplos de raridade em prisões brasileiras. A televisão aparece como símbolo de status, pessoal ou coletivo - "nossa cela tem TV"; como bem de troca valiosíssimo; como mecanismo de punição - quando é proibido assistí-la ;

¹³ Essa e todas as citações a seguir se referem à matéria publicada pela "Folha de São Paulo" em 20/06/1993.

como fonte de atualização de informações em geral; e acima de tudo a televisão é vista como uma forma de "matar o tempo"¹⁴.

Espacialmente a TV traz fragmentos da rua aos presos, ligada muitas vezes durante todo o tempo em que a corrente elétrica chega às celas, torna-se parte do espaço. Transforma-se, de algum modo, em um "circuito fechado às avessas", no qual o preso "controla" o que passa no mundo da rua e atualiza indiscriminadamente seu repertório. É talvez o maior exemplo do que poderia ser chamado de império da "3a. janela", nome dado por Paul VIRILIO para os monitores de televisão. A "primeira janela" seria a porta, lacrada na prisão, a segunda a janela propriamente dita, mais seletiva pois os corpos não passam por ela, janela inexistente ou gradeada na cadeia. Aponta-se ainda para a TV como quarta janela, depois da janela do carro¹⁵, pouco interessante aqui já que o movimento de carro é praticamente excluído do cotidiano da prisão, exceto eventuais "passeios" de camburão. Dessa forma será utilizada aqui a denominação terceira janela.

"A terceira janela nós a conhecemos há pouco, é a tela de televisão, a janela removível e portátil que se abre sobre um 'falso-dia', o da velocidade da emissão luminosa, abertura introvertida que não se abre mais para o espaço vizinho, mas para além, para além do horizonte perceptivo" (VIRILIO, 1993b : 62 - grifo do autor).

A televisão em um presídio funciona não só como uma janela para o espaço mas também como uma passagem que traz a percepção hegemônica do tempo. Ao operar em tempo presente, instantaneamente, a TV "oferece" não só a rua mas uma certa fatia do

¹⁴ Além da presença da televisão e sua recepção em prisões, é interessante destacar experiências - ainda pouco numerosas - nas quais os próprios presos são encarregados da produção de programas radiofônicos e televisivos. Uma rádio funciona na Casa de Detenção de São Paulo, com destaque para a missa e para os programas esportivos. Através da rádio é possível ouvir também breves notícias do "mundo da rua". No Estado do Missouri, nos E.U.A., uma emissora de televisão funciona em uma prisão sendo o público e os produtores inteiramente formados por detentos. Existe uma censura interna, tolerante a filmes de sexo e violência mas proibitiva no que se refere a cenas de fuga. De acordo com a "Folha de São Paulo", os presos cobrem eventos locais como missas. Nesta prisão, Centro Correcional de Jefferson City, a população carcerária é de cerca de 2.000 presos. Entre os programas aguardados com expectativa está um que aponta para a previsão do tempo. "*É bom saber com antecedência como estará o tempo no horário de passear pelo pátio do presídio*", diz um dos autores da idéia" (Folha de São Paulo de 15/07/1992).

¹⁵ Conforme o Programa AMERICA, veiculado algumas vezes na televisão pela Rede Manchete.

próprio presente¹⁶ aos presos. Ao contrário do que muitas vezes se pensa, conversar com presos não é, na maioria das vezes, defrontar-se com pessoas cujo repertório está bruscamente defasado.

A ociosidade torna possível a emergência desses "super espectadores" e essa "super exposição" não pode mais ser ignorada. Ver TV porém não é considerado pelos próprios detentos como uma "atividade útil" de uso do tempo passado na prisão. Não é, por outro lado, um passatempo representado como algo perverso - como o jogo valendo dinheiro - mas também está distante da carga positiva associada ao trabalho.

Os presos - através de meios de comunicação - tomam conhecimento da discussão a respeito da impunidade e questionam o fato de - "só eles" - estarem presos. Sentem-se injustiçados e muitas vezes qualquer forma de imputá-los culpabilidade esbarra nesta situação.

Quando é proposto ao preso a ocupação de seu tempo em trabalhos como costurar bolas, ou artesanato, deve-se considerar que questões fundamentais do "mundo da rua", como a presença da informática nos nossos dias, não passam despercebidas nem mesmo para os presos com décadas de cadeia.

Além de quadrado, o sol parece nascer retangular também na prisão. Essa é a forma geométrica dos monitores televisivos. Não é porém só o sol que se apresenta nas telas, mas o tubo de raios catódicos traz ainda os diversos pontos de vista das redes, a rua que entra é particular, recortada, interpretada. Instaure-se ainda uma inversão, não se trata de ir à rua mas recebê-la, já arrumada, "pronta". "A montanha que vai a Maomé".

Parece ser precoce um diagnóstico qualquer a respeito dessa super exposição à TV¹⁷ na prisão, possíveis impactos sobre expectativas de eficácia institucional etc. O que talvez

¹⁶ "(...) assistimos ao que é uma contemporaneidade temporal - temporal-espacial - que nos permite viver com absoluta imediatez e veracidade um episódio que se deu algumas horas ou alguns dias antes" (DORFLES, 1985:51). Vale acrescentar ainda a transmissão simultânea, destituída de defasagem temporal entre o fato acontecendo e sua veiculação na TV, a sincronia entre captação e transmissão apontada por DORFLES.

¹⁷ A idéia de super espectadores não pode ser aplicada exclusivamente a presos. Ainda que estes passem muito de seu tempo diante da televisão, a introdução crescente dos meios de comunicação no orçamento das pessoas em geral

não seja precipitado afirmar é que não apenas a televisão, mas os meios de comunicação em geral, visitas de familiares e a visita íntima (que compreende relações sexuais) parecem anunciar uma situação de permeabilidade relativa com o mundo da rua que, acredito, não pode ser descartada em investigações recentes sobre a prisão.

Uma das formas de castigo que vem se institucionalizando na prisão é a proibição de ler jornais, ver televisão e receber visitas. Entre os aspectos que aproximam essas maneiras de punição, vistas como cassação de privilégios, está o corte da permeabilidade espacial e a condenação do preso à ociosidade absoluta. Negar qualquer forma "mediatizada" ou não de acesso ao mundo da rua, privar o preso do passatempo é tornar mais dura a estada no cárcere, aumentar simbolicamente o tempo de prisão "tornando as horas mais longas" e radicalizar a idéia de isolamento espacial, proibindo qualquer modo de acesso ao mundo de fora. Tais dispositivos punitivos tornam-se cada vez mais freqüentes. Eficazes, aparecem como uma solução de castigo possível em oposição a outros métodos, ainda amplamente utilizados porém fortemente condenados, como a "surra", a tortura, o espancamento e o não abolido massacre.

Mostrando um outro lado da presença da TV na prisão, VIRILIO (1989) destaca o depoimento de um preso que descreve a televisão como um fator que torna a vida no cárcere ainda mais dura. A idéia de janela não é anulada, ao contrário, a TV é vista como uma janela perversa, por onde se vê tudo que se carece na prisão e mais, tudo a que não se tem direito.

Mesmo com a existência de muros entre o interior e o exterior a televisão traz um pouco do segundo para o primeiro.

"(...) ninguém pode se considerar separado por obstáculo físico ou por grandes 'distâncias de tempo', pois com a interfachada dos monitores e das

aparece de forma crescente. "O consumo da 'mass media' ocupa sozinho 40% do tempo livre", aponta PRONOVOST. "Por causa do importante papel da televisão, as horas de lazer são gastas principalmente em casa; de fato, na maior parte dos estudos, atividades 'na rua' somam não mais que poucos minutos por dia" (1989:83).

telas de controle o algures começa aqui e vice-versa. (...) O pleno não existe mais (...)" (VIRILIO,1993b:10).

Claro que no caso das prisões os muros estão ali, e não são residuais. O que se torna difícil pensar é em uma experiência do tempo da ociosidade tão plena que os afastaria de qualquer concepção hegemônica de tempo rápido, não sendo possível observar uma "alienação" absoluta da dominação da velocidade, além do tempo "quase mágico" da instantaneidade.

O peso da disponibilidade temporal se apresenta e torna a pena "maior" simbólica, qualitativa e quantitativamente. É nesse sentido que se configura a ruptura espaço-temporal já que *"o homem não vive apenas de água e ar, mas de uma escala espacial. Uma escala de espaço-tempo que é consideravelmente modificada pelos meios de transporte supersônicos e sobretudo pelos meios de comunicação instantânea. Temos o sentimento profundo do encolhimento do mundo (..) no futuro, esse sentimento de encolhimento do planeta vai criar na sociedade um sentimento comparável ao do prisioneiro"* ¹⁸. O papel dos meios de comunicação na prisão como possibilidade da ruptura de uma exclusão espaço-temporal absoluta se apresenta visível a partir daí, com a presença da janela, perversa ou não, aberta ao tempo e ao espaço da sociedade abrangente.

Além da questão da televisão na definição territorial do espaço da prisão, é importante destacar, para retomar a discussão em seguida, a dimensão do público e privado no cárcere. Muitos detentos buscam no cubículo que lhes cabe a aproximação de alguns parâmetros da idéia de "casa". Isso se torna realizável, ainda que parcial e precariamente, em penitenciárias não superlotadas. A organização do microespaço é cobrada algumas vezes e a possibilidade de trazer pertences, de qualquer natureza, valorizada. O espaço, entretanto, não apresenta uma oposição aos processos de "despersonalização" intramuros, dificultando a construção de uma iconografia que remeta a uma apropriação do espaço da cela como lar.

¹⁸ Paul VIRILIO no jornal "Folha de São Paulo" de 13/07/1993.

Muitas vezes as celas apresentam-se tão vazias e é proibido, não raro, a fixação de "posters" nas paredes - como é o caso da P1¹⁹ - ou são tão cheias - caso do 5o. D.P. de Campinas - que o convívio forçado com tantos parceiros faz com que estejam distantes as possibilidades de efetivamente dar um "certo ar de privacidade" ao interior da cela. Isso porém não significa uma não resistência aos processos de desindividualização.

"Desde a decoração das celas até os animais de estimação, passando pelo vestuário dos presos, que foge o mais que pode dos uniformes regulamentares, a diferenciação dos indivíduos é flagrante" (BRANT, 1986:131).

A alta rotatividade dos internos, a ameaça constante dos bens serem tomados, a grande exposição a agentes e outros presos apontam no sentido das dificuldades na identificação da cela como casa. Apesar disso, muitos dos detentos reincidentes são costumeiramente chamados na prisão, por guardas e presos, como "residentes". A vida no cárcere, não raro, apresenta seu lado privado enquanto impossibilidade ao acesso de bens, meios e movimento, presos privados em apenas um dos sentidos do termo: privação como negação.

A dimensão do público também se apresenta particularizada na prisão. A estrutura física carcerária é vista sempre como posse de um outro, uma entidade, com a qual não se tem nenhuma relação que não a do repúdio. Depredar é uma constante e quando se trata de uma destruição coletiva esse ato se transforma em um real mecanismo de barganha. Não é comum uma rebelião que não compreenda também a depredação parcial das instalações. Colchões são queimados não só como armas, mas como afronta, mostra de poder, ainda que isso em última instância signifique perda de "conforto" para os presos. Em atos de revolta coletiva não só funcionários, muitas vezes usados como reféns, são atingidos. Rebelar-se também contra o espaço da prisão. Nesses momentos não só o espaço é atingido, como foi

¹⁹ Um preso da P1, considerado pelos funcionários como recuperado, podia decorar as paredes de sua cela individual com "posters" de navios, retirados da enciclopédia "Conhecer". Este porém era considerado uma exceção.

dito, é também na fuga, morte ou rebelião que a outra face do tempo aparece. Da ociosidade à aceleração vertiginosa em poucas horas ou minutos. A quebra do cotidiano, da rotina.

O dia-a-dia na prisão é descrito por um preso da P1 a partir da sequência de apitos.

"O apito é que dirige aqui".

O dia se organiza e se fragmenta a partir desses apitos que criam intervalos diferenciados em uma penitenciária²⁰.

"Seis da manhã apita (...) este é o apito do despertar. Depois às sete os funcionários saem destravando as portas (...) depois eles dão outro apito e o pessoal sai, e ficam todos com a mão pra trás encostados nas suas portas. Naquela fileira imensa de portas. À medida que o pessoal sai no primeiro apito eles já saem e batem as portas e as portas então fecham. Aí no segundo apito descem todos em fila com a mão pra trás e formam uma imensa fila onde se aguarda um novo apito pra poder sair daquela formatura, uma formatura praticamente militar (...) aí o pessoal fica no pátio jogando futebol, quem vai trabalhar é chamado pros pavilhões (...) aí é dado o destino de acordo com cada um" (Preso da P1).

Apitos ainda limitam o horário do almoço - feito nas celas - e "(...) depois tem o apito pra sair das celas de novo a uma hora da tarde (...) tem o apito pra recolher às quatro horas quem tá no pátio, depois o apito de dez horas da noite pra todos se deitarem e desligarem rádio e televisão" (Preso da P1).

A partir dos depoimentos foi possível perceber que os dias parecem "passar mais demoradamente" que a noite no cárcere. Durante o dia a ociosidade é mais sentida - mesmo com a intensiva presença da televisão - o que apenas corresponde a uma visão usual dentro e

²⁰ Em Distritos Policiais dificilmente o tempo se fragmenta através de sinais, apitos. Usualmente as únicas quebras no ciclo das horas, já previstas, são a visita e o banho de sol.

fora da prisão, na qual o período diurno é visto como momento de execução da maior parte das atividades. Se os internos se dedicam a algum tipo de atividade diária, continuam afirmando que o tempo a noite parece passar mais rápido já que, estando cansados, dormem um maior número de horas e mais rapidamente "pegam no sono".

O que aparece como fato curioso é que a noite , ainda que "normalmente passando mais rápido" é o momento no qual eventualmente as horas são alongadas. Qualquer clima acentuado de instabilidade na prisão encontra na noite a possibilidade de variados desfechos e a tensão aparece para todos os envolvidos. Um dos entrevistados da P1 chegou a apontar que as "horas mais longas" na prisão são aquelas de fuga descoberta, quando se ouve rajadas de tiros durante a noite. Nesses dias não se dorme na prisão. Não mais as horas, mas as seqüências interrompidas de tiros marcam o ciclo do tempo nesses momentos. Ao acordar e examinar os novos buracos de balas nas paredes, saber quem tentou fugir e o que de fato aconteceu, os presos também esperam a sanção coletiva para aquele ato. O castigo, na maior parte dos casos, é apresentado em uma dimensão coletiva, na qual os presos de uma determinada cela - de um pavilhão, ou mesmo algumas vezes , de toda a penitenciária - são punidos. Em um depoimento, cuja força deriva antes do ritmo e forma, nítidos pela captação em áudio, um preso afirma:

"O som que estarrece, traz pavor, é o som do alarme (...) sempre que soa isso aí nós sabemos que alguém fugiu, quase sempre há uns tiros. Teve época de rajadas de metralhadoras de grupos de resgate que vieram buscar sentenciados pra fuga(...) aí a gente fica num estado de muita tensão (...) sempre tem uma represália(...) punição (...) não poder sair pro sol. O sol é a única coisa que temos aqui (...) sair pra tomar sol. A cela é gelada, gelada demais, é muito fria" (Preso da P1).

Em distritos policiais superlotados, o dia e a noite muitas vezes se confundem. Com pouco espaço para dormir, o rodízio aparece como solução única para que todos possam deitar. É normal chegarmos em distritos durante o dia e encontrarmos presos dormindo. Aos

mais antigos, líderes ou portadores de algum prestígio, cabe a escolha do espaço e do tempo para dormir. Estes normalmente optam pela noite e distribuem-se pelo espaço da cela. Não há gritos nesses momentos, apenas a espera cansada de chegar a sua vez.

Em penitenciárias grandes o esforço da administração é de reduzir o imprevisível que vem com a noite. O pátio, ao longo do qual as celas se alinham, deve ser iluminado da melhor forma possível. Na PI, um clarão de luz no pátio varre os cantos escuros, desvendando, intimidando aqueles que iriam tentar a fuga. Trata-se de tornar visível, assim como no dia, os atos na noite. Cabe ainda à direção a relativa imposição da hora de dormir, o apagar das luzes, tornar a cela escura.

Em prisões como a PI, apitos organizam a rotina da prisão, horários de entrada e saída das celas, de entrada no trabalho (para poucos), de alimentação, de ficar no pátio etc. Atualmente, com muitas oficinas desativadas, os apitos designam antes uma alteração espacial do que uma modificação na tarefa desempenhada. Durante o dia a maior parte da massa carcerária vai de um lado para o outro e pouco faz de diferente. Conversam, jogam, procuram fazer o "tempo passar mais rápido".

Esta breve pausa na discussão da presença da televisão foi feita para que agora esse meio possa ser retomado a partir dos temas introduzidos. Dentro da rotina carcerária, a televisão ocupa um lugar de destaque na organização do dia.

"Estudos em instituições onde o tempo é abundante para algumas pessoas, como os pacientes de um hospital, têm nos mostrado como certos atores definem estratégias através das quais eles manejam suas rotinas ao redor de referências temporais como as refeições, o sono, os programas de rádio ou televisão, que dão a eles próprios a ilusão da ocupação, ao passo que outros abandonam qualquer aparência de estarem ocupados e somente deixam que o tempo passe" (PRONOVOST,1989:32).

Tendo em vista o cenário de precariedade em nossas prisões, em muitos casos pela própria estrutura física danificada, pouco segura, a saída ao pátio deixa de ser diária, reduzindo ainda mais o espaço no qual o tempo pode ser vivido na prisão. Como mostra matéria de jornal, "(...) em Cosmópolis, devido a falta de estrutura, os oito detentos tomam sol apenas uma vez por semana, algemados entre si (...)".²¹ Trancados em um micro espaço, presos passam a valorizar a TV como forma, muitas vezes quase que exclusiva, de passar o tempo, sendo que - sempre que permitido - a televisão passa a ocupar espaço destacado na rotina na prisão.

Paul VIRILIO afirma:

"(...) abrimos não somente a janela como também a televisão, o dia modificou-se: ao dia solar da astronomia, ao dia incerto da luz de velas e à iluminação elétrica acrescenta-se agora um falso dia eletrônico, cujo calendário é composto apenas por 'comutações' de informações sem qualquer relação com o tempo real. Ao tempo que passa da cronologia e da história sucede portanto um tempo que se expõe instantaneamente" (1993b:10 - grifos do autor).

Pode ser cedo para conclusões mas não é difícil pensarmos na influência da televisão na organização da rotina diária da prisão. Se aqui o "tempo ecológico", o "tempo do ambiente" é particular, sendo inclusive suscetível a variações de ordem natural - se chove, por exemplo, não há saída para o pátio - a introdução da televisão nesse ambiente altera ainda a concepção de ritmos e rotinas.

No C.R.N. , além do ingresso - proibido mas tolerado - de televisores em celas, existe uma sala comunitária na qual os presos podem assistir TV. Atualmente, os internos sabem que o horário "da tranca" (volta à cela para recontagem) submete-se à programação televisiva daquele dia. Os guardas acostumaram-se a não interromper finais de filmes, a permitirem a permanência da TV ligada por mais tempo em dias com jogos de futebol. Ao

²¹ Jornal "Correio Popular" em 31/05/1992.

indagar para os presos o horário em que estes dormiam, ouvi várias vezes, "depende do que está passando na TV". Observa-se uma flutuação nos horários, sensível à programação televisiva.

"No domingo a hora de dormir é depois dos 'Gols do Fantástico' "
(Funcionário do C.R.N.)²².

Paul VIRILIO aponta:

"(...) a recente instalação de televisores nas celas dos cárceres, e não somente nas salas comuns (espaços coletivos), deveria ter-nos alertado. Definitivamente, mesmo que pouco analisada, essa decisão representa uma mutação característica da evolução dos costumes na questão dos encarceramentos. Desde Bentham, existia o costume de identificar a prisão ao panóptico, dito de outro modo, à vigilância central de onde os condenados se encontram sempre observados, no campo de visão de seus guardiões. (...) Além disso, os detentos podem vigiar a atualidade, observar os acontecimentos televisionados, a menos que se inverta essa constante e os espectadores, prisioneiros ou não, ao ligar seus receptores, sejam eles que estejam no campo da televisão. Um campo sobre o qual evidentemente não têm nenhum poder de intervenção" (1989:84).

Sobre esse último aspecto vale destacar a possibilidade, apontada por VIRILIO e comentada por MACHADO (1991), do desenvolvimento tecnológico através do qual é viável perceber, através de monitores de TV especiais introduzidos em celas, se os presos estão com a televisão ligada e mais, por sensores fotoelétricos, saber se estão de fato diante do aparelho.

Na ocasião de minha primeira entrevista em uma cela do C.R.N. , ainda sem a câmera de vídeo, um fato ocorrido aponta no sentido da constante presença televisiva na prisão. Ao

²² Esse programa era exibido semanalmente pela Rede Globo na época do trabalho de campo.

perguntar para um preso se podíamos conversar, este, que fazia artesanato e simultaneamente assistia televisão em sua cela individual, disse que sim. Entrei na cela e começamos a entrevista, na forma de um "bate papo". Em nenhum momento aquela televisão, que estava com seu volume alto, foi desligada. Durante a conversa perguntei ao preso o que ele gostava de assistir e ele afirmou:

"Tudo, a televisão fica sempre ligada".

Indaguei se era permitido possuir TV na cela e ele disse que "as vezes era", não insistindo no assunto. Descobri depois que existia uma proibição para a entrada desses aparelhos, já que havia uma sala (antiga sala de cinema) destinada à televisão. Havia porém uma tolerância individualizada para o ingresso dos receptores e esse preso, considerado de bom comportamento, era um dos "privilegiados".

A respeito da influência da televisão na organização atual do tempo, não especificamente sobre a prisão, VIRILIO aponta:

"É conhecido o papel primordial desempenhado pela mediação do tempo na história das sociedades, desde o sistema de calendário religioso ou político, passando pela ampulheta, o relógio solar, o relógio analógico até o atual registro digital dos relógios a quartzo. Com o videocassete com gravação programada ou, caso se prefira, com retransmissão diferida ²³, temos também uma organização própria do tempo, um calendário eletrônico antecipado que toma parte na organização do tempo, mas desta vez de um tempo que ainda não chegou (...). Aqui, as 'tecnologias avançadas' avançam no tempo para tentar criar um dia, um 'dia-falso' suplementar. De um lado, existe este dia principal em que já vivemos e, de outro, um dia secundário que está sendo gravado em algum lugar para nós (...)" (1993a :64 - grifos do autor).

²³ Transmissão "diferida" pode ser traduzida como uma transmissão que não é feita "ao vivo".

Paul VIRILIO chega a afirmar "(...) a abolição das distâncias de tempo operada pelos diversos meios de comunicação e telecomunicação (...)"(op.cit.:22). Esse aspecto porém não significa, no meu entender, o mesmo que afirmar que temporalidades distintas, ritmos sociais de tempo vivido apresentam-se necessariamente idênticos. Parece-me configurada uma perspectiva de conflito a partir do que é exatamente a ociosidade como prática na prisão e o ideal de "otimização de tempo", aceleração e velocidade dominantes. O conflito manifesto aponta para a emergência de experiências temporais diferenciadas mas próximas, sendo os meios de comunicação um dos fatores de quebra dessa distância. Se há algum tempo vários antropólogos estudavam remotas sociedades e apontavam a existência de ritmos temporais particulares, variando culturalmente, o estudo do tempo na prisão apresenta um ritmo temporal específico, porém em nada "protegido" do contato com outros ritmos. A representação de tempo pelos presos muitas vezes não coloca a ociosidade como valor desejado (ainda que gradualmente esta venha cada vez mais se tornando um valor da "malandragem") e estes ficam, mesmo na prisão, expostos à representação de tempo dominante na sociedade. A inserção anterior dos detentos no "lado de fora" faz com que a representação temporal dos "urgentes meios de comunicação" seja antes um reencontro do que a elaboração de um novo valor.

Em 1830, oficiais que cuidavam da administração da prisão de New Jersey preocuparam-se com o fato de que os presos - através essencialmente dos meios de comunicação (jornais) - pareciam saber muito a respeito de eventos públicos extramuros. Não ficaram satisfeitos com o fato de que os internos tomavam conhecimento inclusive sobre assuntos relacionados à prisão.

"A reação administrativa era previsível: maior severidade no isolamento dos presos no convívio com outros presos, guardas e comunidade (...). O principal diretor da prisão nesse período, o futuro candidato presidencial James Blaine, estava certo ainda que 'a informação sobre os eventos de interesse corrente e o vislumbre de um outro mundo, tende a desordenar a mente do preso e torná-lo inquieto e apreensivo'. Determinado a achar

revistas e jornais circulando na prisão coletiva do Estado, Blaine encarregou oficiais para trabalharem duro na 'separação do preso de todas associações com o mundo livre', para o banimento das influências externas na penitenciária²⁴. Os grossos muros que cercavam a prisão serviam não apenas para manter os internos dentro, mas o resto do mundo fora"²⁵ (ROTHMAN, 1971:96).

A idéia de interface

"Fecham-se as cortinas e começa o espetáculo" (Frase citada no livro "A Prisão" de Percival de SOUZA)"

Se a presença dos meios de comunicação é um dos fundamentos para a discussão da idéia de **permeabilidade**, é importante aprofundar esta noção em algumas de suas características. É preciso ficar claro que falar em termos de permeabilidade na prisão é tratar essencialmente de um aspecto ambíguo, tendo em vista que idealmente a prisão muitas vezes aparece como uma instituição absolutamente fechada.

A prisão, como foi dito, se classifica em um tipo arquitetural particular - principalmente hoje em dia quando estão cada vez mais distantes as grandes tentativas de construção de espaços modelares - no qual se passa a "*traduzir menos a personalidade do arquiteto do que as precauções necessárias à segurança pública*" (VIRILIO, 1993b: 08).

²⁴ ROTHMAN cita James Blaine, Report of the system of Disbursements, Labor, and Discipline in the Maine State Prison (Augusta, Me., 1859), 36.

²⁵ Como exemplo da informação de alguns presos sobre o "mundo da rua" e que interessa duplamente aqui por falar também de gravações em vídeo como provas, destaco na íntegra a carta de um detento publicada no "Painel do Leitor" do jornal Folha de São Paulo de 26/01/1994: " *'Como réu preso e observador dos acontecimentos 'extra-muros', surpreendo-me, ao abrir o meu jornal do dia 24/12/93, quando é feita a divulgação de vídeos apreendidos na casa do Sr. João Alves, e lá encontro a transcrição de elogios de Amaral Netto ao deputado João Alves. Será o ilustre Sr. deputado federal Amaral Netto uma pessoa digna de lutar pela pena de morte para os bandidos, se ele próprio os defende enfaticamente, em vídeo e publicamente?'* - Sandro de Castro (Curitiba, PR)".

Mesmo no que diz respeito à questão do local ocupado pela prisões no espaço urbano, observa-se que muitas prisões construídas em lugares distantes e vazios foram incorporadas - pela ação do tempo - à paisagem urbana central, com o crescimento das cidades. Um exemplo dessa situação é apontado por **ADORNO** e **BORDINI** sobre a Penitenciária do Estado de São Paulo, fundada em 1920:

"O isolamento geográfico rompeu-se na medida em que o desenvolvimento urbano encravou a Penitenciária no interior de um populoso bairro de classe média. O padrão arquitetônico foi sofrendo sensíveis alterações para fazer frente às necessidades de expansão administrativa" (1991:129).

Transcendendo uma intencionalidade da figura do arquiteto, a noção de interface ganha espaço significativo em outras áreas. Associada à discussão sobre limites, essa idéia parece ter um lugar também no debate sobre instituições carcerárias. A noção de fechamento institucional pode estar associada à redução de interfaces que aproximam o "mundo de fora" e o "mundo de dentro". Situados no espaço da interface estão máquinas (como aparelhos de televisão e portões controlados eletronicamente) e homens (essencialmente os vigias que, não morando na prisão, estão em contato direto com os presos).

A idéia de interface aparece aqui quase que em seu sentido literal , o de "estar-entrefaces", entre "mundos" de fora e de dentro. É por isso que a televisão emerge enquanto exemplo ideal dessa passagem, como janela, que estando dentro traz o que está fora, sendo uma das responsáveis pela **relativa permeabilidade** já que, se a prisão hoje compreende a **transparência**, não deixa de prever muitos momentos de **opacidade**.

Falando sobre a sociedade atual e não especificamente sobre prisões, **VIRILIO** aponta:

"(...) a oposição 'intramuros', 'extramuros' dissipou-se com a revolução dos transportes e o desenvolvimento dos meios de comunicação e telecomunicação, daí esta nebulosa conurbação de franjas urbanas.

Assistimos de fato a um fenômeno paradoxal em que a opacidade dos materiais de construção se reduz a nada . É a emergência das estruturas de sustentação, a 'parede-cortina'(...)" (1993b:09 - grifo do autor).

Não se trata, obviamente, de uma transposição mecânica dessa discussão para o contexto prisional, anular a distinção intra e extramuros. Deve-se porém levar em consideração o fato de que os meios de comunicação ultrapassam muros, com a permissividade das administrações institucionais. Não só a televisão e os outros meios de comunicação encontram-se no que poderia ser chamado de "interfaces" na prisão. O tráfico de drogas, as visitas, os bilhetes atualizam constantemente a relação com o "mundo de fora".

Sobre as relações com o "mundo da rua" e a influência do regime progressivo, assentado principalmente no trabalho dos presos no exterior, PAIXÃO comenta:

"O regime progressivo impôs obstáculos à plena cristalização da 'sociedade dos cativos' como à esfera monopolizadora da sociabilidade, da participação e da lealdade dos presos. Saídas regulares, por exemplo, possibilitam a muitos dos internos manter laços familiares" (1987:42).

Mesmo a arquitetura das prisões muitas vezes parece assimilar de forma mais evidente a relação com o exterior. Ao tratar de fechamentos institucionais, FOUCAULT se refere a um hospital-edifício apontando que:

"O velho esquema simples do encarceramento e do fechamento - do muro espesso, da porta sólida que impedem de entrar ou de sair - começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos chelos e dos vazios, das passagens e das transparências"(1991:155).

Como procurei mostrar no vídeo "Tereza", a PI é exemplar para a compreensão desse fenômeno. Mais importantes que muros estão presentes cercas cortantes de arames, que tornam possível a passagem do olhar.

O que vem ocorrendo nos últimos anos em prisões brasileiras apresenta indícios de que a permeabilidade realmente considerada perversa é aquela que diz respeito à participação dos presos no "mundo da rua", a de dentro para fora. Apenas esta significa uma possível derrocada da idéia de isolamento da sociedade. O consumo de drogas na cadeia, a repetição de padrões de violência no interior da prisão e a recepção de meios de comunicação são tolerados. O que sugere um absurdo, e que vem deixando de ser um fenômeno raro, é o controle de ações extramuros a partir do interior da prisão. Esse aspecto diagnostica a falência do ideal de isolamento e a representação social frequente é que se homens se matam no interior da prisão "tudo bem", mas a situação de presos comandando crimes do lado de fora, aponta que algo está errado.

A transparência com relação ao exterior vai no sentido ainda de oferecer ao público um certo padrão de punição - a existência real de mecanismos de castigo - "presos não estão tirando férias", mas por outro lado, em alguns momentos opta-se por um ocultamento parcial de excessos de "mais-violência". As experiências com o vídeo mostraram que uma prisão muitas vezes não se propõe opaca para os olhos de uma câmera, mas estimula-se ao olhar preferencialmente quando é possível uma participação de funcionários no comando dessa produção de imagens, como no caso em que o diretor da PI me sugeriu que ele elaborasse um roteiro. A domesticação da transparência, a escolha do que se tornará visível. Novamente, após muita conversa, o diretor abandonou essa proposta de confecção de um roteiro, de um trajeto para o nosso "olhar eletrônico".

Um exemplo recente de como as demandas de segurança parecem fazer sentido exclusivamente na direção prisão-mundo de fora é o que vem ocorrendo com a disseminação da AIDS em cadeias brasileiras. Enquanto essa proliferação nas prisões constitui um problema apenas para os detentos, não existe uma preocupação maior. Na medida em que a

visita íntima (que compreende relações sexuais com alguém de fora) passa a fazer parte do cotidiano de muitos estabelecimentos carcerários, alastra-se o problema até o mundo extramuros e criam-se novos dilemas. Impedir a visita íntima é uma "solução" que, atuando na interface "dentro-fora", parece criar novos problemas administrativos no controle dos presos. Efetuar um programa sério de distribuição de preservativos e controle da disseminação do vírus aparece como uma hipótese pouco provável em um país absolutamente precário no que se refere a políticas sociais. Liberar a utilização de seringas descartáveis e fornecê-las surge como um "grande absurdo de incentivo ao uso de drogas no interior da prisão", ainda que a utilização, em presídios, de maconha, em maior número, e cocaína injetada não seja novidade alguma.

A frase "*Fecham-se as cortinas e começa o espetáculo*", citada pelo funcionário de uma prisão em SOUZA (s/d), dá pistas para a compreensão de muitos aspectos do cotidiano carcerário. Primeiro, essa inversão da típica frase do teatro remete à idéia de fechamento. Este porém aparece associado à cortina que, enquanto tal, é um instrumento cuja principal função é mostrar e esconder através de seu movimento. A abertura e fechamento da prisão encontram-se aqui plenamente metaforizados pela cortina-passagem, ainda que esta não tenha sido a intenção última do autor da frase.

Como muito bem mostra COELHO (1987), a política carcerária do Rio de Janeiro viveu dias de abertura seguidos de um fechamento e, em ambos os momentos, problemas se apresentaram. A instabilidade generalizada na abertura e a possibilidade de imposição autoritária típica ao fechamento. Como cortinas, a prisão encontra-se em um momento no qual a administração convive com os dilemas de abrir ou fechar a relação com o "mundo de fora". Fechadas as cortinas o "espetáculo" de brutalidade institucionaliza-se como forma não questionável de gerenciamento de conflitos. Aberta a cortina, depara-se por outro lado com a margem de segurança e isolamento esperada socialmente da prisão e com a inspeção das formas punitivas adotadas. Os diretores por sua vez vêm-se impelidos a abrir e fechar

cortinas constantemente, ou seja, regular a permeabilidade entre o "mundo de cá" e o "de lá".

O cotidiano prisional - como vem sendo apontado - se apresenta, ainda que se considere o caráter totalizante da prisão, extremamente sensível a alterações do "mundo de fora". Os dilemas da prisão, como aponta **PAIXÃO**:

" - direito versus regalias; recuperação versus segurança - se explicitam quando o ambiente carcerário experimenta o impacto de forças externas de mudança" (1987:57).

A relação da prisão com outras instâncias compreende as de poder político como Secretaria de Justiça, Segurança Pública, Governo, Justiça, Polícia, além de acontecimentos variados, associados ou não à violência.

A utilização do termo "cortinas" no plural dá a exata idéia da existência de várias passagens, que podem ser fechadas e abertas independentemente de uma negociação com a diretoria. Essas outras "cortinas" são manipuladas exatamente por funcionários que transitam na interface entre os mundos e muitas vezes comportam-se, por motivos variados que vão da coerção à obtenção de vantagens, como o "leva e traz". Parece que muitas vezes em cantos de grossos muros existem cortinas que podem ser abertas.

É interessante pensar no espaço prisional, atualmente, levando em consideração a existência de tais "cortinas". A idéia de uma frágil cobertura, que emerge ao pensarmos em cortinas, funciona também para a compreensão do micro espaço da cela. Lençóis pendurados em cordas delimitam pequenos territórios e permitem o frágil ocultamento da observação permanente dos presos vizinhos. A transa com a mulher, namorada, prostituta, "caso" ou companheiro é particular porque feita no espaço privado delimitado por esses lençóis. As regras no convívio fazem com que os panos não sejam abertos por um solitário preso que quer se masturbar. Nesse caso, quem controla a cortina e a visibilidade é o detento que está no interior, acompanhado.

Os presos sabem como balançar as cortinas e chamar a atenção do "mundo de fora". Rebeliões são antes de tudo mecanismos de alteração provisória da ordem com objetivo de obtenção de direitos ou privilégios. "Sacode-se" a cortina e a imprensa comparece, levando um pouco desse cruel mundo a milhares de lares e autoridades. Muitas vezes porém o balançar dessas cortinas pode trazer cenas inesperadas. Esse, me parece, foi o caso do massacre no pavilhão 9 (1992), do Carandiru, a Casa de Detenção de São Paulo, ocorrido durante a realização desta pesquisa. Por traz das cortinas - não levantadas pelo desejo dos presos - surgiram homens com um desejo de matar incomensurável e todas as armas dos presos, como barricadas ou facas, eram infinitamente incapazes de novamente erguer as cortinas e garantir ao menos a sobrevivência. A frase que impulsiona esta discussão apresenta agora seu oposto. Foi exatamente com o abrir das cortinas que o espetáculo de sangue e terror aconteceu. Cento e onze presos mortos.

Restou aos sobreviventes, nos dias seguintes ao massacre, protestarem com cartazes e panos pintados nas janelas das celas, buscando a transcendência dos muros e procurando fazer lembrar ao "mundo de fora" o massacre ocorrido, ecoar além das grades a situação vivenciada na prisão.

As ações coletivas interpresos muitas vezes congregam interesses distintos, como a briga entre quadrilhas, o desejo de fuga, a observação de direitos, a adesão por medo, entre vários outros. Os policiais receberam "a deixa" e pautaram sua atuação na perversidade desmedida. Deram mostras de que o levantar de cortinas pode descerrar também a morte de dezenas de protagonistas. Que o inimigo está dentro e além das cortinas. Se o espaço da prisão, eficazmente ou não, busca o isolamento dos presos do contato com o exterior, estes não estão completamente protegidos da violência "do mundo de fora".

" A lição foi aprendida tão bem desde o princípio. Bentham no seu projeto panóptico já recomendava que os muros exteriores deveriam ser suficientemente fortes para poderem resistir aos ataques do povo, mas nem

tanto para não poderem ser destruídos por tiros de canhão" (MELOSSI, in MELOSSI e PAVARINI, 1985:84).

O levantar das cortinas com a destruição de muros pelos presos, por exemplo, traz sem dúvida momentos de tensão. A realização de planos bem ou mal sucedidos introduz o tempo forte na prisão.

"Um dia a turma tentou uma fuga lá, arrebentou o fundo da cadeia pra ir embora (...) aí virou rebelião (...) aí o seguinte (...) uma pá de preso se degladiou, morreu uma pá de preso, uma pá de funcionário matou preso. E a PM matou. Saiu no jornal que morreu trinta pessoas. Morreu foi mais de cem" (Preso da P1).

Em uma rebelião ocorrida na própria Casa de Detenção, no dia 04 de novembro de 1992, um dos motivos apontados publicamente para a não interferência dos guardas foi exatamente a "falta de tempo" para a ação. No jornal Folha de São Paulo²⁶, o então assessor especial de Assuntos Penitenciários da Secretaria de Segurança afirmou:

"(...) os conflitos, que resultaram em ferimentos em 18 presos, duraram 'menos que cinco minutos' ".

Entre o ócio e uma rebelião, alterações na permeabilidade do espaço podem fazer com que vertiginosamente o tempo se acelere, transformando a expectativa de uma rotina uniforme em breves momentos quando "tudo pode acontecer".

²⁶ Jornal "Folha de São Paulo", 05/11/1992.

5 - "TEREZA" E "TEMPO MORTO" - O TEMPO E O ESPAÇO EM VÍDEOS SOBRE A PRISÃO

"Com a simulação das imagens e a possibilidade de jogar num mesmo espaço minúsculo ações absolutamente incompatíveis num espaço real, cria-se um tempo e um espaço da simultaneidade onde o tempo e o espaço podem se confundir num instante-eterno, onde os lugares ou as atividades que estariam distantes no espaço e no tempo podem ser colocados num mesmo plano, simultaneamente e sem distâncias, o próprio tempo pode ser revertido" (Ivana BENTES).

Observando a seqüência das idéias expostas até aqui, organizadas em função da experiência com o vídeo na prisão, o objetivo deste capítulo é discutir o produto final em vídeo da pesquisa - "Tereza" - tendo em vista seu tema central, o cotidiano carcerário e as noções de **tempo** e **espaço**. Será apresentada ainda a concepção de um outro vídeo sobre o tempo na prisão - "Tempo Morto" - realizado posteriormente. Para tanto é importante a apresentação de uma discussão inicial referente a essas noções em vídeo¹.

O tempo e o espaço em vídeo

Vários autores já trabalharam a importância do tempo no processo de produção de imagens animadas ou refletiram sobre a atuação do tempo como fator determinante da significação no cinema e vídeo. Ora, se no eixo estrutural da análise fílmica muitas vezes as unidades são "fatias temporais", na interpretação semântica o tempo é conteúdo indispensável, enfatizando ou não, por exemplo, situações dramáticas. Pensar um roteiro,

¹ Neste capítulo, o termo TV estará associado à imagem eletrônica divulgada por emissoras *broadcast*, enquanto vídeo diz respeito a um tipo de produção de imagens em suporte eletrônico, divulgado ou não dessa forma.

montar ou editar, captar imagens são atividades de reflexão sobre o tempo e a "duração das coisas".

Quando se refere aos momentos de ênfase durante uma filmagem de caráter etnográfico, o pesquisador Marcius **FREIRE** (1987) afirma que a apreensão do fio condutor - no sentido proposto por Claudine de **FRANCE** (1982) - é fundamental na delimitação espaço-temporal operada pela cinematografia no mundo material. Nesse sentido, coloca lado a lado do ponto de vista de importância, a preocupação sobre o que mostrar e como mostrar e o estar atento à duração do fenômeno, o tempo de captar e o tempo, após a montagem, de exibição.

"A montagem é o tempo fílmico e, portanto, uma concepção do tempo, o seu significado subjetivo: no cinema, o tempo quantitativo desaparece. A temporalidade cinematográfica criada pela montagem apresenta-se como uma pluralidade descontínua de durações, de que o enquadramento (entendido como esboço de trabalho rodado em continuidade) é a unidade de medida relativa. O devir da forma imagem é pois uma linha rítmica de variação contínua, a própria essência do tempo (...)" (BALZOLA,1985:145)

A partir dessa idéia de liberdade temporal, distante do cerceamento do tempo quantitativo, **BALZOLA** diagnostica um novo tipo de coerção temporal relacionado às "exigências" de distribuição às quais o filme se submete.

"O tempo qualitativo cinematográfico, potencial utopia de um tempo libertado, é contrariado pelo tempo quantitativo economicamente determinado. A duração é um valor econômico (tempo é dinheiro), não um valor expressivo, afirmando-se pois um paradoxal direito à livre expressão que não prevê o direito à livre duração" (op.cit:160).

Resta então a possibilidade de atuar temporalmente de forma particular dentro de durações previamente estabelecidas.

Tempo real e tempo fílmico - dualidade sempre presente nos debates sobre ficção e documentário. Enxugar o tempo das ações e a proposição de novos movimentos sintéticos a seguir, aumentar a tensão e deixar pouco tempo para a contemplação e interpretação dos espectadores, esta parece a fórmula usual de filmes atuais, integrantes principalmente da chamada produção industrial americana. Mesmo entre filmes produzidos distante de tal indústria, pode-se observar um ponto de vista que transcende uma análise exclusivamente econômica da velocidade.

"O tempo no interior do filme acelerou-se muitíssimo em relação aos filmes dos anos trinta-sessenta, porque o público, bastante mais preparado, habituado à linguagem por imagens, tem necessidade, para compreender, de um número muito menor de passagens e de sublinhados, mesmo psicológicos, do que acontecia antes" (CAVANI, 1985:203).

A utilização de longos planos-sequência, com a câmera acompanhando suavemente o desenrolar das ações, tem seu ápice com os chamados "filmes de arte" de diversas nacionalidades, rótulo este polêmico, não sendo objetivo questioná-lo aqui. Recentemente o grego Theo Angelopoulos, em "Paisagem na Neblina", parece interessado na restituição do tempo contemplativo do espectador, optando por longos "*travellings*", muitas vezes simétricos. Propõe um *road-movie* com velocidade controlada.

Outro cineasta contemporâneo com características marcadamente diferentes de Angelopoulos, Peter Greenaway, pode - através de suas obras - ajudar na compreensão das experiências atuais sobre tempo e espaço no cinema. Em "A Última Tempestade" o diretor opta por , em um mesmo intervalo de tempo, preencher o espaço da tela com uma quantidade enorme de informações. A tela parece não conter o excesso de imagens e o diretor lança mão de "janelas" (*wipe* - efeito comum em vídeo) para que possa ampliar a possibilidade de informar simultaneamente.

Documentários, de modo geral, dedicam atenção ao tempo da ação que pretendem mostrar e a partir daí fazem opções por fórmulas mais sintéticas ou não. Usualmente as

atividades em foco permanecem "um pouco mais", prevalece uma concepção particular de "tempo morto". Essa "demora" funciona para ampliar o tempo de reflexão do espectador e também fornece uma certa mácula de realidade. Tal fórmula contrapõe-se à mutilação da duração dos fatos.

É oportuno destacar alguns breves trechos de depoimentos de cineastas consagrados, que com bons olhos miram as possibilidades do vídeo.

"Em nenhum outro campo, como no da eletrônica, poesia e técnica caminham de mãos dadas", afirma Michelangelo ANTONIONI².

"A televisão é um meio de tal forma flexível, imediato, econômico que pode ser igualmente belo" (COPPOLA, 1985:177).

Sobre uma utilização particular do vídeo:

"A diferença entre mim e Coppola no uso do vídeo está no fato de que eu me propunha investigar com as imagens, em vez de com a escrita, enquanto ele fez primeiro um argumento escrito" (GODARD, 1985:182).

Ingmar BERGMAN, apontando estar velho para trabalhar nesta nova era, não deixa de destacar:

"Estou fascinado pelo meio eletrônico. (...) Aquilo que se pode obter com os meios eletrônicos é fantástico".

"Tenho a sensação de que o cinema, que perdeu a batalha com a televisão, pode retomar fôlego infiltrando-se na eletrônica", aponta BERTOLUCCI³.

² Entrevista concedida a Anna Maria Mori, publicada em ARISTARCO (1985).

³ Depoimentos, de BERGMAN e BERTOLUCCI, durante a Mostra de Veneza/83, retirado de ARISTARCO (op. cit.: 221)

A discussão sobre a relação entre tempo e espaço em suportes eletrônicos, vídeo e televisão, vem ocupando espaço na reflexão teórica contemporânea. A produção independente de vídeo, principalmente a dos anos 80, instituiu - em muitos casos - a velocidade acelerada, ou ainda, a "super velocidade" como marca. Não se propondo muitas vezes a contar histórias, o que é chamado de videoarte tem se aproximado bastante do que poderia ser denominado provisoriamente de "colagem-eletrônica-urgente". A explosão do espaço da tela com o "superpreenchimento" e a edição vertical, sustentada na simultaneidade de imagens - o tempo escasso dessas colagens em movimento - são agora objetos de análise. A produção comercial televisiva não aponta para um sentido oposto no que se refere à rapidez, sendo que até o preço para se ocupar o espaço da tela é cobrado pela sua duração e horário que ocupa dentro da programação.

Para alguns autores a noção de tempo aparece como a mais fundamental quando se trata da compreensão do vídeo e da TV. Diagnosticam, no caso da imagem eletrônica, a preponderância desse conceito - como forma de compreensão - sobre a idéia de espaço.

"Por existir apenas no tempo, inclusive no tempo real e presente, a imagem eletrônica é pura duração, pura dromosfera, inscrição da velocidade, guardando portanto um parentesco muito maior com a música, estética por excelência da duração, do que com as artes plásticas ou visuais"
(MACIADO, 1993a:55).

Apesar de seus poucos anos, o vídeo vem recebendo muitos adjetivos que procuram, de forma urgente, a qualificação do que seria a "linguagem específica eletrônica". Diante da dificuldade de lidar com um meio distante ainda de uma definição paradigmática de seus contornos, é anunciado o caráter irremediavelmente rápido do tempo em vídeo, que em oposição ao cinema, encontraria seu altar e motivação de existir em planos breves e fechados. Mas será que esse meio, com uma curta mas diversificada história, deve eleger já o efêmero como obrigação e o detalhe como necessidade? Espacialmente o vídeo trouxe o

plural - o diverso e o particular como matéria - a informação mais remota, distante. Se no conteúdo, não raro, o vídeo se entrega ao diferente, na forma ele muitas vezes elege o frágil critério de tempo rápido como único. E mais, propicia a elaboração de discursos que descartam imagens que durem um pouco mais nas telas e em nossas retinas como sendo o "não-vídeo".

Por outro lado, com a aceleração surgem novas e intrigantes questões, como as colocadas por Arlindo MACHADO em debate no Festival FORUMBHZVIDEO/93 - Será que não podemos ser profundos na velocidade? Será que tudo o que é lento se associa ao profundo e tudo o que é veloz é superficial?

A opção por planos fechados e rapidez é considerada como resultante das próprias características do meio, como baixa definição e exibição em tela pequena ⁴. A propriedade de deformar continuamente, o oferecimento simples de efeitos e trucagens, fazem com que a mudança seja fácil e dominante. A possibilidade do rápido trânsito da informação eletrônica, e em grande quantidade, faz com que estimule-se a aceleração na forma.

Arlindo MACHADO sabiamente aponta para essas chamadas "características da linguagem do vídeo" como tendências.

"Quando digo que uma imagem videográfica deve ter um recorte fechado, deve tender sempre ao primeiro plano, essa afirmação tem apenas o valor indicativo, não é uma regra absoluta e o seu peso real vai depender da idéia geral que o videomaker quer desenvolver (...)" (1992/93: 08).

⁴ A idéia de velocidade relacionada a meios eletrônicos e digitais aparece como uma preocupação inclusive dos que fabricam os aparelhos. "Com os componentes disponíveis há alguns anos (há 10-15 anos) num computador de qualidade média, uma instrução era executada em tempos que rondavam o milionésio de segundo. Parece um lapso muito breve, mas num processador eletrônico têm de se cumprir muitíssimas instruções deste gênero. Hoje, com os mais recentes componentes, obtém-se o processamento de uma instrução num tempo cem vezes inferior (um centésimo de milionésio de segundo)" (BARBIERI,1985:55). Por outro lado, a visão negativa da velocidade vem se desenvolvendo muitas vezes de forma cega. Que a velocidade deva ser criticada sim, mas considerá-la como mal em si parece um equívoco. Como aponta GUATARRI: "Que as máquinas sejam capazes de articular enunciados e registrar estados de fato ao ritmo do nano-segundos, e talvez amanhã do pico-segundo, ou de produzir imagens que não remetam a nenhum real representado, isso não faz delas potências diabólicas que estariam ameaçando dominar o homem" (1993:177).

MACHADO faz afirmações dessa natureza pautado na idéia de que o mais caro ao vídeo é exatamente seu caráter inequivocadamente múltiplo.

"O discurso videográfico é impuro por natureza (...) sua 'especificidade', se houver, está sobretudo na solução peculiar que ele dá ao problema da síntese (...)" (1992/93:08).

O vídeo se oferece ainda à "manipulação infinita" do realizador, "(...) por meio de elaboração eletrônica, são possíveis fenômenos que não são possíveis com nenhum outro meio" (DORFLES, 1985:50). Cineasta seduzido pela eletrônica, ANTONIONI afirma a virtude da viabilidade de manipulação do autor com o novo meio:

"A gama de possibilidades que a eletrônica oferece aos autores de cinema é infinita. Oferece, por exemplo, o controle da cor: posso continuar a fazer a cor 'naturalista', mas por meio do novo 'corretor de cores' posso ter as cores eletrônicas que me pareçam mais ajustadas para exprimir a subjetividade da história que estou a contar" (in ARISTARCO, 1985: 173)⁵.

E parece mesmo que as próprias regras da produção e linguagem em vídeo foram feitas para se quebrar. Bill Viola e alguns outros produtores têm se aproveitado da própria baixa resolução para elaborar imagens que se formam aos poucos na tela, vagarosamente, em planos extremamente abertos⁶. O polonês Zbigniew Rybczynski, trabalhando em HDTV (televisão de alta definição) opta, algumas vezes, pela construção simulada de "intermináveis" planos-sequência, reduzindo ao mínimo os cortes aparentes. Sobre um outro videomaker, Robert Cahen, MACHADO afirma:

⁵ Sobre as possibilidades de manipulação da imagem eletrônica; a discussão sobre a relação entre o real e o virtual; os processos de aceleração permitidos com digitalização de imagens, ver PARENTE org. (1993).

⁶ Arlindo MACHADO (1993b) utiliza o termo "cronotópica", herdado de Bakhtin, para designar as deformações resultantes de uma inscrição do tempo na imagem. Trata-se ainda de uma apropriação metafórica da teoria da relatividade de Einstein, segundo a qual o tempo, como a quarta dimensão do espaço, pode ser materializado.

"(...) (Cahen) *obtém efeitos de superposição de tempo extraordinariamente poéticos, fazendo com que os corpos em movimento deixem uma espécie de 'rastros' nos locais por onde passam, graças ao lag produzido pela conservação de suas posições anteriores*" (1993a:113).

Nesse sentido, ao contrário de se buscar em regras o que deve ser a linguagem do vídeo, me parece ser mais proveitoso explorar exatamente sua potencialidade plural.

"*Não existe, todavia, uma linguagem 'universal' do vídeo (...)*" (GAZZANO, 1985:134).

Nelson **BRISSAC PEIXOTO** retoma a discussão de alguns autores e propõe uma reflexão pertinente sobre essa questão. História, passado, tempo e duração como categorias essenciais para a percepção do meio audiovisual eletrônico. Não se trata de uma apologia ingênua da morosidade, lentidão, mas a ênfase que, se o vídeo espacialmente aglutina uma série de possibilidades, temporalmente também deve ser, por definição, plural. A comunicação através do vídeo tem mostrado capacidade de incorporação da maior variedade de produções artísticas até o momento. O vídeo assume para si - enquanto televisão - o poder de captar e exibir teatro, dança, música e mesmo literatura, como demonstram os já abundantes poemas em vídeo (no caso brasileiro destacam-se os concretos).

"*O vídeo assimila todas as outras imagens, permite a passagem entre os suportes, a transição entre pintura, fotografia e cinema*" (BRISSAC PEIXOTO, 1993:243).

Muitos vêm a televisão enquanto meio de comunicação tendendo, em seu nascimento, mais para o rádio do que para o cinema.

"*A origem da televisão está ligada, no plano técnico e no da estruturação lingüística, aos desenvolvimentos do rádio. O domínio sonoro, o valor do tempo real, a inserção num espaço social de grande abertura, são*

características que assinalam a evolução da televisão desde o início
(FAGONE,1985:111).

Algumas manifestações perdem a qualidade ou espontaneidade na televisão - esta é uma discussão pertinente - porém o que interessa aqui é essa "aura" que a TV chama para si, potencialmente ou de fato, de "poder mostrar tudo". Essa talvez seja a mais importante alteração de recorte espacial proposta pela televisão, a possibilidade de convergir, o que há de mais variado, para si.

"Sabemos, pelo simples exame retrospectivo da história desse meio de expressão, que o vídeo é um sistema híbrido, ele opera com códigos significantes distintos, parte importados do cinema, parte importados do teatro, da literatura, do rádio e mais modernamente da computação gráfica (...)" (MACHADO, 1992/93:08).

Além das alterações relacionadas ao espaço, a televisão introduz especificidades associadas à forma de pensar o tempo. A possibilidade de transmissão "ao vivo", a simultaneidade e ainda, a aglutinação do "ao vivo" com o já gravado são fenômenos essencialmente temporais. O vídeo, diferentemente do cinema, pode permanentemente jogar imagens a um monitor, já a partir do momento em que a câmera é ligada, com fita de gravação ou não.

Somado ao aspecto da possibilidade temporal da instantaneidade, o antes e o depois das ações enfatizadas não precisa ser cortado de imediato. Em vídeo é viável, inclusive economicamente, gravar muitos momentos considerados "mortos", como a preparação que antecede uma entrevista, expressões posteriores etc. Tais imagens, na ilha de edição, muitas vezes ganham uma significação não esperada, passando a ser fundamentais no conteúdo e forma do vídeo.

O tempo em vídeo pode ser facilmente acelerado com relação ao tempo real, retardado, imobilizado ou repetido ⁷. Pode-se restringir o tempo de reflexão do espectador, através de uma sucessão rápida de imagens, levando-o no caminho de interpretações aceleradas. Por outro lado, é viável também imagens que "durem mais", a contemplação de mosaicos eletrônicos em suaves movimentos. Antes que fechar na rapidez e urgência como necessidades, o vídeo abre várias possibilidades:

"O infinitamente longo e o infinitamente breve coexistem no tempo de uma seqüência" (GAZZANO,1985:131).

O vídeo aparece então como um instrumento rico para a arte, comunicação ou pesquisa exatamente por comportar o diverso. Como exemplo dessa potencialidade plural pode-se destacar a série "America", exibida na TV Manchete, na qual a relação espaço-tempo é simultaneamente solidária e múltipla. Os primeiros blocos, mais lentos, associam o ritmo dos cortes à velocidade "das coisas", "dos fenômenos" mostrados. Acelerando-se vertiginosamente, a edição dos últimos blocos é tão ágil quanto o assunto que está sendo tratado.

A respeito do tempo como noção para a compreensão do vídeo vale, finalmente, concluir:

" (...) a rigor, em cada intervalo mínimo de tempo, não há propriamente uma imagem na tela, mas um único pixel aceso, um ponto elementar de informação de luz. A imagem completa - o quadro videográfico - não existe mais no espaço, mas na duração de uma varredura completa da tela, portanto no tempo. Ao contrário de todas as imagens anteriores, que correspondiam sempre a uma inscrição no espaço, a ocupação de um quadro, a imagem eletrônica é mais propriamente uma síntese temporal de um conjunto de formas em mutação" (MACHADO, 1992/93:16).

⁷ Equipamentos recentes como a *Video Machine*, já utilizada em algumas produtoras brasileiras, permitem que durante a finalização de vídeos ocorra a inserção de "fatias" de tempo diferenciado no interior de um programa já editado.

A partir do que foi dito é possível discutir os produtos finais em vídeo desta pesquisa.

Sobre a edição de "Tereza": conteúdo, forma, tempo e espaço

"Colocar as imagens em movimento, significa impregná-las de tempo, cuja ordem de inteligibilidade se encontra no princípio de seqüência que aparece tanto na música quanto no verbal" (Maria Lúcia SANTAELLA).

Não há como fugir de polêmicas ao se considerar - um produto não escrito como científico. Filmes, vídeos, fotografias, não são, em geral, vistos como produções científicas em suporte não escrito, mas no máximo complementos. Nessa discussão não pretendo entrar, até por reconhecer que a construção de modelos, a volta a teorias gerais são tarefas essencialmente abstratas, enquanto meios de produção audiovisual usados como forma de registro mantém uma relação - física ou não - com o concreto, com os sujeitos ou atividades enfocadas.

Durante a descrição dos procedimentos metodológicos o papel do vídeo no processo de captação etnográfica foi enfatizado e, durante os capítulos, trechos de depoimentos e a própria experiência de gravar imagens na prisão apareceram fornecendo subsídios para a discussão. Este é o momento então de destacar os produtos finais em vídeo e comentar a respeito de suas possibilidades de divulgação.

"Tereza"⁸, vídeo sobre o cotidiano carcerário, teve suas imagens e depoimentos coletados durante o trabalho de campo. Foram quatro meses de contato com os internos até

⁸ "Tereza" foi produzido com verbas do Fundo de Auxílio à Cultura da Prefeitura Municipal de Campinas (Prêmio Estímulo/1992) e com apoio e realização da Produtora de Vídeo de Campinas "Studio Eletrônico" (ver ficha técnica

que as primeiras imagens fossem gravadas, completando um total de sete meses. Essa possibilidade de profundo encontro com os presos distancia esse vídeo de produções jornalísticas, que dificilmente possuem tempo disponível o suficiente antes de iniciarem as gravações. Não tivemos em nenhum momento a pretensão de fazer um vídeo científico, mas um documentário engajado com preocupações contemporâneas, como as experimentações híbridas entre a "videoarte" e o documentário não formal.

Na elaboração de "Tereza" não observamos como proposta a perspectiva de aproximação dos princípios apontados por Colin YOUNG (1975) a respeito do que é chamado de "cinema de observação" - no caso, parafraseando, "vídeo de observação". Apesar da presença marcante das escolhas de direção em "Tereza" - visível na manipulação das imagens - acredito que foi possível, como acha desejável YOUNG, o rompimento com uma onipotência narrativa no controle da informação. Ainda que não tenhamos mostrado uma realidade, mas "falado" sobre ela, ao contrário do que propõe Colin YOUNG. No próprio artigo "Observational Cinema" é apresentado um dos caminhos possíveis, diante de tantas alternativas estratégicas, para o pesquisador que trabalha com imagens:

"Não existe a necessidade de argumentar exclusivamente por um método"
(YOUNG, 1975:79).

MacDOUGALL (1975), em "Beyond Observational Cinema", aponta para o fato de que nenhum filme etnográfico é meramente o registro de uma sociedade, mas sempre a gravação de um encontro entre alguém que filma e aquela sociedade. Em "Tereza" a presença de pessoas por trás da câmera e da ilha de edição é evidente. O "Participatory Cinema" apontado por MacDOUGALL sustenta-se na proposta de uma participação dos sujeitos filmados no produto final, ambição esta limitada em um trabalho na prisão, onde foi negada a própria possibilidade de que os presos assistissem o vídeo. Além dos depoimentos

no anexo). Tendo em vista o fato de que o vídeo é fruto de um trabalho em equipe, com produção, direção, edição, roteiro, entre outras funções, muitas vezes utilizo no texto o plural.

os detentos participaram diretamente, em alguns momentos do vídeo, através da sugestão de temas e pessoas para serem entrevistadas e também com propostas sobre o que poderia ser gravado em imagens.

Uma das preocupações centrais do trabalho foi exatamente perceber o que pode ser particular no vídeo em seu uso para a pesquisa, não realizando uma transposição acrítica de técnicas de documentação cinematográficas. Estivemos atentos, durante todo o processo, para as especificidades do vídeo enquanto meio eletrônico.

Como foi apontado no tópico anterior, a possibilidade de interferência eletrônica sobre as imagens é "infinita".

*"É um aspecto essencial do vídeo, o de obrigar o realizador a ocupar-se das luzes, a inventar, a assumir maiores riscos na composição dos enquadramentos"*⁹.

A proposta foi pensar na especificidade do fazer vídeo não sustentado em restrições, "cinturões" de cerceamento. "Tereza", vídeo que se refere a esta pesquisa, foi feito de acordo com essa ótica. Possui efeitos de pós-produção, sendo que no uso destes a principal preocupação é que não fossem gratuitos.

O título foi escolhido em função de "tereza" ser uma gíria praticamente conhecida em qualquer prisão brasileira, se referindo a uma corda improvisada com múltiplos usos. Como mostra um depoimento editado no vídeo:

"Tereza existe de várias maneiras. Tereza, por exemplo, numa fuga, elas são cobertores, entendeu, trançados em nó, entendeu, e você coloca ela numa altura e ela serve de escada pra você conseguir uma fuga, isto é a tereza. Se existir uma tereza dentro do barraco, vamos supor, vai fumar uma maconha, então são 3 pedaços de pano trançado em trança e aceso, aquilo vai continuar a fumaça pra evitar o cheiro da maconha pra vir pra fora.(...) Tereza também existe de um barraco pro outro, certo, vamos supor, se o

⁹ Beauvialla, citado em ARISTARCO (1985: 27)

cara daquele barraco tiver sem cigarro e pedir pra gente arrumar pra ele, então cê fala pra ele "então joga a tereza", que ela existe (...) a tereza de barraco é chamada também como tia" (Preso do 5o. DP).

Além desses aspectos, por se referir imediatamente a uma possibilidade de "passagem-para-a-rua", essa gíria foi escolhida para nomear o vídeo em função da idéia de relativa permeabilidade associada ao espaço prisional discutida, enfaticamente, no capítulo 4.

Acentuando os "momentos fortes" do cotidiano carcerário, violência, morte e fuga são os temas mais recorrentes em "Tereza". A partir daí, o ritmo que se considerou adequado foi a edição rápida. Tendo como ponto de partida aspectos gerais do cotidiano prisional, o vídeo se desenvolve até chegar à visão da rua pelos presos, finalizando com o seguinte depoimento:

" A rua pra mim é um paraíso, que ali cê tá solto meu irmão, cê vai pra onde cê quer, cê olha pra quem você quiser, certo. E aqui, como é que cê tem que fazer (...) se você olhar torto prum mano é capaz dele querer te pegar (...). Tanta mulher lá fora, ter que ficar só no meio de barbado (...) que isso rapaz, quem gosta de barbado é gato!" (Preso do 5o. D.P.)

"Tereza" constitui-se ainda num exercício em que afirmar o plural não significa descartar o acelerado, já que na própria prisão o tempo, normalmente "morto", pode acelerar-se com uma rapidez incrível.

Como aponta **BRISSAC PEIXOTO**, comentando o cinema de Tarkovski, "(...) as tomadas já são impregnadas de tempo" (1991:81). A forma de gravar em vídeo na prisão também influenciou a edição, ainda que de forma radicalmente oposta a de Tarkovski, que possuía todo o tempo disponível para a construção de seus planos. Não tínhamos na prisão o tempo que queríamos e por mais que tenhamos conseguido imagens de "todos os locais", na confusão de proibições e livre acesso entre os guardas, muitas vezes as imagens eram

captadas de forma rápida, tensa. Sem dúvida esse tom se tornou visível na edição de "Tereza", não sendo nossa intenção escondê-lo.

Na edição final dos vídeos, uma das preocupações que havia acompanhado todo o processo de elaboração das imagens apresentou-se como fundamental. A idéia era ir além do mero registro, que se adaptaria de melhor forma a um suporte cinematográfico e não eletrônico. Nos interessava o que Arlindo MACHADO chama de "*forjar discursos sobre o real*", interferir através da manipulação de imagens, procurando assumir o trabalho de pós-produção e de escolhas de ângulos na captação, distanciando-se de uma caricatura de cinema com aspirações naturalistas. MACHADO comenta:

"(...) por suas próprias condições de produção, o quadro videográfico tende a ser mais estilizado, mais abstrato e, por consequência, bem menos realista que seus ancestrais, os quadros fotográfico e cinematográfico" (1992/93:11).

Alguns efeitos já têm seu espaço assegurado em documentários. O *slow-motion*¹⁰, a fusão curta entre imagens, o *fade*. Mas pretendemos, preocupados evidentemente com a dose, ir além, usando cortinas e tarjas negras polissignificativas (*wipe*) para recriar o espaço da tela, comprimir o olhar do/no preso, esconder/mostrar seu rosto. O compromisso ético com o contexto e conteúdo das frases foi mantido, o respeito pelos sujeitos da pesquisa em nada comprometido. Em muitos momentos optamos ainda pela utilização da fusão lenta de imagens, efeito associado ao tempo que possibilita a simultaneidade de informações visuais. Alguns documentários atuais tendem a ser mais permeáveis à utilização do efeito de fusão prolongada, como demonstram os muitos trabalhos de Robert Cahen nessa linha, ainda que muitos não o encarem enquanto documentarista.

¹⁰ Sobre o *slow-motion* como forma de experimentação com o tempo, aponta BRISSAC PEIXOTO: "*a mudança de velocidade, tentativa analítica de ir mais devagar para ver melhor, é uma forma orgânica, física, de decomposição da imagem. Toma-a como algo matérico, carnal*" (1993:245).

Sempre soube que se fizéssemos um "documentário tradicional" seríamos menos questionados. Não teríamos que escutar, como ocorreu algumas vezes, que fizemos um videoclip e não um documentário. Sinceramente não acredito nisso. Fiquei muitos meses entre os presos para só depois pensar em gravar alguma imagem. Se o tempo do mestrado fosse maior, com certeza esta convivência também o seria. Achava que esse período anterior à gravação seria a condição mínima para uma aproximação de fato vertical com os sujeitos de nossa lente. Reduzi-los a efeitos visuais, como algumas propostas que se satisfazem com a tecnologia utilizada gratuitamente, não foi nossa intenção e creio que "Tereza" não deve ser "lido" assim. Será que se abirmos mão de algumas possibilidades no trato da imagem e aceitarmos apenas outras nos tornaremos "mais objetivos"? Se ética e estética não são categorias opostas - como propõe GODARD (1969) - não será justo procurarmos tentar tornar mais belos e não menos humanos nossos documentários?

Com relação à utilização de textos no vídeo, a opção foi pelo uso de caracteres com frases de presos entrevistados ou célebres bandidos como Jean Genet ou Madame Satã. Uma pequena sensação de atraso entre voz e imagens foi construída propositadamente através do efeito que não altera o tempo real, *strobo*. Números de artigos, celas, matrículas pontuam algumas passagens. Gírias estão presentes na quase totalidade dos depoimentos.

Entre os trechos de depoimentos em "Tereza" e ainda não explicitados no texto (a maior parte está diluída pelos capítulos da dissertação), vale destacar um que surge como um desabafo e que afirma a idéia da força da oralidade presente nos discursos. Em vídeo, esse depoimento tem um peso impressionante:

"O rico ele vem na cadeia, ele vem hoje, amanhã ele sai fora, o pobre fica mofando aqui então. Isso aí é lei, lei só pros pobres, não existe. Eu não acredito em lei de diabo nenhum não. Pra mim não existe lei não (...). A lei você tem que fazer é com suas próprias mãos" (Preso do 5o. D.P.).

Sobre o conteúdo de "Tereza" vale ressaltar que pensei, dentro do objeto genérico de estudo - o tempo no cotidiano prisional - qual aspecto poderia ser melhor tratado visual/oralmente. O "tempo lento" e a ociosidade apresentaram-se como um exercício por demais difícil, reservado então para um segundo vídeo, denominado "Tempo Morto". A opção em "Tereza" foi pela "virada de cadeia", o tempo rápido das fugas e morte, com a ociosidade pontuando, apenas em alguns momentos, o vídeo.

Muitos depoimentos aparecem como pequenas histórias. Durante o trabalho de campo foi solicitado aos detentos que contassem casos significativos, acontecimentos na prisão que foram marcantes, que particularizaram a rotina carcerária. A maior parte dos casos esteve relacionada a fatos violentos. Vale aqui destacar um depoimento, presente em "Tereza", que é particular por agregar gírias, configurar um conflito sexual na prisão e remeter à violência como solução usual na resolução de conflitos dessa natureza.

"Nós tava em 13 numa cela, né, aí eu transei uma vez com ele, depois não gostei sabe, da maneira dele ter sexo.(...) Aí foi, ele me deu um tapa na cara e foi dormir. Aí eu lembrei de uma outra fita que teve comigo, né, aí eu falei com o cara, eu vou transar com você, mas eu já fui com maldade, sabe. Aí eu 'tá' na cabeça dele, falei 'ah não bem, ah, é só você que vai, e eu, e eu é minha vez, né, era bandido'.Consegui, né. Ele foi depois eu fui, né. Aí eu falei pra ele, né, 'agora é o seguinte, cê não encarna mais na minha, porque se ocê encarnar mais na minha eu vou falar pra todo mundo na cadeia que você foi minha mulher, né'. (...) Passado um tempo ele pegou uma faca, veio em cima de mim, mas só que a faca era de alumínio, né. Aí eu me embucetei com ele, né meu, tomei a faca dele, entortei. (...) Dava uma facada em mim né meu, dou uma giletada no pescoço de um também, né, pelo menos uma marca eu deixo, né. Topei morrer, né, meu" (Preso da P1).

A partir desse depoimento é possível perceber ainda como a confiança entre o pesquisador e o informante aparece como fundamental em pesquisas desta natureza. O detento que deu esse depoimento inicialmente não tocava no assunto de homossexualismo na prisão e depois de algumas conversas passou a se referir ao tema com certa distância.

Somente após muitos de nossos encontros ele se mostrou a vontade para inclusive narrar fatos acontecidos com ele no interior da prisão, permitindo a captação de som e imagem. Nossas primeiras conversas não foram gravadas em vídeo, essa foi uma prática usual na pesquisa.

Um bloco do vídeo chama-se "Matar o Tempo" e é dedicado a algumas atividades do uso do tempo na prisão. Entre as falas está a de um "xerife de cela" a respeito de um jogo solitário de baralho:

"Tem hora que eu fico assim jogando (...) eu fico passando (...) faço 6 monte se sai a muié é porque ela tá pensando em mim, na hora que ela não tá pensando eu fico nervoso" (preso do 5o. D.P.).

Somente detentos falam em "Tereza" e as imagens quase que na sua totalidade se referem à prisão. Em dois momentos aparecem imagens exteriores ao ambiente carcerário. Na primeira vez um circuito fechado do Banco Mercantil mostra cenas reais de um assalto ocorrido no dia 24 de setembro de 1992, em Campinas. Trata-se de uma referência ao panoptismo contemporâneo tratado no capítulo 3. As outras imagens da rua são mostradas em uma fusão complexa que acontece dentro do aparelho de televisão, remetendo ao capítulo 4 da dissertação. Através de um movimento de afastamento da lente da câmera, um *zoom out*, percebe-se que essa televisão encontra-se no interior de uma cela. A rua aparece sempre "mediatizada".

O som em "Tereza" é basicamente o de depoimentos dos detentos, ruídos da prisão, como o ranger de portas e, além disso, em alguns momentos de silêncio como a seqüência do assalto a banco, a opção foi a composição de uma trilha sonora a partir da reelaboração do uso de alguns instrumentos pelos presos, como violão, cuíca etc. Além de gírias e expressões, foram destacados os números que cercam toda a passagem de um interno na prisão, dos artigos do código penal à matrícula.

Em função dos limites de duração do vídeo, a velocidade das informações simultâneas faz com que se perca parte do conteúdo, restando ao receptor, particularmente interessado, a possibilidade de vê-lo novamente. A perda de informações parece estar associada à própria discussão da linguagem do vídeo enquanto meio. As opções mais recorrentes na utilização da imagem eletrônica apontam para a característica de que nem tudo pode ser imediatamente captado.

Durante a edição de "Tereza" e posteriormente, quando voltava a assistir o material gravado em vídeo, um dos aspectos positivos da utilização desse meio eletrônico em pesquisas se destacou. Era possível "mergulhar" novamente no campo, a atmosfera, o contexto expandido além das anotações do cientista social. A riqueza visual e oral permitia uma nova relação de proximidade com os sujeitos estudados. Atualmente várias pesquisas tendem a uma síntese entre as suas etapas, o trabalho de campo, por exemplo, muitas vezes é feito paralelamente a leituras. O uso do vídeo proporcionou uma síntese de outra natureza, o campo próximo no momento em que não estava mais ali. Assistir novamente aos depoimentos foi uma tarefa prazerosa e plena de vitalidade. Ainda que também o relato em vídeo seja fragmentado, as falas do preso apareciam contextualizadas e a prisão próxima e disponível.

A divulgação de "Tereza"

Como foi apontado na **Introdução**, estamos em um período no qual a discussão sobre a violência e as instituições relacionadas a essa questão ocupam um espaço maior na imprensa. Além de matérias associadas à espetacularização de crimes, especialmente a imprensa escrita tem se dedicado a algumas avaliações do sistema carcerário. Com certeza a discussão não chegou ao grande público da forma desejada pela maioria dos pesquisadores,

na medida em que os "motores" dessa motivação foram crimes "sensacionais" e a pena de morte. Quase que simultaneamente, o massacre na Casa de Detenção de S. P. (1992) levou ao público a situação caótica das instituições carcerárias, aspecto este já apontado anteriormente por pesquisadores e familiarizados com o tema.

Posto isto, uma preocupação que tivemos com a divulgação de "Tereza" foi a de não associar o vídeo a um oportunismo casual, até porque na ocasião de elaboração do projeto ou mesmo no momento de captação de imagens e depoimentos, o tratamento da imprensa ao tema era apenas residual. Os homicídios de Daniela Perez - R.J. (1992), Miriam Brandão - M.G. (1993), a tragédia do Carandiru ("Tereza" é dedicado aos mortos e sobreviventes do massacre na Casa de Detenção de São Paulo/1992), as chacinas e arrastões recentes ainda não tinham acontecido e mesmo a discussão sobre a adoção da pena de morte não possuía seu vigor atual.

Os fatos proliferaram na finalização de "Tereza". A divulgação do vídeo tornou-se facilitada¹¹. Sua duração de 16 minutos foi considerada boa para a presença em festivais (ver premiações detalhadas no apêndice). Em 1993, "Tereza" foi lançado em Belo Horizonte para um público de 700 pessoas (foram sete seções contínuas em um cinema local). Ao lado dessas possibilidades de divulgação, em uma série de debates - principalmente em salas de aula - tive a oportunidade de discutir sobre o tema após a exibição do vídeo.

"Tereza" funcionou muito bem como uma introdução de conversas a respeito da situação atual da prisão no Brasil. Debates, muitas vezes fervorosos, sucediam à apresentação do vídeo. Em Florianópolis tive a oportunidade de discutir com públicos diferenciados, com preocupações particulares. Inicialmente em um Curso de Direito da U.F.S.C. onde, após a exibição do vídeo, o "papo" se dirigiu diretamente para a questão carcerária institucional. Muitos se demonstraram surpresos com o cotidiano da prisão, vários apontaram a necessidade imediata de alterações profundas e, outros, mostraram-se

¹¹ Jean ROUCH (1975) trata do que considera um absurdo: a restrição do público do filme etnográfico. Afirma que o público deve ser o maior possível e conclui apontando que é tempo desse tipo de filme "virar cinema", obviamente, de uma forma particular.

absolutamente conservadores no tratamento do tema, estava lá inclusive o promotor que impediu a veiculação de "Calígula" na rede OM/Gazeta. Vários diagnosticaram a violência carcerária como uma "escolha comportamental dos próprios presos".

Em outra exibição em Florianópolis, dentro de um curso de Antropologia Visual ministrado pelo professor Fernando de Tacca, o debate seguiu um rumo distinto. Todos os que ali estavam - pesquisadores na área de ciências sociais - se interessavam pela discussão a respeito da utilização da produção audiovisual em investigações da área. O formato, tamanho da equipe, processos de produção em geral apareceram como a preocupação primordial. Muito do que foi ali discutido alimentou o tratamento desses temas durante o presente texto. Por sua vez, o cotidiano carcerário não deixou de ser discutido. Gírias desconhecidas, comportamentos descritos em depoimentos chamaram a atenção de pessoas ávidas por saber sobre as formas de abordagem e o estabelecimento da intimidade entre pesquisador e pesquisado. Em um documentário sobre a prisão, o referente, o assunto, salta aos olhos, mesmo para públicos que estejam voltados principalmente para questões estéticas ou de produção.

Esse aspecto apresentou-se importante no que se refere ao debate sobre o referente na produção audiovisual eletrônica. Se não há dúvida que existe um processo de transformação da idéia de referência no vídeo, que cada vez mais tende a se descolar do real, quando a realidade concreta ou as representações sobre o mundo são invocadas não perdem necessariamente sua vitalidade.

A oportunidade de divulgação audiovisual de um tema aponta essencialmente para a possibilidade de atualização temporal do discurso imagético. Através da exibição o espectador traz seu repertório, sua bagagem e preocupações, propondo uma nova interpretação para os significantes presentes no vídeo. Se na ficção o espectador pode tornar-se um cúmplice do tempo construído - modelado na/da história - ao assistir um documentário as experiências do espectador também não se excluem do jogo interativo da interpretação. Sobre esses aspectos, um vídeo, um livro, um filme não se apresentam de

forma essencialmente diferenciada. O que talvez possa marcar um traço distintivo fundamental é a experiência coletiva simultânea de se assistir um filme ou um vídeo em grupo. A dimensão social da experiência com um número maior de pessoas integra os receptores em uma mesma situação de comunicação, é oferecido ao debate um objeto comum. Esse fato se verifica ainda que, em última instância, a interpretação apresente-se simultaneamente particular e plural.

A tecnologia digital tem tornado próxima uma possibilidade cada vez maior de manipulação no produto audiovisual. Ao espectador - no caso o melhor nome é usuário - cabe porém não mais apenas uma observação passiva, mas a possibilidade de "navegar" por informações, optar, interagir. Ainda que esta pesquisa não se apresente na forma original em discos de informação, um dos objetivos da utilização de fusões em "Tereza" é exatamente o de restituir ao receptor a escolha, a opção de notar detalhes, privilegiar alguns e não se deter em outros. A idéia de que a interpretação não está de forma alguma separada da noção de recepção.

A possibilidade de divulgação do vídeo simultaneamente ao desenvolvimento da pesquisa fez com que - através das discussões sobre o tema - um certo caráter de abertura fosse potencializado. Muitas discussões foram realizadas e, a partir de uma série de comentários e trocas de opinião, várias observações sobre a forma do vídeo e o conteúdo da investigação foram incorporadas à dissertação. Foi possível então uma atualização quase que simultânea, na medida em que sempre que eu chegava a alguma interpretação poderia apresentá-la imediatamente nas exibições de "Tereza".

Em um dos debates proporcionados pelo vídeo, em Belo Horizonte, um psicanalista que trabalhou como médico no C.R.N. estava presente. Contou um caso, entre vários, no qual foi avisado com antecedência de uma rebelião que aconteceria no dia seguinte. Um dos presos envolvidos afirmou que era melhor ele não ir trabalhar naquele dia. O então médico disse que se viu diante de um dilema. Se contasse para a administração seria um "cagüeta" e

passaria a ser mal visto pelos presos. Não indo trabalhar poderia levantar dúvidas que sabia da rebelião e não havia comunicado. Foi para a prisão "*rezando para que nada acontecesse*". De fato a rebelião "estourou". O médico porém foi poupado pelos presos, foi liberado em um dia que se tornou seu último como funcionário da prisão. Demitiu-se no dia seguinte. Através desse episódio ficou ainda mais nítida a carga de dilemas que cotidianamente se apresenta para os funcionários que têm contato direto simultâneo com os presos e com a administração.

Ao optarmos por um formato pouco ortodoxo para "Tereza" tornou-se possível uma ampliação de um público particular, interessado na imagem eletrônica, tendo sido apresentado inclusive em uma discussão relativa a novos formatos em vídeo, realizada no Instituto de Artes da UNICAMP. Em Festivais o vídeo pôde ser exibido, acompanhado ou não dos realizadores, em várias cidades brasileiras, como Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, Belo Horizonte, entre outras. Em "Mostras Especiais" o vídeo chegou a ser exibido diversas vezes em São Paulo, Florianópolis, Campinas, entre outras cidades.

O vídeo não foi mostrado para os próprios presos, sujeitos dos depoimentos. O motivo para a não realização desse momento de *feedback*, por demais enfatizado por Jean ROUCH (1975), se deu em função do pedido de um detento. Homossexual, contou para a câmera casos que poderiam tanto comprometê-lo quanto a outros, pois discorreu sobre crimes sem autor conhecido entre os presos, falou de padrões homossexuais gerais da prisão e outros temas que preferiu ocultar do conhecimento de presos e funcionários. Com a impossibilidade de *feedback* não foi viável conhecer as representações dos próprios presos a respeito de um produto audiovisual no qual apareciam como protagonistas.

Curiosamente, ao consultar o detento - que pediu que eu não veiculasse "Tereza" na prisão - sobre a possibilidade de divulgação televisiva do vídeo, em nenhum momento ele se opôs. Afirmou que dessa forma as autoridades e a população tomariam conhecimento de problemas da prisão e poderiam fazer alguma coisa para "adiantar o lado deles". Questionei

ainda falando que presos e funcionários poderiam assistir ao programa de televisão e a resposta continuou positiva:

"Tudo bem. Al vale a pena e eu ainda fico famoso na cadeia" (Preso da P1).

A exibição televisiva porém não dependia exclusivamente do desejo desse preso. Tentamos inicialmente a divulgação na Rede Manchete, que já colocou no ar algumas produções independentes. Após ouvirmos elogios do diretor de um programa (era nosso conhecido e achamos que ao menos assistir ele concordaria, o que de fato aconteceu) vieram os motivos que levaram à não exibição do vídeo nessa emissora. Primeiro foi a duração, 16 minutos é um tempo considerado muito pequeno para virar um "programa especial" e muito grande para se inserir como um bloco de um programa da rede. Os efeitos, como o uso de uma desaceleração dos depoimentos com relação às imagens - efeito essencialmente temporal - foram criticados como pouco usuais em padrões *broadcast*. A qualidade das imagens foi exaltada, apesar de "Tereza" não ter sido feito em Betacam, "bitola" comumente utilizada em produções televisivas. Por fim, a exibição do vídeo foi recusada. Curiosamente, meses depois - com a greve da maioria de seus funcionários - uma outra equipe da Manchete ficou interessada em veicular "Tereza", mas nada acabou acertado sobre isso.

A TV Cultura já exibiu alguns trechos do vídeo durante sua programação na ocasião de festivais. Conseguimos ainda a divulgação em espaços e horários considerados marginais no diagrama televisivo. "Tereza" foi veiculado na manhã de um domingo pela Rede Record, em programação nacional. A nível local, a TV Minas exibiu o vídeo na íntegra algumas vezes, em função de suas premiações.

Sem dúvida o maior canal de divulgação do vídeo foram os festivais e os debates. Se por um lado essa forma de apresentação restringiu o público quantitativamente, ofereceu a perspectiva de troca de informações entre público e realizadores, enfatizada durante o trabalho.

A realização de "Tempo Morto"

Com as imagens captadas para "Tereza", nos propusemos à realização de um vídeo que se dedicasse ao tempo lento da prisão, à ociosidade, às atividades para matar o tempo. Através de uma edição "calma", na qual as imagens duram na tela, marcada por fusões lentas, o ritmo do vídeo é outro - bem distinto de "Tereza"- ainda que as tarjas negras (em "Tempo Morto" são fixas) como forma de limitação espacial tenham se mantido.

Nossa opção por trabalhar com efeitos também em "Tempo Morto" foi para mostrar, de alguma forma, que manipular imagens não significa ir obrigatoriamente em direção ao ritmo acelerado, e mais, usados de forma associada ao conteúdo, efeitos transcendem a gratuidade, transformando-se em dispositivos mesmo essenciais de significação imagética.

Através do uso ininterrupto do atraso real de tempo proporcionado pelo *slow-motion* são apresentados no vídeo presos mexendo em baralhos, lendo revistas, assistindo televisão, fazendo exercícios físicos, mostrando artesanatos, tocando violão ou mesmo absolutamente ociosos. A idéia de espera é nítida e, por sua curta duração, 6 minutos, esse vídeo poderia ser o "irmão mais calmo" de alguns dos blocos de "Tereza".

Não há voz em "Tempo Morto". A trilha é apenas uma lenta melodia, marcada eventualmente por uma interrupção instrumental ou com breves sons da prisão. Trata-se antes de tudo de um exercício de significação através das imagens, uma opção por um processo não verbal, sendo que no vídeo não é usado - ao contrário de "Tereza" - texto na tela.

Aparecem ainda, pontualmente, presos trabalhando, o que em nada contradiz o termo "Tempo Morto", associado - como já foi dito - a essas atividades. Não raro o próprio trabalho é visto como "tempo perdido", tendo em vista que são poucos os presos que, de volta ao "mundo da rua", se dedicam à atividade executada na prisão.

O próprio título do vídeo, "Tempo Morto", caracteriza-se por remeter tanto à representação usual sobre o tempo vivido na prisão, quanto a uma expressão recorrente em filmes e vídeos. O "tempo morto" no trabalho com imagens é aquele momento do antes ou depois das ações ou depoimentos centrais, a oposição ao "tempo forte" das ações principais. O vídeo, diferentemente do cinema, é também um espaço privilegiado para a captação de tempo morto, pois seu baixo custo (quando comparado ao filme) permite que a câmera seja ligada além dos momentos centrais.

Transcendendo a mera ilustração, a realização de "Tempo Morto" foi motivada pelo desejo de aproveitar a possibilidade quase que infinita e plural da edição, dando tratamento diferenciado a um mesmo material coletado. Se as imagens foram as mesmas captadas para "Tereza" - foi incorporada boa parte de material bruto não utilizado - muitas vezes pouco descritivas, por serem captadas em breves planos fechados, na edição essas imagens puderam se alongar, e mais, re-significar.

"Tempo Morto" não foi discutido de forma exaustiva na dissertação por ter sido editado no momento de finalização do texto. Sendo assim, foi pouco divulgado e dessa forma suas exibições não são merecedoras de um tópico específico no corpo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"XAVECOS", "VALETES" e "TATUS"- NA PONTA DE UM ICEBERG

"Pesquisar é antes de tudo descobrir algo novo, trilhar caminhos distintos dos convencionais, perturbar as certezas e convicções, embaralhar razão e paixão. É certo, sem sólida formação teórica e metodológica muito pouco há o que fazer. Mas, é certo também que a ausência de imaginação sociológica, dessa sensibilidade fina que se coloca entre o real e o imaginário, entre público e privado, entre o íntimo e o social, é pouco provável que a pesquisa científica possa contribuir para sacudir nossa indiferença frente aos problemas contemporâneos, para responder nossas inquietudes e para apontar horizontes distintos daqueles a que nos costumamos a ver e sentir"
(Sérgio ADORNO).

Sem caráter essencialmente conclusivo, este tópico busca o resgate dos principais pontos abordados associando-os. Durante todos os capítulos a experiência com o vídeo na prisão apareceu de forma destacada. Sobre esse aspecto alguns pontos merecem ser retomados. Após o término do trabalho de campo é difícil afirmar o que pôde ser apreendido através do vídeo e o que não, ou seja, não há como mensurar a contribuição específica do vídeo, nem mesmo afirmar com exatidão que tipo de interpretação só foi possível graças à captação de imagem e som.

De qualquer forma trata-se, como o próprio título da pesquisa afirma, da constatação do **caráter experimental**, diagnosticando uma alternativa em estado ainda de crescimento e difusão da utilização de novos meios no fazer científico em áreas humanas. O computador para a redação e o cruzamento de dados já foi assimilado em diversas pesquisas sem nenhum tipo de constrangimento, sendo poucos os que abrem mão de suas facilidades. A preocupação com o aparelhamento de laboratórios sempre foi uma constante para a ciência em suas mais diversas áreas e a defasagem tecnológica é tradicionalmente apontada como problema. Ora, estamos em um momento no qual câmeras, essencialmente as de vídeo,

encontram-se disponíveis a "custos baixos", sendo poucas as universidades que não as têm, em variadas bitolas e formatos, à sua disposição. Talvez não exista mais do que um preconceito impedindo sua disseminação, ao menos enquanto possibilidade.

Por outro lado é preciso ficar claro que em nenhum momento aponto as câmeras como imprescindíveis em pesquisas de quaisquer natureza. O cuidado relacionado ao **fetichismo tecnológico** não pode ser desprezado. Equívocos, no meu entender, como pregações do fim da escrita, talvez não sejam a melhor forma de se portar diante do novo. A escrita vem contribuindo incomensuravelmente para o desenvolvimento das ciências, transformando-se em condição para essa e, com certeza, suas possibilidades tais como a abstração sistemática, rigorosa, e falível continuarão a nos acompanhar por muito tempo. É nesse sentido que sempre foi pensada a utilização do vídeo nesta pesquisa, como algo a mais, distante de uma intencional substituição.

Neste tópico final vale ressaltar algumas das contribuições desse meio na pesquisa. A principal se relaciona de imediato ao locus do estudo. Muitas vezes, na prisão, o pesquisador sofre uma série de constrangimentos que apontam no sentido de dificultar as observações que este pretende realizar. Em uma penitenciária grande os presos possuem horários, não estando disponíveis a quaisquer momentos. Em uma cadeia superlotada é difícil mesmo olhar por trás das grades, tendo em vista que o ingresso do pesquisador em celas nesse estado é normalmente proibido por envolver um alto grau de periculosidade. Dessa forma, com o grande material captado em imagens, estavam à disposição, mesmo quando já havia retornado do campo, fragmentos orais e visuais da prisão.

As contribuições porém não se restringiram à oportunidade de um novo olhar temporal e espacialmente específico. Como foi descrito durante vários momentos do texto, a coleta de dados tornou-se particular na medida em que o vídeo tende a remeter à idéia de um sujeito virtual de recepção infinito. O exemplo mais nítido dessa situação é a captação de imagens de presos trabalhando, sendo que nesses casos nenhum colocava qualquer tipo de objeção, ficando nítida a representação da positividade do trabalho no uso do tempo e o

conhecimento desse diagnóstico favorável pelos presos, que a partir daí reconstróem suas imagens.

É preciso ainda, incorporando tecnologias de forma não marginal, nos debruçarmos sobre as possibilidades, as características desses novos meios, menos para encontrar seus limites e mais para compreender seu tom plural, seu local de intersecção entre linguagens, suas perspectivas interativas. Olhar para a câmara e não só por trás dela, pensar no registro, e mais, na incorporação de imagens no texto, no corpo do resultado da pesquisa que, a cada momento, mais se aproxima dos magros e poderosos discos flexíveis de informação.

A oportunidade de realização dos produtos finais em vídeo - "Tereza" e "Tempo Morto" - possibilitou ainda a concretização, a partir da reflexão, de um exercício sobre a existência do tempo plural na prisão (como na maior parte das experiências humanas), não imune às concepções hegemônicas da sociedade em geral a respeito da aceleração. A afirmação do particular não precisa se sustentar em uma relação de exceções, ocultando aspectos que aproximam os sujeitos de nossos estudos de hábitos não exclusivos. A experiência temporal, mesmo em uma instituição, não é diferente de uma série de outras experiências sociais contemporâneas marcadas pelo sincretismo. Nos vídeos, procurou-se destacar essa dimensão da pluralidade do tempo, do lento ao fugaz. Arlindo MACHADO aponta - sobre alguns trabalhos audiovisuais que procuram anular o contato entre o grupo estudado e o "mundo de fora":

"Mais irônico ainda é observar a maneira como as câmeras ávidas de 'autenticidade' etnográfica enquadram o índio e seu mundo, jogando para fora do campo tudo aquilo que é sincretismo, miscigenação, antropofagia (no sentido oswaldiano) resultado do choque de culturas antagônicas, procurando resgatar, em contrapartida, uma imagem imaculada do 'primitivo', uma imagem que não existe mais a não ser nas fotos, nos filmes e nos programas de TV" (1993b:243).

O último aspecto que gostaria de destacar aqui, no que se refere à experiência com o vídeo, diz respeito ao fato da própria estrutura da dissertação revelar alguns pontos fundamentais sobre esse uso. Para se falar em câmeras e monitores na prisão não é uma condição contar com o vídeo enquanto instrumento metodológico. Acontece porém que através dessa experiência parecíamos mais sensíveis a prestar atenção no papel que câmeras e televisores começam a desempenhar - ou mesmo já desempenham - em instituições carcerárias. A organização inicial não previa um capítulo quase que exclusivamente para câmeras na prisão e outro para os monitores. Isso se tornou inevitável. A partir desse momento a experiência se constituiu em método e objeto, já que acontecimentos, como a negociação de gravações, indicavam muito a respeito do jogo de ordens que impera na prisão.

No último tópico não posso, porém, me deter exclusivamente em instrumentos, mas voltar os olhos por todo o texto, inclusive especificamente sobre o objeto de estudo. Talvez possa incomodar o caráter pouco conclusivo a respeito do tempo na prisão, ou ainda ficar uma série de dúvidas referentes à superexposição da população carcerária à televisão, essa condição de superespectadores e os efeitos dessa situação. É preciso porém que fiquem explícita as reais intenções desta pesquisa, expostas já na introdução.

Tempo e espaço, categorias por demais utilizadas e pensadas ontologicamente, parecem prestar papel fundamental para a compreensão do cotidiano carcerário. A relação estreita entre se pensar o isolamento e a associação entre distanciamento ou exclusão espacial é imediatamente visível. Encarcerar, prender, aparece como uma possibilidade punitiva que se transfere espacialmente do corpo do sentenciado (como no suplício) para as bordas, a periferia, a margem do corpo social. Essa "reespacialização", porém, tem no tempo seu caráter essencial. A duração, uma quantidade de tempo é incorporada à punição ao lado do espaço. Isolado, o homem a ser castigado o é por uma parcela de tempo.

"O tempo (tempo medido, regulado) é uma das grandes descobertas desse período¹, (...) Ainda que com o tempo passado no cárcere não se reproduza o bem destruído com o crime - o que, como observa Hegel, é a base de igualdade que a lei de Talião estabelece - a natureza propedêutica, subalterna, da instituição faz com que baste para esse fim a experiência do tempo que 'desgasta', do tempo medido, a forma ideológica vazia que já não é idéia, mas que morde a carne e a cabeça do indivíduo (...)" (MELOSSI, in MELOSSI e PAVARINI, 1985:83)

Um período de tempo variável, que compreende modulações de diversas ordens. Do intervalo mais curto à prisão perpétua, ou em alguns casos uma pena marcada por um tempo máximo, observa-se um gradiente ao longo do qual se organizam os códigos penais. Atualmente, quanto mais grave o crime maior o tempo encarcerado e não pior o local de cárcere. O espaço porém não é homogêneo. Este varia principalmente por suas condições de segurança e estas revelam, direta ou indiretamente, o grau de permeabilidade institucional. Prisões de Segurança Máxima, para onde são encaminhados os presos considerados de maior periculosidade, possuem, ao menos teoricamente, menor possibilidade de contato com a rua e, se esse contato está presente, é severamente vigiado. O espaço, entretanto, aparece pouco sensível às variações no tempo de pena a cumprir de cada detento. Presos condenados a poucos meses, ou ainda sequer condenados, convivem com outros com larga "experiência de cadeia". A separação entre presos é representada pelos próprios atores sociais da instituição como precária.

A incorporação do tempo na pena é um dos aspectos abordados residualmente nesta pesquisa, mas que não pode deixar de ser observado para a compreensão da ociosidade. Atualmente o tempo é aceito pelos mais diversos setores da sociedade como fator punitivo. Associações de Direitos Humanos se assustam antes com a mutilação de um membro, por exemplo, do que com a condenação a 30 anos de prisão.

¹ MELOSSI nesse trecho fala particularmente do século XVIII e cita "Vigiar e Punir", de FOUCAULT. Elogiosamente, no que se refere à discussão sobre as formas de administração do tempo.

O tempo aparece como um elemento natural em dispositivos punitivos. Qualquer forma de castigo do condenado que atinja sua autonomia de tempo é vista como preferível a uma que atue sobre seu corpo. Não é difícil pensar - situação hipotética - em um preso recém condenado a muitos anos de prisão e situado em um local considerado de difícil fuga que, se pudesse escolher, optasse pela mutilação de sua mão (não fiz esta pergunta na prisão). Ou, o contrário, um criminoso condenado ao corte de todos os seus membros que, se pudesse, escolheria não ser mutilado mas ficar um tempo preso. Enquanto a opção pelo tempo nos parece sem dúvida a mais humana - e mesmo a mais racional - o mais importante é que ela sugere uma naturalidade, remete a uma fórmula quase que exclusiva. Nos dá, hoje em dia, mesmo repugnância imaginarmos a violência física radical.

Não cabe ao criminoso escolher sua pena e também é preciso ficar explícito que não tenho o menor interesse, nem acho que seria de maior eficácia, racionalidade ou humanidade a inclusão de violências físicas no rol de castigos legais. O que acho significativo destacar é a normalidade com a qual olhamos para a condenação a um período de tempo, como esse castigo passa a ser quase que exclusivamente, ao lado de multas, cassações de direitos, a principal expectativa punitiva.

"Ela (a prisão) permite quantificar exatamente a pena segundo a variável do tempo. (...) Retirando tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a idéia de que a infração lesou, mais além da vítima, a sociedade inteira. Obviedade econômica-moral de uma penalidade que contabiliza os castigos em dias, em meses, em anos e estabelece equivalências quantitativas delitos-duração.(...) A prisão é 'natural' como é 'natural' na nossa sociedade o uso do tempo para medir as trocas "
(FOUCAULT, 1991:208).

Se o tempo aparece como "elemento natural" na constituição da pena, a ociosidade não é representada usualmente de forma positiva. Presos ociosos são considerados vagabundos e a imagem é de que o trabalho deveria ser imposto como punição. Trabalho

forçado é a expressão mais recorrente. O que acontece é que muitos presos estão dispostos a trabalhar, não por acreditar que aprenderiam ali um ofício, tendo em vista o pouco "valor útil" do trabalho executado e sua validade na vida na rua. Trabalhar na prisão é principalmente uma forma de ser bem visto pela administração, diminuir a pena e, ainda, uma maneira, ao lado dos jogos, televisão, futebol, de matar o tempo.

Dentro do imperativo geral de velocidade e super-ocupação - e os presos não se excluem desses parâmetros apesar de sua inserção institucional - as horas passadas "sem fazer nada" tornam-se mais lentas, pesadas. É por isso que proliferam, e não há como deter, as práticas de passar o tempo na prisão. De forma representada como útil ou não, o tempo precisa ser consumido e, talvez, a forma de crueldade máxima para o castigo não coincida com o trabalho forçado mas com a ausência de qualquer atividade, menos para se alcançar a consciência e a redenção do criminoso e mais para alongar sua estada na prisão, criar uma "sobrepênia" simbólica na qual as horas passariam mais devagar. As celas de castigo são exemplos históricos desse fato. Além do gradiente associado à natureza do crime, a variação através da qual o tempo se faz sentir de forma mais ou menos plena também pode ser percebida no cárcere.

Essa idéia de "sobrepênia" pode ser desenvolvida se levarmos em conta que as sociedades urbanas atuais tendem a desprestigiar a noção de espera. O tempo que leva para alguma coisa acontecer é sempre visto como algo a ser superado, ou visto com "maus olhos". Filas, por exemplo, são consideradas "tempo perdido". O tempo de atuação de um computador é julgado pela quantidade de frações de segundos que ele demora para trafegar informações e fazer com que o usuário espere. A condenação a um "tempo perdido" é ainda a condenação à espera, normalmente da liberdade. Presos esperam a data da fuga ou da soltura. Ser condenado a um intervalo de tempo considerado perdido é ser ainda condenado à espera.

Os mecanismos punitivos no interior da prisão apontam nesse sentido. Os castigos aparecem como a não liberação do futebol, da televisão, de formas de passar o tempo.

Espacialmente estes se configuram no corte da relação com o exterior, proibição de visitas ou de recebimento de encomendas.

Atribuir um caráter de particularidade ao tempo vivido na prisão não é o mesmo que afirmar que muitas outras interações sociais, dentro ou não de instituições, não possam ser pautadas em um ritmo lento. Sem dúvida a aceleração é um dos atributos atuais essencialmente vinculados a grandes centros, mas basta um olhar para pequenas cidades, vilarejos, e perceberemos que a idéia de aceleração talvez não seja a noção adequada para a compreensão daquele cotidiano. Mesmo em grandes cidades é essencialmente uma generalização afirmarmos a presença marcante de ideais de velocidade. O tempo vivido na prisão é apenas mais uma, de tantas outras experiências, que se situa à margem desse ritmo.

Sem dúvida o tempo disponível dos detentos não é o responsável exclusivo pela proliferação de atividades ilegais na prisão. O que pode ser notado é que práticas associadas ao uso do tempo, como jogos e drogas, transcendem a idéia de passatempo transformando-se em atividades cujo controle determina significativamente as relações de poder no cárcere. O tempo ocioso funciona como fator propício à propagação dessas atividades. Práticas ilegais e conflitos religiosos encontram na ociosidade a possibilidade empírica de se alastrarem.

É nesse sentido que a particularidade do tempo na prisão, que prevê a disponibilidade de tempo a gastar em oposição ao ideal de otimização do tempo, pode ser pensada. O sentimento de tempo perdido para o tempo passado na prisão é geral. Têm-se a exata dimensão da velocidade acelerada do "mundo de fora" e assim, na prisão, horas equivalem a dias, semanas a meses, meses a anos, anos a séculos, ou ainda, a uma vida inteira.

A importância do estudo na/da prisão pode ser evidenciada de diversas formas. A compreensão de diferentes aspectos em uma instituição marcada pelo fechamento parece ser um dos pontos fundamentais. Outra possibilidade recentemente invocada é a de que a prisão apresenta características da sociedade em geral - apesar de assimetrias como o "tempo vivido" - só que ampliadas, uma caricatura, hipérbole e não simplesmente uma metáfora

da sociedade em geral. Alguns autores² preocupados com o caráter de extrema vigilância ao qual nos submetemos hoje - em variados ambientes - vão de acordo com essa idéia. A prisão aparece como um lugar privilegiado para a compreensão de dispositivos modernos de vigilância, mas isso não significa que estes digam respeito exclusivamente à vida intramuros. Transcendendo espaços, mecanismos visíveis na prisão passam a ocupar e reordenar uma paisagem com a qual estamos acostumados, o "mundo da rua".

O estudo de formas punitivas envolve uma complexidade, provavelmente explícita, neste e em muitos outros textos, que distancia a resolução do que é chamado problema do imediatismo de soluções muitas vezes ingênuas. Vivemos em um período no qual a situação brasileira se apresenta com tal ordem de gravidade que proliferam "saídas" sugeridas no "calor" de bárbaros crimes, que reduzem de forma não rigorosa tais problemas ou empobrecem um contexto mais amplo que inclui agências policiais e judiciárias. A urgência de se tomar atitudes não pode ser confundida com a precariedade de algumas propostas. É fundamental que cada vez mais um número maior de pessoas reflita sobre a questão da violência, a questão carcerária, a idéia de punição. Por outro lado, é importante que a complexidade do problema esteja à mostra. Esse foi um dos intuitos desta pesquisa, mesmo que de forma modesta. Questões já abordadas por alguns autores foram aqui discutidas com a finalidade de apresentar algumas faces de um todo complexo. A permeabilidade e o fechamento factual e simbólico do espaço prisional atualmente; a sofisticação da vigilância-máquina; a presença de uma "janela particular" - a televisão na prisão; as representações sobre o tempo vivido no cárcere.

Assim como foi dito sobre a utilização do vídeo e a possibilidade negativa de um fetiche precipitado relacionado ao uso desse meio, é importante termos tempo para pensar a prisão. Parece razoável, apesar da urgência de tantos problemas, questionarmos soluções apressadas e nos determos em uma reflexão profunda de nossos graves problemas sociais de diversas ordens.

² Várias observações destes autores foram discutidas no capítulo 3.

A expressão "na ponta de um iceberg" - presente no título deste capítulo final - diz respeito às possibilidades do uso da imagem eletrônica nas ciências sociais, que ainda vislumbra um longo caminho a ser percorrido. A expressão se refere também ao fato do estudo aqui proposto tratar da prisão, sem dúvida, uma intrincada parte-instituição de um "iceberg" que em sua base revela complexas relações sociais intra e extramuros.

ANEXO

INFORMAÇÕES SOBRE "TEREZA"

Período de realização: março/92 (projeto) até outubro/92 (produto final).

Realizado no formato U-MATIC. Padrão de cor NTSC

Direção: Goifman/Souza

Edição : Goifman/Souza

Roteiro: Goifman/Rogatto

Produção: Pedrosa

Trilha Sonora: "Cuidado que Mancha"

Duração: 16 min.

Direitos sobre o vídeo: Goifman/Studio Eletrônico

- Prêmio Estímulo da Prefeitura de Campinas/92.

- Classificado para a Mostra Competitiva do XIV Festival de Cinema e Vídeo de Cuba/92.

- Fragmento de 1 minuto - Título "Matar o Tempo" - classificado para o Festival Nacional de Vídeos de 1 Minuto/92.

Premiações:

- "Melhor Documentário" - FestVideo Porto Alegre/93.

- "Melhor Direção e Melhor Vídeo Nacional" - Guarnicê Festival de Cine e Vídeo do Maranhão/93.

- "Melhor Vídeo de Média Duração" - Sol de Prata - RioCine Festival/93.

- "Melhor Vídeo Documental" - Jornada Latino-Americana de Cinema e Vídeo da Bahia/93.

- "Melhor Vídeo Júri Popular" e "Prêmio Especial do Júri" - FORUMBHZ Festival Internacional de Vídeo/93.

INFORMAÇÕES SOBRE "TEMPO MORTO"

Mesma ficha técnica, formato e padrão de cor de "Tereza"

Duração: 6 min.

Trilha sonora: V.S.O.P.

BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA

ADORNO, S.

- 1991a ----- "A prisão sob a ótica de seus protagonistas: itinerário de uma pesquisa", *in* TEMPO SOCIAL, Rev. Sociol., 3 (1-2). São Paulo, USP, pp.7-40.
- 1991b ---- "Sistema penitenciário no Brasil - problemas e desafios", *in* REVISTA USP, No. 9.. São Paulo, pp.65-78.

ADORNO, S. e BORDINI, E. B. T.

- 1989 ----- "Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985", *in* REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 9 (3). São Paulo, ANPOCS, fev.,pp.70-94.
- 1991 ----- "A socialização na delinqüência: reincidentes penitenciários em São Paulo", *in* CADERNOS CERU, No. 3, série II. São Paulo, pp.113-147

ARIÈS, P.

- 1977 ----- HISTÓRIA DA MORTE NO OCIDENTE : da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

ARISTARCO, G. e T.(org.)

- 1985 ----- O NOVO MUNDO DAS IMAGENS ELECTRÓNICAS. Lisboa, ed.70.

BALZOLA, A.

- 1985 ----- "Para uma virgindade póstuma do engenho audiovisual", *in* O NOVO MUNDO DAS IMAGENS ELECTRÓNICAS, ARISTARCO, G. e T. (org). Lisboa, ed. 70.

BARBIERI, G.

- 1985 ----- "Tendências e funções do sistema numérico", *in* O NOVO MUNDO DAS IMAGENS ELECTRÓNICAS, ARISTARCO, G. e T. (org). Lisboa, ed. 70.

BAUDRILLARD, J.

1993 ----- "Televisão/Revolução: o Caso Romênia", *in* IMAGEM - MÁQUINA: a era das tecnologias do virtual. PARENTE, A. (org). Rio de Janeiro, ed. 34.

BECCARIA, C.

1991 ----- DOS DELITOS E DAS PENAS. São Paulo, Martins Fontes.

BELLOUR, R.

1993 ----- "A dupla hélice", *in* IMAGEM-MÁQUINA: a era das tecnologias do virtual, PARENTE, A. (org). Rio de Janeiro, ed. 34.

BENEVIDES, M.V.

1985 ----- "No fio da navalha: o debate sobre violência urbana", *in* TEMAS IMESC, Soc.Dir.Saúde, 2(2). São Paulo, dez., pp.71-76.

BENTES, I.

1992 ----- "De Bergson ao barroco eletrônico", *in* REVISTA FORUMBHZVIDEO, no.1. Belo Horizonte, pp.32-41.

BENTHAM, J.

1979 ----- "Uma introdução aos princípios da moral e da legislação", *in* BENTHAM, STUART MILL. São Paulo, Abril Cultural. Col. Os Pensadores.

BERGSON, H.

1972 ----- "Conferências", *in* BERGSON, BACHELARD. São Paulo, Abril Cultural. Col. Os Pensadores.

BORDINI, E. B. T. & ABREU, S. F. A. de

1985 ----- "Estimativa de reincidência criminal: variações segundo extratos ocupacionais e categorias criminais", *in* TEMAS IMESC, Soc.Dir.Saúde, 2(1). São Paulo, jul., pp.11-30.

BORGES, J. L.

1985 ----- CINCO VISÕES PESSOAIS. Brasília, ed. UNB.

BOURDIEU, P.

1976 ----- O DESENCANTAMENTO DO MUNDO: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo, Perspectiva.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J.

- 1968 ----- "O tempo e o espaço no mundo estudantil (1964)", *in* SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE IV, BRITO, S. (org). Rio de Janeiro, Zahar.

BRAGA, W. S.

- 1989 ----- DO OUTRO LADO DO CALEIDOSCÓPIO: um ensaio de antropologia da violência. Belo Horizonte, Mazza Edições.

BRANT, V. C. (coord.)

- 1986 ----- O TRABALHADOR PRESO NO ESTADO DE SÃO PAULO: passado, presente e expectativas. Relatório de pesquisa encaminhado à Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP). São Paulo, CEBRAP, mimeo.

BRISSAC PEIXOTO, N.

- 1991 ----- "As imagens de TV têm tempo?", *in* REDE IMAGINÁRIA : televisão e democracia, NOVAES, A. (org). São Paulo, Cia. das Letras.
- 1993 ----- "Passagens da imagem: pintura, fotografia, cinema, arquitetura", *in* IMAGEM-MÁQUINA: a era das tecnologias do virtual, PARENTE, A. (org). Rio de Janeiro, ed. 34.

BRUNI, J. C.

- 1989 ----- "Foucault: o silêncio dos sujeitos", *in* TEMPO SOCIAL, Rev. Sociol., v.1, no. 1., 1o.sem. São Paulo, USP, pp. 199-207.
- 1991 ----- "O Tempo na Filosofia", *in* CADERNOS DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS, col. documentos, (2), série Estudos Sobre o Tempo. São Paulo, USP, fev.,pp.03-14.

CARDOSO de OLIVEIRA, R.

- 1988 ----- "A categoria de (des) ordem e a pós-modernidade da antropologia", *in* PÓS-MODERNIDADE. Campinas, ed. UNICAMP, 2a. ed.

CASTRO, M. M. P.

- 1991 ----- "Ciranda do medo - controle e dominação no cotidiano da prisão", *in* REVISTA USP, No.9. São Paulo, pp.57-64.

CAVANI, L.

- 1985 ----- "Da mão esquerda à mão direita", *in* O NOVO MUNDO DAS IMAGENS ELECTRÓNICAS, ARISTARCO, G. e T. (org). Lisboa, ed. 70.

CICOUREL, A.

- 1980 ----- "Teoria e método em pesquisa de campo", *in* DESVENDANDO MÁSCARAS SOCIAIS, ZALUAR, A. (org). Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2a. ed.

COELHO, E. C.

- 1978 ----- "A criminalização da marginalidade e a marginalização da delinqüência", *in* REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, vol. 12, no. 2. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, pp.139-159
- 1986 ----- "A administração da justiça criminal no Rio de Janeiro: 1942-1967", *in* DADOS: Revista de Ciências Sociais, 29(1). Rio de Janeiro, ed. Campus, pp.61-81.
- 1987 ----- A OFICINA DO DIABO: crises e conflitos no sistema penitenciário no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, IUPERJ.
- 1988 ----- "A criminalidade urbana violenta", *in* DADOS: Revista de Ciências Sociais, 31(2). Rio de Janeiro, ed. Campus, pp.145-83.

COPPOLA, F. F.

- 1985 ----- "A utopia de nossos dias", *in* O NOVO MUNDO DAS IMAGENS ELECTRÓNICAS, ARISTARCO G. e T. (org). Lisboa, ed. 70.

COUCHOT, E.

- 1993 ----- "Da representação à simulação", *in* IMAGEM-MÁQUINA: a era das tecnologias do virtual, PARENTE, A. (org). Rio de Janeiro, ed. 34.

DAVIS, A. J.

- 1975 ---- "Sexual assaults in the Philadelphia prison system", *in* CORRECTIONS: problems and prospects. New Jersey, Prentice-Hall.

DELEUZE, G.

- 1988 ---- FOUCAULT. São Paulo, Brasiliense.

DORFLES, G.

1985 ----- "As propriedades lingüísticas da elaboração iconográfica", *in* O NOVO MUNDO DAS IMAGENS ELECTRÓNICAS, ARISTARCO G. e T. (org). Lisboa, ed. 70.

DUPRAT, C.

1980 ----- "Punir et Guérir - En 1819, la prison des philanthropes", *in* L'IMPOSSIBLE PRISON, PERROT, M. (org). Paris, Éditions du Seuil.

DURKHEIM, E.

1983 ---- "As formas elementares da vida religiosa", *in* DURKHEIM, São Paulo, Abril Cultural, Col. Os Pensadores, 2a. ed.

EVANS-PRITCHARD, E. E.

1978 ----- OS NUER. São Paulo, Perspectiva.

FAGONE, V.

1985 ----- "Vídeo frente a vídeo", *in* O NOVO MUNDO DAS IMAGENS ELECTRÓNICAS, ARISTARCO G. e T. (org). Lisboa, ed. 70.

FOUCAULT, M.

1979 ----- MICROFÍSICA DO PODER. Rio de Janeiro, Graal.

1991 ----- VIGIAR E PUNIR: História da violência nas prisões. Petrópolis, Vozes, 8a. ed.

FRANCE, C. de

1982 ----- CINÉMA ET ANTHROPOLOGIE. Paris, Editions de la Maison des Sciences de L'Homme.

FREIRE, M. S.

1987 ----- "O filme de pesquisa, algumas considerações metodológicas", *in* CADERNOS DE TEXTOS - ANTHROPOLOGIA VISUAL. Rio de Janeiro, Museu do Índio, pp.21-25.

FRY, P. & CARRARA, S.

1986 ----- "As vicissitudes do liberalismo no direito penal brasileiro", *in* REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1(2). São Paulo, ANPOCS, pp.48-54.

GARFINKEL, H.

1987 ----- STUDIES IN ETHNOMETHODOLOGY. New Jersey,
Prentice-Hall.

GAZZANO, M. G.

1985 ----- "A vídeo-arte em busca de uma nova linguagem", *in* O NOVO
MUNDO DAS IMAGENS ELECTRÓNICAS, ARISTARCO G. e
T. (org). Lisboa, ed. 70

GEERTZ, C.

1989 ----- A INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS. Rio de Janeiro,
Guanabara.

1990 ----- EL ANTROPOLOGO COMO AUTOR. Barcelona, Ingraf.

GODARD, J. L.

1969 ----- "Montagem de textos", *in* A IDÉIA DO CINEMA,

GRUNEWALD, J.L. (org). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

1985 ----- "Sobre o argumento", *in* O NOVO MUNDO DAS IMAGENS
ELECTRÓNICAS, ARISTARCO, G.e T. (org). Lisboa, ed. 70.

GOFFMAN, E.

1975 ----- ESTIGMA: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.
Rio de Janeiro, Graal.

1987 ----- MANICÔMIOS, PRISÕES E CONVENTOS. São Paulo,
Perspectiva, 2a. ed.

GUATARRI, F.

1993 ----- "Da produção da subjetividade", *in* IMAGEM-MÁQUINA: a era
das tecnologias do virtual, PARENTE, A. (org). Rio de Janeiro,
ed. 34.

GUBERN, R.

1985 ----- "Os comportamentos induzidos da iconografia electrónica", *in* O
NOVO MUNDO DAS IMAGENS ELECTRÓNICAS,
ARISTARCO, G.e T. (org). Lisboa, ed. 70.

GUILHON ALBUQUERQUE, J. A.

1980 ----- INSTITUIÇÃO E PODER. Rio de Janeiro, Graal.

IGNATIEFF, M.

1978 ----- A JUST MEASURE OF PAIN: the Penitentiary in the Industrial
Revolution, 1750 - 1850. New York, Columbia University Press.

KANT, I.

1974 ----- "Crítica da Razão Pura", *in* KANT. São Paulo, Abril Cultural, Col. Os Pensadores.

LACEY, H. M.

1972 ----- A LINGUAGEM DO TEMPO E DO ESPAÇO.
São Paulo, Perspectiva.

LINEBAUGH, P.

1983 ----- "Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII", *in* CRIME, VIOLÊNCIA E PODER, PINHEIRO, P.S.(org.).
São Paulo, Brasiliense.

MacDOUGALL, D.

1975 ----- "Beyond Observational Cinema", *in* PRINCIPLES OF VISUAL ANTHROPOLOGY, HOCKINGS, P. (org). Paris, Mouton Publishers.

MACHADO, A.

1990 ----- A ARTE DO VÍDEO. São Paulo, Brasiliense, 2a. ed.

1991 ----- "A cultura da vigilância", *in* REDE IMAGINÁRIA: televisão e democracia, NOVAES, A. (org). São Paulo, Cia. das Letras.

1992/93 --- "O vídeo e sua linguagem", *in* REVISTA USP, No. 16. São Paulo, pp. 6-17.

1993a ----- "Anamorfozes cronotópicas ou a quarta dimensão da imagem", *in* IMAGEM-MÁQUINA: a era das tecnologias do virtual. São Paulo, ed. 34.

1993b ----- MÁQUINA E IMAGINÁRIO: o desafio das poéticas tecnológicas. São Paulo, EDUSP.

MARQUES JR., G.

1991 ----- A VIDA NO FIO: crime e criminalidade num albergue.
Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, mimeo.

MELOSSI, D. e PAVARINI, M.

1985 ----- CÁRCEL Y FÁBRICA - los origenes del sistema penitenciario (siglos XVI-XIX). México, Siglo Veintiuno, 2a. ed.

MINTZ, S. W.

1984 ----- "Encontrando Taso, me descobrindo", *in* DADOS: Revista de Ciências Sociais, 27 (1). Rio de Janeiro, ed. Campus, pp.45-58.

MOURÃO, M. D.

- 1991 ----- "O tempo no cinema ou o tempo do cinema", *in* CADERNOS DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS, col. Documentos (3) série Estudos Sobre o Tempo. São Paulo, USP, mai., pp.06-09.

MURICY, K.

- 1993 ----- "Os olhos do Poder", *in* O OLHAR. São Paulo, Cia das Letras, 4a. ed.

OLIVEN, R. G.

- 1986 ----- VIOLÊNCIA E CULTURA NO BRASIL. Petrópolis, Vozes, 3a. ed.

OMAR, A.

- 1992 ----- "Foto, cine, vídeo, info: novas conexões", *in* REVISTA FORUMBHZVIDEO, no.1. Belo Horizonte, pp.90-98.

PAIXÃO, A. L.

- 1983 ----- "Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978", *in* CRIME, VIOLÊNCIA E PODER, PINHEIRO, P. S. (org). São Paulo, Brasiliense.
- 1985 ----- "Uma saga carcerária", *in* TEMAS IMESC, Soc.Dir.Saúde, 2 (2). São Paulo,dez., pp.97-110.
- 1986 ----- "A etnometodologia e o estudo do poder: notas preliminares", *in* ANÁLISE E CONJUNTURA. Belo Horizonte, 1(2), mai/ago, pp. 93-110
- 1987 ----- RECUPERAR OU PUNIR? Como o Estado trata o criminoso. São Paulo, Cortez & Associados.

PARENTE, A.

- 1992 ----- "O espetáculo da transparência eletrônica e seus curtos circuitos", *in* REVISTA FORUMBHZVIDEO, no.1. Belo Horizonte, pp.80-89.

PERROT, M. (org)

- 1980 ----- L'IMPOSSIBLE PRISON: recherches sur le système pénitentiaire au XIX siècle réunies par Michelle Perrot. Paris, Éditions du Seuil.

PESAVENTO, S. J.

- 1991 ----- "O tempo social", *in* CADERNOS DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS, col. Documentos (1), série Estudos Sobre o Tempo. São Paulo, USP, fev., pp.15-18.

- PINHEIRO, P. S. (org)**
 1983 ----- CRIME, VIOLÊNCIA E PODER . São Paulo, Brasiliense.
- PINHEIRO, P. S.**
 1991 ----- "Autoritarismo e transição", *in* REVISTA USP, No.9.
 São Paulo, pp.45-56.
- PINHEIRO, P.S. et alli.**
 1991 ----- "Violência fatal", *in* REVISTA USP, No.9. São Paulo, pp.95-112.
- PRONOVOST, G.**
 1989 ----- "The sociology of time", *in* CURRENT SOCIOLOGY,
 Association Internationale de Sociologie, vol. 37,number 3. Sage,
 winter, pp.01-129
- RAMALHO, J. R.**
 1979 ----- O MUNDO DO CRIME: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro,
 Graal.
- RICOEUR, P.**
 1988 ----- INTERPRETAÇÃO E IDEOLOGIAS. Rio de Janeiro, F. Alves,
 3a. ed.
- ROTHMAN, D. J.**
 1971 ----- THE DISCOVERY OF THE ASYLUM. Boston, Little Brown and
 Company.
- ROUCH, J.**
 1975 ----- "The camera and man", *in* PRINCIPLES OF VISUAL
 ANTHROPOLOGY, HOCKINGS, P. (org). Paris, Mouton
 Publishers.
- SÁ, G. R. de**
 1990 ----- O PRISIONEIRO: um processo de qualificação e requalificação.
 Tese de Doutorado.São Paulo, Puc-S.P, mimeo.
- SALLA, F. A.**
 1991 ----- O TRABALHO PENAL: uma revisão histórica e as perspectivas
 frente à privatização das prisões. Tese de Doutorado. São
 Paulo, USP, mimeo.

SANTAELLA, M. L.

1992 ----- "Três matrizes da linguagem-pensamento", *in* REVISTA FORUMBHZVIDEO, no.1. Belo Horizonte, pp. 24-31..

SANTO AGOSTINHO.

1987 ----- "Confissões", *in* SANTO AGOSTINHO. São Paulo, Nova Cultural, Col. Os Pensadores, 4a. ed.

SANTOS, L. G.

1993 ----- "A televisão e a Guerra do Golfo", *in* IMAGEM-MÁQUINA: a era das tecnologias do virtual, PARENTE, A. (org.). Rio de Janeiro, ed. 34.

SENRA, S.

1993 ----- "Max Headroom: o último jornalista", *in* IMAGEM-MÁQUINA: a era das tecnologias do virtual, PARENTE, A. (org.). Rio de Janeiro, ed. 34.

SIMMEL, G.

1983 ----- "Sociabilidade - um exemplo de sociologia pura ou formal", *in* SIMMEL, MORAES Fo., E. (org), Col. Grandes Cientistas Sociais, vol. 34. São Paulo, Ática.

SOUZA, P. de.

s/d ----- A PRISÃO: histórias dos homens que vivem no maior presídio do mundo. São Paulo, Alfa-Omega, 2a ed.

SYKES, G.

1975 ----- "The pains of imprisonment", *in* CORRECTIONS: problems and prospects. New Jersey, Prentice-Hall.

VIRILIO, P.

1989 ----- LA MAQUINA DE VISION. Madrid, Catedra.

1990 ----- "A luz indireta", *in* 34 LETRAS, no. 7. Rio de Janeiro, ed. 34, março, pp. 82-92.

1993a ---- "A imagem virtual mental e instrumental", *in* IMAGEM-MÁQUINA, PARENTE, A. (org). Rio de Janeiro, ed. 34.

1993b ---- O ESPAÇO CRÍTICO - e as perspectivas do tempo real. Rio de Janeiro, ed. 34.

WORTH, S. & ADAIR, J.

1975 ----- TROUGH NAVAJO EYES: an exploration in film communication and anthropology. Bloomington, Indiana University.

YOUNG, C.

1975 ----- "Observational Cinema", in PRINCIPLES OF VISUAL ANTHROPOLOGY, HOCKINGS, P. (org). Paris, Mouton Publishers.

ZALUAR, A. (org)

1980 ----- DESVENDANDO MÁSCARAS SOCIAIS, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2a. ed.

ZALUAR, A.

1983 ----- "Condomínio do diabo: as classes populares urbanas e a lógica do 'ferro' e do fumo", in CRIME, VIOLÊNCIA E PODER, PINHEIRO, P.S. (org.). São Paulo, Brasiliense.

1992 ----- "Nem líderes nem heróis: a verdade da história oral", in POLÍCIA MILITAR, ESTADO E SOCIEDADE: os desafios da modernidade, Belo Horizonte, FAPEMIG/ Fundação João Pinheiro/PMMG.

JORNAIS E REVISTAS CONSULTADOS

- "Correio Popular" - 31/05/92 e 09/05/93
- "Folha de São Paulo" - 05/01/92, 22/04/92, 22/05/92, 02/07/92, 15/07/92, 09/09/92, 21/03/93, 20/06/93, 13/07/93 e 26/01/94.
- "Hoje em Dia" - 23/12/93
- "Jornal do Brasil" - 28/03/93
- "O Estado de São Paulo" - 02/05/92
- Revista "Lampadinha" - feita pelos internos do Presídio Central de Porto Alegre com apoio GAPA/91.

PROGRAMAS DE TV CITADOS

- "Programa Livre" - SBT - 07/04/92
- "Jornal Hoje" - GLOBO - 16/02/93